



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Natália Fraga Coutinho

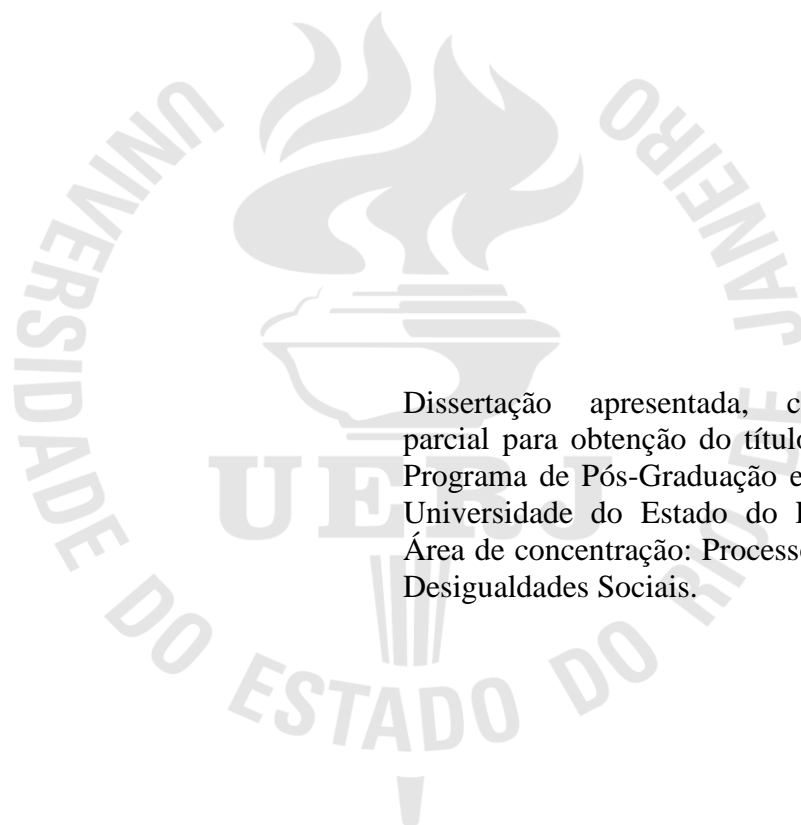
**Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em
São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais populares**

São Gonçalo

2014

Natália Fraga Coutinho

**Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo
nas vozes de movimentos sociais populares**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C871 Coutinho, Natália Fraga.
Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais populares / Natália Fraga Coutinho. – 2014.
121f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação – São Gonçalo (RJ) – Teses. 2. Movimentos sociais – São Gonçalo (RJ) – Teses. 3. Direito à educação – Teses. I. Alvarenga, Marcia Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Natália Fraga Coutinho

Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais populares

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Aprovada em 01 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Marcia Soares de Alvarenga (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Glaucia Campos Guimarães
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Valter Filé
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2014

DEDICATÓRIA

Aos inconformados, que não baixam a cabeça frente às opressões e injustiças, quaisquer que sejam elas. Aos que atuam em movimentos sociais populares e pelos movimentos sociais populares, mantendo vivas as esperanças de um mundo melhor e mais justo. E, de modo especial, à Eduardo Granja Coutinho, por suas contribuições teóricas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por conduzir meus caminhos.

Aos companheiros de lutas pelas/nas associações de moradores de São Gonçalo, sobretudo aos Srs. João Batista, Hermes Braga e José Carlos Policarpo.

A professora Marcia Alvarenga – por seu apoio, confiança e dedicação.

Ao meu amor, companheiro e amigo, Eduardo Tavares – pela coorientação particular nas indicações teóricas, debates instigantes e incentivos aos estudos.

Aos meus primos e amigos – que de tantos, não posso pontuar.

A Marcela Parmanhane – pelas experiências compartilhadas e por todo apoio nesse percurso.

Aos meus colegas de turma e companheiros de pesquisa.

A Claudia Tavares e Maria de Fátima Tavares.

Aos meus pais e minhas irmãs – que apoiaram sempre com muito amor e fidelidade as minhas escolhas.

(...) há os que, inspirados no pensamento do italiano Antonio Gramsci, compreendem a cultura como uma instância de luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Tal perspectiva admite, no entanto, a possibilidade de grupos subalternos constituírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político cultural é que Gramsci chamaria de contra-hegemonia.

Eduardo Granja Coutinho

RESUMO

COUTINHO, Natália Fraga. *Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo/RJ nas vozes de movimentos sociais populares*. 2014. 121f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Nesta dissertação temos como foco de investigação os processos comunicacionais que articulam as ações e lutas de movimentos sociais populares, atuantes no município de São Gonçalo, cidade de periferia urbana, localizada no leste metropolitano do Rio de Janeiro. Através dos meios de comunicação e mídias, produzidos e ou apropriados por alguns movimentos listados, especialmente em se tratando de associações de moradores e amigos de bairro, buscamos pistas sobre como o direito à educação vem sendo implementado no município. Para tanto, temos como fonte documental a Lei N°056/2006 que implantou o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (PME-SG), estabelecido para o decênio 2006–2016, os Planos Nacionais de Educação (2000 e 2011), entre outros documentos legislativos que direcionam a garantia desse direito. Do ponto de vista metodológico, fazemos um levantamento das associações de moradores e amigos de bairro do município, e dos meios de comunicação e mídias utilizados por esses movimentos em suas lutas relativas ao direito à educação de qualidade social, tais como: ofícios, cartazes, jornais comunitários, blogs, sites, etc. Compreendemos que abordar tais meios produzidos pelos movimentos sociais populares de São Gonçalo, tendo-os, como mecanismo contra-hegemônico de luta política, significa também, recuperar a vigência do popular nos estudos históricos, resituando o “lugar” do popular como parte da memória na constituição do processo histórico pelos movimentos sociais nas lutas pelo direito à educação.

Palavras-chave: Processos comunicacionais contra-hegemônicos. Direito à educação.

Movimentos sociais populares.

ABSTRACT

COUTINHO, Natália Fraga. *Communication processes counter–hegemonic and the right to education in São Gonçalo/RJ on popular social movements's voices*. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

The focus of this dissertation is an investigation about the communications processes that articulate actions and struggles of some popular social movements present on county of São Gonçalo, a peripheric urban city, located on east of Rio de Janeiro. Through the media, produced and/or appropriate by some movements listed, especially treating about resident associations and neighborhoods friends, we searched tracks that could evidence the right to education and how this has being implanted on the county. To prove it, we had access at a documental font, the Law N°056/2006, that implemented the São Gonçalo's Education Municipal Plan (Plano Municipal de Educação de São Gonçalo PME–SG), established for the decade 2006–2016, the National Education Plans (2000 and 2011), among others legislative documents that regulate the guarantees of this right. From the methodological point of view, we made a list with the residents associations and neighborhood friends of the city, the material produced by the media and another kinds of communications utilized by these movements in their relative struggles to right to education of social quality, such as: craft (profession), posters, community newspapers, blogs, websites etc. We understand that treat such means produced by the popular social movements of São Gonçalo, seeing them like a mechanism counter hegemonic of political struggle, also means recover the popular legality in the historical studies, showing the "place" where the popular belongs and putting it like a memory part on the construction of the historical processes by the social movements in the struggles for the right to education.

Keywords: Communication processes. Counter hegemonic. Right to education. Popular social movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa: Cartografia das escolas municipais e associações de moradores de São Gonçalo/RJ.....	60
Figura 2 –	Jornal Comunitário impresso “Opinião Pública”.....	81
Figura 3 –	Cartaz da AMAJAC agradecendo a construção de uma praça, mas cobrando a construção de uma creche que seria erguida no mesmo local.....	94
Figura 4 –	Reportagem em “O São Gonçalo”, de 09 de janeiro de 2011.....	95
Figura 5 –	Álbum “Projeto de construção de creche no Jard. Catarina”, disponibilizado no “Facebook”.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População residente no município de São Gonçalo/RJ em idade escolar, por grupos de idade (IBGE/2010).....	55
Tabela 2 –	Tabela com legenda de numeração dos bairros e distribuição das escolas municipais e associações de moradores de São Gonçalo, relativos ao mapa da figura 1.....	61
Tabela 3 –	Bairros do município de São Gonçalo reconhecidos pela população mas que não são oficializados pela prefeitura, por isso não estão cartografados no mapa oficial.....	63
Tabela 4 –	Documentos reivindicativos emitidos e arquivados pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), em lutas pelo direito à educação: ações ao poder governamental entre os anos 2009–2013.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional
USAID	United States Agency for International Development
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
AMOJANSA	Associação de Moradores do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora
AMAJAC	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	PROCESSOS COMUNICACIONAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E PODER LOCAL: DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES EM REIVINDICAÇÕES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	19
1.1	Mediações em processos comunicacionais: constituindo contra-hegemonias.....	20
1.2	Comunicação e Educação em contextos do “popular urbano”.....	22
1.3	Formas de comunicação: abordagens sobre práticas de comunicação popular, segundo Mario Kaplún e Paulo Freire.....	27
1.4	Dos meios às mediações: experiências formativas e fóruns de resistência....	37
1.5	Movimentos sociais populares e direito à educação.....	40
1.6	Poder local e suas tramas: compreendendo a organização política, articulações e contextos para a implementação das políticas públicas de educação em São Gonçalo/RJ.....	46
2	ENTRE O DIREITO DECLARADO E O DIREITO REAL DA EDUCAÇÃO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA A PARTIR DE UMA LEITURA DA CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE SÃO GONÇALO/RJ.....	51
2.1	São Gonçalo/RJ: “o território do(s) movimento(s).....	53
2.2	O Plano Municipal de Educação – São Gonçalo/RJ (2006–2016).....	56
2.3	Associações de Moradores e Amigos de Bairro atuantes em São Gonçalo...	58
2.4	Cartografia da ação: o direito a educação e as associações de moradores de São Gonçalo.....	59
2.5	Movimentos sociais em redes de contrapoderes: interações entre associações e grupos de moradores em/de São Gonçalo.....	64
3	DÍALOGOS FORMATIVOS EM PROCESSOS COMUNICACIONAIS: REIVINDICAÇÕES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO EM SÃO	

	GONÇALO NAS VOZES DE MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES.....	72
3.1	Processos comunicacionais em reivindicações pelo direito à educação em São Gonçalo: percursos de lutas em duas associações de moradores.....	75
3.2	Associação dos Moradores do bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA.....	77
3.2.1	<u>Jornal comunitário impresso “Opinião Pública”.....</u>	81
3.2.2	<u>Meios de comunicação em espaços virtuais apropriados pela AMONAJSA: o blog, a comunidade no “Orkut” e o grupo no “Facebook”.....</u>	82
3.3	Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina – AMAJAC.....	88
3.3.1	<u>Meios de comunicação em espaços virtuais apropriados pela AMAJAC: o site, a comunidade no “Orkut”, o perfil no YouTube e o grupo no “Facebook”.....</u>	89
3.3.2	<u>Mediações sobre as demandas de ampliação da oferta da educação infantil no bairro do Jardim Catarina: reivindicações pela construção de uma creche.....</u>	93
3.4	Considerações finais.....	99
	CONCLUSÕES PROVISÓRIAS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICE – Movimentos sociais e grupos locais de debates articulados no ciberespaço: breve esboço sobre reconfigurações de movimentos de São Gonçalo através de meios de comunicação alternativos.....	109
	ANEXO A – Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook, manifestando apoio a associação de moradores. Disponível em: < https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts > Acesso em: 15 jan. 2013.....	112
	ANEXO B – Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook. Postagem relativa à merenda escolar e ao passe livre de estudantes e deficientes em transportes públicos. Disponível em: < https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts > Acesso em: 28 fev. 2013.....	113

ANEXO C – Arquivo da AMAJAC, referente a elaboração do projeto de creche “padrão MEC”, atendendo à solicitação da coordenação jurídica, de 17 de dezembro de 2009.....	114
ANEXO D – Arquivo da AMAJAC, referente à solicitação de adequação ao projeto de construção de creche municipal, de 15/01/2011.....	115
ANEXO E – Arquivo da AMAJAC, referente à desapropriação e posse de terrenos para fins de construção de creches comunitárias no município, de 31/01/2011.....	116
ANEXO F – Arquivo da AMAJAC, referente à listagem dos 30 principais problemas do bairro, segundo os moradores. Educação em 8º lugar.....	117
ANEXO G – Arquivo da AMAJAC, referente à solicitação de manifestação quanto a ação desta municipalidade para a construção de creche.....	118
ANEXO H – Arquivo da AMAJAC, referente à carta aberta da comunidade do Jd. Catarina com apresentação das principais propostas e necessidades, apontadas pelos moradores, de 08 de julho de 2012.....	119
ANEXO I – Arquivo da AMAJAC, referente aos processos adm. que tratam sobre “Construção de uma creche e escola na localidade da Ipuca. Solicita o agendamento de uma reunião com o prefeito, de 02 de março de 2013.....	120
ANEXO J – Arquivo da AMAJAC, que reivindica de vereador que apresente perante a mesa legislativa a proposta de “construção de uma creche no bairro de Jardim Catarina”, com justificativas sobre a requisição, de 09 de março de 2013.....	121

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado surge como um desdobramento do projeto de pesquisa “Poder Local e Políticas educacionais: repercussões sobre o direito à educação no município de São Gonçalo”, do qual participei como bolsista de Iniciação Científica (CNPq / 2009–2010). Assim sendo, neste trabalho, tivemos como objetivo investigar como vem sendo assegurado o direito à educação em São Gonçalo/RJ, tendo por base o Plano Municipal de Educação (PME–SG) para o decênio 2006–2016, entre outros documentos legislativos que dão as diretrizes sobre a efetivação de tal direito. Para tanto, ao analisarmos as metas do PME, colocamos em questão os modos como as associações de moradores de São Gonçalo têm atuado para concretizar reivindicações em torno do direito à educação na cidade. Neste sentido, como corpo empírico para essa investigação optamos por realizar um levantamento dos meios de comunicação que mediam as atuações desses movimentos, enfatizando-se a importância dos processos comunicacionais por eles constituídos. Sob essa abordagem compreendemos a relevância desses meios de comunicação enquanto mecanismos contra-hegemônicos de articulação, de visibilidade, de voz, além de transmissão de saberes e visões de mundo (FREIRE, 2012, KAPLÚN, 1985, MARTÍN-BARBERO, 2009, COUTINHO, 2008).

Ainda sobre essa abordagem buscamos compreender tanto as formas e estratégias de ação desenvolvidas pelo poder governamental, quanto àquelas engendradas pelos movimentos sociais, relativas à democratização do direito à educação de qualidade social no município. Por meio de análises possíveis aos meios de comunicação listados, observamos algumas pistas de como se dão as relações e os diálogos entre essas diferentes esferas de poder que constituem o que viemos a designar de *poder local*, a partir do diálogo com Daniel (1988), Lesbaupin (2000) e Vainer (2002).

Essa abordagem de pesquisa surgiu a partir de nossa inclinação pessoal ao campo da comunicação, por reconhecermos a importância desta na constituição dos processos culturais e por isso, considerarmos a sua relevância, digamos, “pedagógica”, sobretudo como mecanismo de luta política. Diante desse reconhecimento, a princípio ainda insipiente, encontramos, logo no início desse percurso de pesquisa, durante a graduação, algumas abordagens e contribuições de Mário Kaplún (1985). O autor, já nas décadas de 1970 e 1980 fazia a interlocução entre o campo da educação, através das perspectivas de Paulo Freire, com campo da comunicação social, enfatizando a importância do manuseio dos meios de

comunicação pelas classes populares. E, nesse sentido empenhou alguns trabalhos e pesquisas.

Além dele, fomos descobrindo outros autores, grupos e movimentos que atuavam com perspectivas semelhantes a esta, como o caso da Tv de rua “Maxambomba”, que atuou junto aos moradores na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro entre meado dos anos 1980 à 2000; O Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), que atua deste a década de 1990 com o objetivo de auxiliar e aprimorar a comunicação em movimentos populares, comunitários, sindicais, entre outros coletivos; a Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc) que tem parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e patrocínio da Petrobrás; entre outros grupos e movimentos de comunicação com sentidos contra-hegemônicos.

Considerando a relevância desses movimentos como grupos de formação pedagógica para a comunicação crítica, protagonista e contra-hegemônica das classes populares, na construção do problema de pesquisa pontuamos que há, no entanto, um pequeno grau de deslocamento entre a abordagem feita por esses movimentos e a nossa abordagem de pesquisa. No caso dos movimentos específicos do campo da comunicação, observamos que os mesmos atuam juntos aos movimentos, dando-lhes algum tipo formação em parceria – o que de alguma forma repercute em nossa pesquisa. Já nessa dissertação, buscamos os meios produzidos, utilizados e/ou apropriados pelos próprios movimentos, sobretudo por dois movimentos de bairro específicos: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA) e a Associação de Moradores dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC).

Diante de tais apontamentos, nos desafiamos a abordar três campos que se articulam: *direito à educação, movimentos sociais populares e comunicação popular*. Sendo assim, a partir dessas áreas de estudos, a fim de enfatizarmos a relevância de nossa pesquisa para a área da educação, fizemos um levantamento sobre os trabalhos que abordaram assuntos vinculados á nossa vertente de investigação nos encontros da ANPED¹ dos últimos quatro anos: 2009, 2010, 2011 e 2012. Para tanto, selecionamos os grupos de trabalho (GT) “Movimentos Sociais e Educação”(GT 03), “Educação Popular” (GT 06) e “Comunicação e Educação” (GT 16).

No GT 03, “Movimentos Sociais e Educação”, no ano de 2009 encontramos apenas um trabalho que nos trouxe apontamentos do título “a necessidade de movimentos sociais”. Em 2010, também encontramos apenas um trabalho cujo título tratava sobre “Movimentos

¹ Ver tabela nos Apêndices.

sociais e educação comunitária”. Em 2011, ainda no GT 03 encontramos um trabalho que trazia como título “As novas configurações dos movimentos sociais no campo da educação: o movimento interfóruns de Educação Infantil”, de Nunes. No ano de 2012, não encontramos nenhum trabalho cujo título se relacionasse com a temática da nossa pesquisa. Entre os trabalhos dos quatro anos da ANPED que pesquisamos, neste grupo não havia nenhuma pesquisa que abordasse, especificamente, a relação entre associações de moradores e direito à educação.

Entre os quatro anos pesquisados, neste grupo foram encontrados três trabalhos que se articulam com a nossa temática.

No GT 06, “Educação popular”, encontramos entre os anos pesquisados (2009 à 2012) alguns artigos que poderiam trazer contribuições para a nossa pesquisa, sobretudo conceituais. No entanto, em termos de abordagem, alguns relacionavam-se com nosso enfoque. Esse é o caso, por exemplo, do artigo: “Por uma outra história da educação (popular)”, de Kelma F. Beltrão de Souza (2009). No encontro da ANPED de 2010, destacamos dois trabalhos que indicam aproximações com a nossa pesquisa: o primeiro tem como título: “Considerações iniciais sobre o conceito de Educação Popular na era da indeterminação”, de Leandro Machado dos Santos; e o segundo artigo, que, dentre todos os trabalhos destacados consideramos ser o que mais se aproxima da nossa pesquisa, versa sobre educação popular e comunicação popular. Intitulado: “Realização audiovisual em um contexto de educação popular e comunicação popular: apropriação dos meios e construção de significados”, de Junior.

Neste mesmo GT, nos anos de 2011 e 2012 não houve artigos que se articulassem à nossa temática. Entre os anos de encontro pesquisados, em relação a este grupo de trabalhos, conseguimos articular apenas 3 trabalhos com a abordagem proposta nessa dissertação.

Já no grupo de trabalhos (GT) 16: “Educação e Comunicação”, nos quatro anos pesquisados não encontramos artigos que se articulassem a nossa temática. Observamos que os artigos existentes nessa linha tratavam a comunicação, sobretudo em questões relacionadas à prática de ensino através da utilização de meios de comunicação em sala de aula, especificamente no ambiente escolar, apropriados pelos professores.

A partir desta revisão da literatura e produção acadêmica que envolve a temática, e da questão principal que orientou a nossa pesquisa, pautamos os seguintes objetivos:

- Elaborar uma cartografia sobre a atuação movimentos sociais em São Gonçalo através dos meios de comunicação utilizados/emittidos por estes;

- Investigar as diferentes formas de comunicação, usadas pelos movimentos populares e suas repercussões, seja nas relações com o poder governamental, seja com a própria sociedade civil, principalmente no que tange as lutas relativas à educação;
- Identificar se esses meios/formas de comunicação influem no asseguramento do direito à educação, na elaboração das políticas públicas e nas tomadas de decisões do poder governamental;
- Analisar as mudanças nas formas de participação e interação entre os sujeitos, proporcionados pelos novos meios e mídias. Se até pouco tempo atrás a relação de comunicação era vista apenas por um processo unidirecional entre o emissor (aquele que emite a mensagem) e receptor (aquele que recebe a mensagem emitida), os novos recursos nos meios de comunicação e mídias vem proporcionando grandes alterações, ou mesmo transformações nessa relação;
- Compreender através da análise desses possíveis meios reivindicativos os sentidos ideológicos e vivenciais (BAKHITIN, 1981) neles, e, por eles produzidos. Como os meios expressam as condições de vida em que estão inseridos, como se reconhecem, que concepções trazem consigo.

Em relação aos objetivos propostos, em nossa pesquisa dedicamos nossas análises sobre a atuação de duas associações de moradores, em especial: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA) e a Associação de Moradores dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), que têm se destacado na apropriação de diversos meios comunicacionais para mobilizar opinião pública com vistas a ações de reivindicação sobre direito à educação no município de São Gonçalo.

Através da interlocução entre o direito à educação, comunicação contra-hegemônica e movimentos sociais populares temos como ponto em comum as concepções de Antonio Gramsci referentes às concepções de sociedade civil e hegemonia. Ancorados nessas concepções, a elaboração dessa dissertação conta com a seguinte organização: No capítulo 1 apresentamos as concepções que fundamentam a pesquisa, bem como os principais conceitos que nos conduziram na pesquisa; No capítulo 2 esboçamos uma cartografia da ação (RIBEIRO, *et al.*, 2011) através da identificação das associações de moradores mais atuantes no município, articulando-a com a distribuição de escolas municipais no território. Assim, entre outras questões, buscamos relacionar a ação desses movimentos populares com a oferta e as demandas relativas ao direito à educação pública e de qualidade social. Além disso, já

neste capítulo apresentamos alguns movimentos de cidadãos gonçalenses articulados via ciberespaço. No capítulo 3, centramos nossas análises nos processos comunicacionais que mediam as duas associações mencionadas.

De antemão, compreendemos que as formas como os movimentos sociais populares materializam suas reivindicações dizem respeito não apenas às questões de lutas imediatas nas quais se dispõem. Mais do que isso, remetem as suas inscrições na história como constituintes e participantes protagonistas na tessitura desta. Através dessas materializações, deixam suas marcas, afirmam, reafirmam e provam sua existência, seus modos de luta e vivência, suas perspectivas e visões de mundo. Nesse sentido os meios de comunicação alternativos, sejam quais forem, são primordiais nessa inscrição.

Contudo, ainda destacamos que tão instantâneo e expansivo quanto as novas invenções que surgem e/ou emergem das redes sociais, são os conceitos que se entrelaçam a partir das tentativas de análise e compreensão de seus processos.

1 PROCESSOS COMUNICACIONAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E PODER LOCAL: DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES EM REIVINDICAÇÕES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

(...) É do embate franco e qualificado de ideias que podem se desenvolver novas concepções capazes de servir de referência para práticas e processos comunicacionais minoritários, periféricos, cidadãos, alternativos, comunitários, marginais, proletários, subalternos ou contra-hegemônicos, como queiram.

Eduardo Coutinho, 2008

Como fora apresentado na introdução, nesta dissertação temos por objetivo investigar os meios de comunicação utilizados, produzidos e/ou apropriados por movimentos sociais populares urbanos, especificamente por associações de moradores e amigos de bairro, em reivindicações relativas ao direito à educação de qualidade social no município de São Gonçalo/RJ. Tendo por base, sobretudo, as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME-SG)², estipuladas para o decênio 2006–2016, as Leis de Diretrizes e Base da Educação (LDB), a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE 2000–2010 e 2011–2020, em fase final de tramitação), entre outros documentos legislativos que firmam a garantia desse direito, buscamos pistas através das enunciações expressas pelos movimentos sobre como o direito à educação vem sendo assegurado em escala local.

Firmados no campo da educação, na linha das políticas públicas, embarcamos por uma trajetória de pesquisa atravessada pelo campo da sociologia e da comunicação social. Primeiro, deslocamos nosso olhar de pesquisadores da educação para a atuação de movimentos associativos de bairro em reivindicações relativas às implementações do direito à educação. Segundo, diante desse atravessamento de campos de estudo, ousamos mais um: adentrar, também, no campo da comunicação social tomando como objeto para nossas análises os meios de comunicação que corporificam e documentam as lutas desses movimentos associativos de bairro. Sob esse olhar múltiplo, buscamos enfatizar a importância da comunicação enquanto ação educativa, organizativa e constituinte de processos culturais.

² SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO. Consolidação do *Plano Municipal de Educação* Lei nº 056/2006 de 01 de Agosto de 2006. *Atos Oficiais*. São Gonçalo, p.1, em 24 de Agosto de 2006.

Por essa abordagem procuramos enfatizar os *processos comunicacionais* que envolvem a atuação desses movimentos sociais populares. Amparados nas concepções de Paulo Freire (2012) compreendemos que os meios de comunicação utilizados, produzidos e/ou apropriados por associações de moradores circunscrevem o “método de conscientização de Paulo Freire”, uma vez que as mediações que envolvem a elaboração desses meios dizem respeito, também, a um processo de aprendizagem em que “o homem não cria sua possibilidade de ser livre, mas aprende a efetivá-la e exercê-la” (FREIRE, 2012 p.22). Nesse sentido, tanto a atuação desses movimentos em si, quanto os meios de comunicação que expressam, articulam e materializam essa atuação são “práticas da liberdade”.

1.1 Mediações em processos comunicacionais: constituindo contra-hegemonias

Para justificarmos, ainda que brevemente, o porquê dessa incitação à importância de nossa abordagem, se faz necessário que voltemos um pouco ao processo histórico de expansão e propagação dos meios de comunicação de massa, segundo a retrospectiva de Jesús Martín-Barbero (2009). Expansão esta que permeou, interferiu e influenciou em significativas mudanças culturais na América Latina.

Martín-Barbero (2009, p. 263–268) aborda criticamente a repercussão dessa expansão da indústria cultural ao mencionar como exemplo tanto sobre “a impossível pureza do indígena”, induzida através da apropriação à tentativa de homogeneização da cultura desses grupos, quanto sobre a indução a se pensar o urbano como antônimo do popular, “cultural e politicamente imaturo”. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa cumprem papel primordial como indutores de concepções hegemônicas que adentram e permeiam diferentes culturas provocando, assim, modificações nos modos de vida, nas práticas comunitárias, na condução dos desejos pessoais e coletivos e, nas próprias perspectivas sociais e culturais dos grupos.

Os meios de comunicação de massa como aparelhos privados de hegemonias (GRAMSCI, 1995) são sempre engrenados e conduzidos por dispositivos outros: políticos, legislativos, culturais, etc, organizados de maneira que consolidem e sustentem interesses e perspectivas hegemônicas.

O que queremos propor é que para chegarmos até a tentativa de ênfase sobre a importância da apropriação e/ou produção de meios de comunicação por movimentos sociais

populares devemos considerar, de antemão, as pressões exercidas pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural, como dispositivo de legitimação de hegemonias. A partir dessa consideração sugerimos a compreensão de que os meios de comunicação apropriados e utilizados pelos movimentos sociais que destacamos são meios contra-hegemônicos. Nesse sentido, como sugere Coutinho (2008, p.45):

Os meios contra-hegemônicos, como os demais aparelhos privados de hegemonia, têm “uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade” e “portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia”. Isto é, no plano ideológico, procuram criar as bases de uma nova direção moral e intelectual, e ampliar sua influência sobre o resto da sociedade numa decisão tomada de posição ao lado de forças que enfrentam as classes e mídias dominantes.

Esses meios dizem respeito aos modos de resistência, tanto nas ações diretas em seus processos reivindicativos específicos, como no caso das reivindicações relativas ao direito à educação, quanto na própria busca por modos de apropriação que viabilizem novos dispositivos de luta. Por isso, a nosso ver, essas apropriações e re-apropriações de diferentes meios de comunicação por esses movimentos já são em si uma contra-resposta, uma enunciação³, uma busca alternativa de visibilidade e legitimação em decorrência da invisibilidade de suas ações, comumente negligenciadas pelos meios de comunicação de massa, quando não “reeditados” pelos mesmos. Nesse sentido eles se remetem as suas lutas pontuais e específicas, mas também correspondem a uma luta em relação aos grandes meios de massa.

Os meios de comunicação apropriados por movimentos sociais populares são parte constituintes das *mediações* que envolvem os processos aos quais salientamos nossas atenções. Amparamos-nos na concepção de Martín-Barbero (2009, p.265) ao propor que:

O campo daquilo que denominamos *mediações* é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade. Já que é o próprio sentido do artesanato ou das festas que é modificado por aquele deslocamento “do ético ou do típico”, que não só para os turistas, mas também na comunidade, provoca o esmaecimento da memória que convoca. E isto numa dupla operação de desconexão e recomposição. (...) Justamente aquilo que as comunidades indígenas produziram, ou melhor, seus modos de produzir, é convertido em veículo mediador da desagregação: deslocamento das relações entre objetos e usos, tempos e práticas. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.265)

³BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 98. (...) Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada de escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de uma cadeia dos atos da fala.

Na citação, o autor se refere particularmente às apropriações engendradas por dispositivos hegemônicos às culturas indígenas, como já nos referimos anteriormente. Através de modos e mecanismos de *mediação* a hegemonia consegue proliferar e consolidar as perspectivas que lhe interessam, sobretudo na tentativa de homogeneização dos grupos e de seus olhares sobre si e sobre os outros. Ou, sobre aquilo que grupos distantes acabam julgando por “conhecer”, porém, já recomposto pela homogeneização de uma perspectiva hegemônica firmada por seu interesse de configuração, e reafirmada pelos que desconhecem outra perspectiva que não essa.

Aproximamos o exemplo de Martín-Barbero (2009) com a questão dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo, com movimentos locais e/ou associativos de bairro. Ao buscarmos pistas sobre a implementação do direito à educação através dos processos comunicacionais que viabilizam, materializam e documentam a atuação de alguns desses movimentos aos quais nos propomos a investigar, nos esforçamos por compreender, também, as *mediações* constituintes nessa atuação. Essas mediações estão circunscritas no modo de formulação das políticas públicas, nos diálogos formais documentados entre os movimentos sociais e o poder governamental, nos modos de participação democrática formalizados, de configuração e estruturação dos próprios movimentos, nas suas relações com outros movimentos e esferas de poder, etc.

No desenvolvimento da pesquisa, ao longo dos capítulos subseqüentes, traremos alguns documentos que retratam o que queremos dizer e que nos ajudam a compreender como se constituem esses dispositivos expressos pelos processos comunicacionais.

1.2 Comunicação e Educação em contextos do “popular urbano”

Ao nos propormos a investigar meios de comunicação e mídias que expressem e materializem lutas pelo direito à educação pela atuação de movimentos associativos de bairro acabamos por evocar, também, o termo “popular”, historicamente relacionado a esses movimentos, sobretudo aqueles atuantes em periferias urbanas. No entanto, o uso desse termo e das concepções que recaem sobre ele nos exigiu certo cuidado. Ao mesmo tempo em que não poderíamos evocá-lo sem zelo ao que gostaríamos de nos referir, também não poderíamos ignorá-lo. Nesse sentido, nos respaldamos em apontamentos de Jesus Martín-

Barbero (2009) que relacionam concepções do “popular urbano” com a propagação dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural.

Se diante do índio a tendência mais forte é pensa-lo como primitivo e, portanto, como um outro, fora da história, diante do popular urbano a concepção mais frequente é negar pura e simplesmente sua existência cultural. Trata-se de um mito tão forte que falar em popular evoca automaticamente o rural, o camponês. E seus traços de identificação: o natural e o simples, o que seria irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como lugar do artificial e do complexo. E se acrescentarmos a essa visão a concepção fatalista com que hoje se encara a homogeneização promovida pela indústria cultural, dizer urbano é falar o antônimo do popular. Entretanto, as concepções pessimistas que chegam até esse ponto, sejam de esquerda ou de direita, conservam fortes laços de parentesco, às vezes vergonhoso com aquela *intelligentsia* para o qual o popular se identifica sempre secretamente com o infantil, com o ingênuo, com aquilo que cultural e politicamente imaturo. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.268)

Ao tratarmos sobre o popular urbano, nos atentamos sobre as tendências às percepções sobre o termo e sobre o próprio modo como nos apropriamos dele. Sobre isso, o autor ressalta que:

(...) o reconhecimento e o estudo do popular urbano deve enfrentar outro tipo de obstáculos, epistemológicos, que provém da romântica identificação do popular com o imediatamente identificável pela nitidez de seus traços. Obstáculo que hoje se reforça com aquele outro, que identifica o popular com uma resistência intrínseca, espontânea, que o subalterno oporia ao hegemônico. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.268)

Por essa perspectiva, temos compreendido que nem toda resistência é ou deve ser necessariamente oposição ao hegemônico. Tampouco, sejamos capazes de identificar com nitidez os traços cada vez mais diversos e complexos de identificação do “popular urbano”. Entretanto, também não podemos equalizá-los por completo, ao ponto de que não possamos se quer a eles nos referirmos, pois aí estaríamos voltando ao ponto de partida: negligenciando-os. Nesse sentido, o autor nos traz que, contra as tendências maniqueístas de identificação está surgindo “(...) uma nova percepção sobre o popular enquanto trama, entrelaçamento de submissões e resistências, impugnações e cumplicidades”⁴. E, como exemplo de estudo sobre essa trama ele cita o trabalho de Carlos Monsiváis, que, segundo sua análise “ para o caso do México, traçou os marcos da história e o mapa das transformações sofridas pelo popular

⁴ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

urbano a partir de princípios do século”.⁵ E, ainda que trate do caso Mexicano, “contém os traços fundamentais e as linhas do popular urbano na América Latina.”⁶

Considerando as aproximações trazidas por Martín-Barbero, citaremos algumas etapas principais desse processo de configurações e reconfigurações sobre o popular urbano que mediam a própria história dos movimentos sociais populares aos quais focamos nossa pesquisa.

No México, os trinta primeiros anos do século ficaram marcados pela Revolução e sua projeção na vida cotidiana, quer seja através de alguns dispositivos “peculiares ao processo revolucionário”, ou, entre outros mais “generalizáveis”. Dentre os peculiares destacam-se: “o teatro da revolução e o muralismo”. Estes, “tornando as massas *lendárias*, transmutam-nas em *povo (...)*”⁷, convertendo seus traços em arquétipos. Esta conversão apropria-se de signos transformando-os em “afirmação nacionalista”, que, ainda segundo o autor, seria uma “mudança carregada de ambigüidade, mas posta em marcha por uma Revolução que do palco aos muros torna visíveis e socialmente aceitáveis gestos, costumes, modos de falar até então negados ou reprimidos”.⁸ Os mais generalizáveis estão expressos nas interferências musicais e nos salões de baile:

(...) que “como os teatros configuram um espaço para a instalação de uma outra dimensão do popular, a da expressividade do tumulto feito da gargalhada e descontração, assovios e ruídos obscenos, grosserias por meio das quais as pessoas liberam, misturadas, a rebeldia política e a energia erótica. (...) Para além do peso específico que essas “expressões” do popular podem assumir em cada situação nacional, o decisivo é o assinalamento do sentido que elas adquirem: são as massas tornando-se socialmente visíveis, “configurando sua fome de ascensão a uma visibilidade que lhes confira um espaço social”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.269)

Outra etapa inicia-se em meados dos anos 1930, caracterizando-se pela entrada dos países da América Latina – embora com diferenças – na industrialização dependente e nos populismos, pelo grande deslocamento migratório para as cidades e pelo início da propagação da indústria cultural através do rádio e do cinema, especialmente no México e na Argentina.

⁵ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

Em termos culturais, “o populismo se converte em nacionalismo⁹” e, principalmente nesses dois países, encontra no cinema seu melhor meio de difusão. “Caberá ao cinema dar imagem e voz às identidades nacionais¹⁰”. Através dele acontecem os mais significativos processos de apropriação e reconfiguração cultural.

Neste cenário, o meio urbano vai se constituindo por pessoas deslocadas de seus lugares de origem, que também por isso passam por um processo de transformação radical em relação aos seus modos de vida anteriores, em relação às suas práticas, costumes e vínculos com o território. Todo esse deslocamento é propício às novas configurações sugeridas e emanadas pelo cinema e pelo rádio no processo de constituição de uma nova identidade nacional.

O rádio, por sua vez, faz a conexão entre o que cada cultura traz de característico com a nova conjuntura da sensibilidade urbana. “Conservando suas falas, suas canções e não poucos traços de seu humor, o rádio mediará entre tradição e modernidade¹¹.” Ele será o veículo de maior eficácia na transmissão de valores e indutor de percepções da massa – até o surgimento da televisão. Contribuirá “para a redução da cultura a *slogans*: uma crescente deformação melódica ou ideológica das canções e um nacionalismo que se torna a cada dia mais vazio e pitoresco.”¹²

A partir da década de 1960 a cultura popular passa a sofrer novas interferências em decorrência da abrangência da indústria cultural que passa a transpor modelos em largas escalas impulsionados pelo mercado transnacional.

(...) A proposta cultural se torna sedução tecnológica e incitação ao consumo, homogeneização dos estilos de vida desejáveis, banimento do nacionalismo para o “limbo anterior ao desenvolvimento tecnológico” e incorporação dos antigos conteúdos sociais, culturais e religiosos à cultura do espetáculo. (...) E no centro da nova dinâmica cultural, no papel de grande interlocutor, estará a televisão. (...) (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.271)

Diretamente influenciada pelos modelos norte-americanos, arquitetada de forma a direcionar um padrão de modernização, caberá à televisão o papel de propagação sobre o que é atual, ou o que é antiquado, tanto no campo dos objetos de moda e utensílios, quanto no

⁹ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

¹⁰ Ibidem. p. 270

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

próprio campo das falas que também passam pelo processo de homogeneização. Por mais essa transformação na adequação e propagação dos meios de massa aos dispositivos da indústria cultural, observa-se que, enquanto coube ao rádio o papel de nacionalizar o idioma, ainda preservando algumas características musicais e de sotaques, a televisão se esforçará em uniformizar o país, convertendo tudo e todos aos seus padrões.

(...) A televisão unifica para todo o país uma fala na qual, exceto para efeito de folclorização, a tendência é para a erradicação das entonações regionais. E com sua obsessão pelo atual, ou melhor, pela atualidade, a televisão suplantarás as temporalidades e os ritmos num discurso que procura tornar tudo contemporâneo. (...) (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.271)

No entanto, Martín-Barbero ressalta a lição apresentada por Monsiváis através de sua leitura histórica com atenção dirigida à dinâmica dos usos pelo popular urbano, que sinaliza as contrapartidas dessa tentativa de adequação de padrões estabelecidos pela indústria cultural às massas. A maneira como esse público “assimila as ofertas ao seu alcance”, não faz necessariamente com que consigam transformá-los ideologicamente. Os traços dessa transformação aparecem na persistente rebeldia política. Como cita o autor: “As classes subalternas assumem, porque não lhes resta alternativa, uma indústria vulgar e pedestre, e certamente a transforma em autocomplacência e degradação, mas também em identidade regozijante e combativa.”¹³

Este é, então, o ponto chave em que Martín-Barbero propõe a possibilidade de inversão nos modos de análise e estudos no campo da comunicação social, a partir do deslocamento do espaço de interesses desses, passando dos meios, para o lugar onde é produzido seu sentido. Através dessa nova ótica proposta, o foco de investigação seria, então, a repercussão que os meios de comunicação provocam a partir da produção de sentidos daqueles aos quais se destinam suas emissões. Nesse sentido, para o mesmo autor sugere como campo para essa investigação “os movimentos sociais e de um modo especial para aqueles que *partem* do bairro”.¹⁴

Os bairros, sobretudo aqueles situados nas periferias que circundam centros urbanos acabam sendo um espaço de grande miscigenação cultural. Esses bairros se compõem, geralmente, por deslocamentos migratórios de pessoas que fazem transitar consigo e em si diferentes e variados costumes e identidades que se reinventam na intervenção das novas

¹³ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

¹⁴ *Ibidem*. p.272

temporalidades e modos vida no espaço urbano. Através desse “movimento de fermentação cultural e política” emerge o que o Martín-Barbero chama de “uma nova identidade do popular”. O bairro é o campo para a gestação de “novas formas de solidariedades (...)”.¹⁵

São suas associações e centros que dispõem de uma amplitude e uma atmosfera capazes de congregar os migrantes, ao lhes oferecerem um mínimo de representação frente às autoridades e ao Estado. Trata-se de uma série de associações que não se esgotam no bairro, e que em muitos casos articulam a percepção e a solução dos problemas locais com um projeto social mais amplo, global. A luta por habitação, pelo fornecimento de energia elétrica e água, por um transporte básico e por um mínimo de atenção à saúde se inscreve numa realidade mais integral, e da luta pela identidade cultural. Numa sociedade tão pouco institucionalizada, as associações populares – (...) – “vão construindo um tecido social que vai *desenvolvendo uma nova institucionalidade*, fortalecendo a sociedade civil, apresentando traços de novas relações sociais e de sujeitos coletivos na vida do país. (...) (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.274)

As indicações do autor ajudam-nos a fundamentar esse processo de pesquisa no qual tomamos como campo de investigação movimentos associativos de bairro, do município de São Gonçalo/RJ, ainda que houvésemos iniciado este estudo antes mesmo que tivéssemos conhecimento sobre tais indicações. Queremos ressaltar, com isso, os encontros teóricos proporcionados durante processo de desenvolvimento da pesquisa. Este foi um encontro casual que ajudou a engajar ainda mais nossos estudos. Estudos esses, que, como já mencionamos, transpassa por alguns campos que estão, aparentemente, além da educação. No entanto eles estão interligados, não apenas pela nossa perspectiva, mas também por ações, vivências e lutas dos movimentos sociais populares, sobretudo aqueles aos quais focamos nossas atenções.

Sendo assim, nos tópicos a seguir vamos pouco a pouco entrelaçando pontos de articulação entre comunicação e educação.

1.3 Formas de comunicação: abordagens sobre práticas de comunicação popular, segundo Mario Kaplún e Paulo Freire

Antes de tudo devemos salientar que as formas de comunicação apresentadas por Mario Kaplún nos anos 1980 dizem respeito às conjunturas daquele dado momento histórico,

¹⁵MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

no qual Martín-Barbero (2009) nos ajuda a compreender um pouco melhor. Ele ressalta que: “Houve duas etapas de formação do paradigma hegemônico para a análise da comunicação na América Latina.”

A primeira teria surgido na década de 1960 quando o modelo de Laswell, anterior a uma epistemologia psicológico-condutivista, sofreu adaptações no sentido da semiótica estruturalista, possibilitando um encontro com a investigação crítica. Martín-Barbero chamou essa etapa de *ideologista*, em decorrência de sua vertente que tinha por objetivo descobrir e denunciar sustentando uma posição de crítica política, mas que sobre o viés da ideologia dominante fez com que a mensagem provocasse determinados efeitos. Porém o autor coloca que: “Tanto o dispositivo do *efeito*, na versão psicológico-condutivista, quanto o da *mensagem*, na versão semiótico-estruturalista, acabavam remetendo o sentido dos processos à imanência do comunicativo.”¹⁶ Ou seja, elevando o comunicativo a tal ponto, que este viesse a cair no vazio. No entanto, ao tentar suprir esse vazio com o “ideológico”, tem-se um recorte comunicacionista, porém, ainda sem especificidade.

A confusão entre comunicacionismo e denúncia acabou por provocar uma esquizofrenia que culminou em uma concepção onde os meios de comunicação eram convertidos a meras ferramentas de ação ideológica. E, assim sendo, discorriam de acordo com o lugar em que eram empregados. O que quer dizer: “seriam maus nas mãos das oligarquias reacionárias, mas se tornariam bons no dia em que o proletariado assumisse seu controle.(...)”¹⁷ Sob essa perspectiva, a crítica foi que a ideologização impedia que qualquer outra coisa pudesse ser interrogada nos processos, senão os *rastros do dominador*.¹⁸

(...) Entre emissores-dominantes e receptores dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 281)

Compreendemos que este fosse, talvez, o ponto de intercessão entre as concepções do dado momento histórico no campo da comunicação social, com as percepções e críticas que provocaram as primeiras interlocuções entre educação - seguindo perspectivas de Paulo Freire – e comunicação, sugeridas por Mario Kaplún (1985).

¹⁶ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

¹⁷ *Ibidem*. p. 281

¹⁸ *Ibidem*.

Nos anos 1970 começa a se configurar um novo quadro na comunicação que se caracteriza pelo cientificismo. Através de uma retomada as vertentes positivistas, onde nada pode ser problematizado sem a disposição de um método. O paradigma hegemônico é reconfigurado baseando-se no modelo informacional. Nesse mesmo momento histórico, as esquerdas latino-americanas passam por crises em decorrências dos golpes militares que se alastram pelo Cone Sul, propiciando a chantagem cientificista, já que o cenário era de retirada política. Martín-Barbero descreve o choque teórico da época da seguinte forma:

(...) os processos de comunicação ocupam a cada dia um lugar mais estratégico em nossa sociedade, já que, com a informação-matéria-prima, situam-se até mesmo no espaço da produção e não só no da circulação. O estudo de tais processos, porém, ainda se encontra limitado por uma tal dispersão disciplinar e metodológica que nos impede de saber com objetividade o que de fato se passa nesse âmbito. Sofremos, portanto, a urgência de *uma teoria* capaz de ordenar o campo e delimitar os objetos. Ora, essa teoria já existe, só que a sua elaboração teve lugar no espaço um tanto afastado da preocupação dos críticos: o da engenharia; é a *teoria da informação*. Definida como “transmissão de informação”, a comunicação encontrou nessa teoria a referência de conceitos precisos, delimitações metodológicas e inclusive propostas operacionais, tudo isso com o aval da “seriedade” das matemáticas e o prestígio da cibernética, capazes de oferecer modelos até para a estética.(...) (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.282)

Segundo o mesmo autor, esse modelo informacional enquadró-se as demandas metodológicas cientificistas e começou a propagar-se pelo campo da comunicação sustentado por uma concepção funcionalista que resistiu na linha estruturalista e em algumas vertentes do marxismo. Nesse sentido, o desdobramento foi que, se por um lado, ao modelo semiótico – centrado na análise das mensagens – faltaram conceitos que fossem capazes de abarcar e demarcar o campo sem confusões, por outro, a delimitação do modelo informacional deixou de fora observações que seriam fundamentais para a compreensão das polifonias que envolvem o processo de comunicação.

Sobre isso Martín-Barbero (2009) conclui:

(...)Não apenas a questão do sentido, mas também a do poder. Fica de fora toda a gama de perguntas que vêm da informação como processo de comportamento coletivo. Fica de fora o conflito de interesses em jogo na luta por produzir, acumular ou veicular informações e, por conseguinte, os problemas da desinformação e do controle. Ao deixar de fora da análise as condições sociais de produção de sentido, o modelo informacional elimina a análise das lutas pela hegemonia, isto é, pelo discurso que “articula” o sentido de uma sociedade. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.283)

Comprendemos que Mario Kaplún (1985), ao propor a comunicação com ênfase no processo tente justamente suprir as brechas deixadas pelas concepções precedentes, ainda que

exponha algumas de suas características. Porém, ele sistematizou as formas de comunicação, que dizem respeito também as concepções traçadas por Martín-Barbero, de maneira que se tornassem pedagogicamente mais acessíveis aos interessados pelos estudos de comunicação vindos de outros campos, e, sobretudo, por educadores e membros de movimentos sociais populares.

Destacando a importância da comunicação e estimulando a apropriação desse campo pelos setores populares da sociedade, Kaplún faz interlocuções entre comunicação e educação baseando-se nas concepções de Paulo Freire. O autor relaciona as principais concepções de Freire com as formas de comunicação, sendo elas: comunicação com ênfase nos conteúdos; comunicação com ênfase nos efeitos; e a comunicação com ênfase no processo.

Apropriando-nos, então, da sistematização feita por esse autor, consideramos que para os propósitos dessa pesquisa seja fundamental a percepção da diferença entre essas três *formas de comunicação*. Elas contribuem na orientação do nosso olhar tanto sobre como as políticas públicas educacionais encaminham práticas pedagógicas, tal como nos fazem pensar na relação educador-educando no processo de ensino aprendizagem. Além disso, e como ponto específico dessa abordagem, a percepção sobre as diferentes formas de comunicação orienta o nosso modo de compreender as tramas que envolvem o processo de apropriação e/ou produção de meios de comunicação por movimentos sociais populares da periferia do Rio de Janeiro. No caso da nossa pesquisa, temos como campo de investigação associações de moradores e amigos de bairro atuantes no município de São Gonçalo, cidade situada no leste metropolitano do estado.

De acordo com a perspectiva de Kaplún, as formas de comunicação vão diferenciar-se e/ou assemelhar-se, sobretudo no que diz respeito à relação entre emissor, receptor e mensagem, e as ênfases dadas a cada componente desse processo. Nesse sentido, independentemente dos meios de comunicação, o que está em questão é a forma como a comunicação é concebida, como percebe e reconhece o receptor e como assume a relação entre emissão-recepção no processo de composição e assimilação da mensagem. O autor salienta ainda, que não existem formas de comunicação isoladas. Sendo assim, a percepção e o olhar crítico sobre elas podem, também, alterar significativamente suas repercussões.

O meio de comunicação é o veículo usado para conduzir a mensagem. Já as formas de comunicação dizem respeito à concepção na relação entre emissor-receptor-mensagem. Sendo assim, um jornal impresso, por exemplo, pode ser concebido tanto como um meio unidirecional, que entende o receptor como sujeito passivo e/ou ativo. Ou, o mesmo meio, (também um jornal impresso), se apropriado e/ou produzido por um movimento social

popular a partir de diálogos, debates e engajamentos, por envolver o sujeito como protagonista no processo de constituição da mensagem, com seus engajamentos em prol e a partir de uma ação coletiva assumirá outro caráter. Ainda que também nele existam intencionalidades, a ênfase deste estará em seu processo de constituição.

Para uma melhor compreensão pontuaremos a seguir as formas de comunicação apresentadas por Kaplún (1985):

a) Comunicação com ênfase nos conteúdos:

A comunicação com ênfase nos conteúdos corresponde ao que Paulo Freire denominou de “educação bancária”. Nela, tanto o educando, quanto o destinatário de uma mensagem é concebido como objeto e, portanto, externo e passivo a ela. Esse modelo de concepção pedagógica que concebe o educando/receptor como externo ao processo é apresentado por Kaplún (1985) como exógeno.

Sobre as práticas pedagógicas que se fundamentam na educação bancária, Paulo Freire (2012, p.70) diz que essa é uma concepção que “somente pode interessar aos opressores” já que sua paz depende da simples adequação do homem ao mundo. Mundo este tramado e concebido a partir do poder de hegemonia das classes dominantes, que se sentiriam muito mais ameaçadas “quando mais questionando o mundo” estivessem os homens, uma vez se percebendo capazes de um “pensar autêntico”. Por isso, o autor ressalta que um dos objetivos fundamentais dessa concepção é dificultar esse estímulo ao pensar. Em todos os métodos que abarcam essa concepção “há sempre a conotação “digestiva” e a proibição ao pensar verdadeiro”, demarcados, sobretudo, pelo distanciamento entre o educador–emissor da comunicação e os educandos-receptores.

Através da hierarquização, limitação e forma de saberes sustentados pela perspectiva da educação bancária os educandos–receptores não são incentivados a se reconhecerem como parte constituinte do mundo, nem tampouco a se perceberem enquanto protagonistas de sua história de maneira que problematizem suas condições de vida . Como defende Freire (2012, p.70), essa perspectiva de educação não leva em conta que:

(...) somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos, pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, *mas na e pela comunicação*¹⁹, em torno, repítamos, de uma realidade.

¹⁹ Grifo nosso.

Ou seja, uma educação e/ou uma comunicação que não consideram as conjunturas que mediam os processos de constituição dessas ações e não são capazes de perceberem os envolvimento e implicações dos sujeitos sociais, tendem a não ser outra coisa senão acúmulo e/ou troca de informações e conteúdos sem significação.

Essa pontuação nos ajuda a reafirmar a relevância dessa pesquisa ao abordar os meios de comunicação usados por movimentos sociais populares de São Gonçalo/RJ. Considerando que tanto a atuação desses movimentos quando os meios usados para articulação visibilidade e voz em suas lutas pelo direito à educação, expressam a mediação do homem, através do meio de comunicação, com a realidade que o circunda e ao mesmo tempo o constitui. Sendo assim, a atuação dos sujeitos sociais nos movimentos de bairro, no e pelos dos meios de comunicação por eles produzidos e/ou apropriados representam em si a ação desse homem que se percebe sujeito no processo de comunicação–educação e não mais mero objeto. Essa atuação envolve um processo de formação e aprendizagem informal que coloca o homem, enquanto sujeito, no mundo que o constitui e que é também por ele constituído.

b) Comunicação com ênfase nos efeitos:

Mario Kaplún (1985) ressalta que o modelo de comunicação com ênfase nos efeitos deve ser analisado com especial cuidado já que ele surge como uma reação mais “moderna” ao modelo tradicional, em relação à comunicação com ênfase nos conteúdos e a educação bancária. Porém ele é na verdade, uma variação, um aprimoramento do modelo anterior, que, segundo o autor, “mais influenciou a concepção da educação” e está presente em muitos dos manuais de comunicação.

Esse modelo surgiu nos Estados Unidos, no século XX, “precisamente para o treinamento militar, para o rápido e eficaz adestramento dos soldados”, durante a II Guerra Mundial – década de 1940. Entre suas principais características e diferenciações do modelo anterior estão: a grande importância à motivação; a retroalimentação por parte do destinatário-receptor; o estímulo que propõe ações, mas que postula como objetivo a mudança de atitudes em correspondência às intenções previstas por seus planejadores; e a avaliação dos resultados em conformidade com as intenções pré–estabelecidas.

Sobre essa concepção, coloca Kaplún (1985), seus planejadores propunham:

(...) um método mais rápido e eficiente, mais impactante, mais “feito em série”, para **CONDICIONAR** o educando para que adote as condutas e as ideias que o planejador havia determinado previamente (o qual explica porque esse modelo teve tanta aceitação no exército, na guerra).

Ou seja, nessa concepção é o “programador”, ou seja, o emissor ou o dono do meio de emissão quem determina por indução e persuasão o que os receptores devem fazer, o que devem pensar e como devem agir. Consideramos que a percepção crítica sobre essa forma de comunicação seja fundamental, principalmente pelos movimentos sociais das classes populares visto que, somente a partir dessa visão seria possível encontrarmos meios para desmistificar as ideologias hegemônicas. Por isso, ao lançarmos a investigação sobre os meios de comunicação utilizados, produzidos e/ou apropriados por associações de moradores nessa cidade de periferia metropolitana, entendemos esses meios como uma potente ferramenta política contra-hegêmica. Ela é, também, formadora de uma percepção ativa e crítica em relação aos meios de massa e suas estratégias de persuasão e manipulação.

Persuasão é um conceito chave nesta concepção. Ao contrário do modelo anterior, não se trata mais de informar simplesmente. Agora, o grande objetivo está voltado para o potencial de manipulação e convencimento em relação ao público destinatário. O objetivo é que este público adote a conduta proposta como a “verdadeira”, senão, a única possível, acreditando ser ela a melhor solução tanto para si, quanto para a coletividade. “Todo manipulador legitima seu trabalho na convicção de que o faz pelo bem daqueles a quem tenta ‘conduzir para o bom caminho’ ”²⁰.

Sendo assim, tal como na educação bancária, o educador-emissor-comunicador é sempre quem educa, é o dono da fala e, portanto, o detentor do conhecimento e da informação. É ele quem prescreve as regras, seleciona os conteúdos e é o sujeito do processo. O educando, tomado enquanto receptor passivo é sempre tido como objeto, ainda que deva corresponder as ações pré-estabelecidas. É ele quem deve ser influenciado pela mensagem e a ela obedecer, seguir a prescrição e corresponder. Ele é aquele que não sabe, por isso deve receber o conteúdo ou a informação, convencer-se delas, incorporá-las e retribuí-las.

Essa forma de comunicação fundamenta-se nos objetivos da psicologia condutivista, ou Behaviorista (de behavior, conduta) baseando-se em mecanismos de estímulos e recompensas. Ela remete ao “hábito” um papel central no processo educativo, compreendendo-se este como a relação entre o estímulo e a resposta dada a ele, na qual recebe uma recompensa. Portanto o hábito é “uma conduta automática, mecânica, não-

²⁰ KAPLÚN, M. *O comunicador popular*, 1985. Tradução coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares. Disponível em: <www.camaracom.com.br/coletivo>. Acesso em: 23 jun. 2011.

reflexiva, não-consciente” e, por isso, “passível de ser condicionada, modelada, suscitada externamente pelo educador (...).”²¹

Nessa perspectiva a informação é sempre parcial e bem pouco dialógica. Diz respeito, sobretudo, aos interesses dos seus emissores, ao lugar e a posição de onde falam, por isso se dá muito pouca importância à participação crítica.

Exemplo dessa forma de comunicação são os meios de massa, sobretudo as grandes emissoras de televisão, rádio, como também os jornais impressos de maior circulação. Ela é comum, também, no treinamento técnico-profissional, no “adestramento” de funcionários por meio de instruções programadas que, através das lógicas condutivistas, são convencidos a habituar-se as lógicas de interesse das empresas acima de qualquer outro valor. Além de ser fundamentadora das técnicas publicitárias que induzem o “público alvo” por pressão, repetição e através de motivações subliminares. O objetivo central é que este público compre o produto exibido na propaganda, (efeito) quase por impulso. O mesmo acontece em propagandas políticas. Estas se utilizam comumente de slogans emocionais e da destreza de oratória dos candidatos, com intuito de que os eleitores se convençam das intenções destes através das edições da propaganda sem grandes reflexões ou conhecimentos sobre o que é apresentado.

No campo educacional essa forma fica explicitada tanto pelos currículos escolares que devem cada vez mais corresponder às demandas da “padronização” do ensino por meio de avaliadores externos à escola, através da aplicação de provas objetivas e meramente conteudistas. Uma forma teórica de medir quantitativamente, (senão, manipular), uma suposta “qualidade da educação”.

Além disso, ela também está presente nos métodos de educação à distância e nas estratégias de “otimização” do ensino. Otimização essa que se remete exatamente aos interesses que fomentaram o surgimento dessa forma de comunicação como apresentamos no início deste tópico: treinamento para o rápido e eficaz adestramento das massas. Neste caso, também um meio mais barato e eficiente de certificação de um grande público, que não exige grandes estruturas físicas, nem muitos profissionais da área. Este é o caso do “Projeto Autonomia”, que vem sendo executado pelo atual governo do estado do Rio de Janeiro, entre outros programas sob a mesma vertente que vem sendo aderido também por governos municipais.

²¹ KAPLÚN, M. *O comunicador popular*, 1985. Tradução coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares. Disponível em: < www.camaracom.com.br/coletivo >. Acesso em: 23 jun. 2011.

Tais métodos, por serem impostos e planejados por organizações e grupos externos à escola e sem vínculos com os locais onde são aplicados excluem, ou negligenciam a capacidade dos educandos de pensarem e elaborarem problematizações a partir de suas vivências. No entanto, para não perdermos o foco nos objetivos já expostos dessa pesquisa, deixemos esse debate para um outro momento.

c) Comunicação com ênfase no processo:

A comunicação com ênfase no processo parte de uma concepção de educação endógena, ou seja, que entende o receptor enquanto sujeito ativo e crítico no processo. Segundo Mario Kaplún esse é o modelo pedagógico “que Paulo Freire, seu principal inspirador, chama de “educação libertadora” ou “transformadora”.²²

Sob essa perspectiva, Paulo Freire (2010, p.73) aponta:

(...) A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Por isso a comunicação que coloca sua ênfase no processo está relacionada à educação problematizadora de Paulo Freire. Através dos questionamentos frente às tensões que envolvem a realidade no qual está inserido, o homem, enquanto sujeito protagonista “nega os comunicados e existencia a comunicação.”²³ Ou seja, se reconhece imerso em um permanente processo de descoberta, elaboração e reinvenção que constituem seu conhecimento em relação com seu modo de estar no mundo. E esse conhecimento só é possível através da “ação-reflexão-ação” a partir de práticas sociais, que envolvem outros sujeitos. Por isso a concepção problematizadora “afirma a dialogicidade e se faz dialógica”.²⁴ Dessa concepção parte uma das principais afirmações de Paulo Freire: “*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.*”²⁵

Assumida essa concepção, tanto o educador popular, quanto o comunicador popular, que até aqui temos entendido como profissionais que tem em comum suas funções sociais de mediar à reflexão crítica, refazem constantemente seus atos cognoscentes, de acordo com as

²² KAPLÚN, M. *O comunicador popular*, 1985. Tradução coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares. Disponível em: <www.camaracom.com.br/coletivo>. Acesso em: 23 jun. 2011.

²³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.74.

²⁴ Ibidem. p. 75

²⁵ Ibidem. (Grifo nosso)

demandas e problematizações dos educandos–educadores. Esses, agora são compreendidos, reconhecidos, tal como também se reconhecem, enquanto investigadores críticos que dialogam com o educador²⁶ durante o permanente processo de aprendizagem.

Kaplún ressalta que esse modelo também sugere uma mudança de atitude. Mas essa mudança não está associada, sobretudo, à adoção de novas tecnologias, ou a correspondência mecânica e conformista de comportamentos e condutas. “A troca fundamental aqui consiste em transformar um homem acrítico em um homem crítico”²⁷, através do processo em que este sai de um estado conformista, assumindo suas opções com autonomia, inclinando–se a valores solidários e comunitários.

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá–lo. (...) ²⁸

Também por isso, uma das características fundamentais desse modelo é que, como falamos não se trata de um processo de educação individual. Ele é sempre coletivo, comunitário, constituído através da interação dos sujeitos e das experiências compartilhadas. Exalta a solidariedade, a cooperação, a criatividade e a capacidade potencial dos indivíduos.

Nesta pedagogia, os recursos tecnológicos, audiovisuais tal como os meios de comunicação em geral servem para problematizar, estimular a discussão, a reflexão, a participação e a criação. O objetivo principal é que o sujeito pense criticamente a realidade na qual está imerso, e que esse pensar faça-o perceber a possibilidade de transformá–la.

Diante da fomentação de tais atitudes, Mario Kaplún ressalta a importância de que os setores populares aprendam a manusear os meios de comunicação, entendendo a comunicação como uma forma de poder. Nesse sentido, o autor defende que as classes subalternas só irão adquirir uma capacidade real de participação quando aprenderem a manusear também os meios de comunicação. Ele enfatiza, portanto, o papel da criação, produção e/ou apropriação de uma comunicação popular.

²⁶ Aqui surge um ponto interessante de reflexão: em alguns momentos o educador, enquanto aquele que porta o conhecimento não é um comunicador que emite determinado conhecimento. Por ser o conhecimento pré-estabelecido por cartilhas e conteúdos ele, o educador, sendo quem deve transmitir o conteúdo estabelecido por “outros” para que os educandos atendam as demandas das avaliações objetivas, é muito mais um “meio de comunicação” do que um comunicador, em si. Não é ele o autor da mensagem, enquanto conteúdo. Ele apenas a transmite, o que é significativamente diferente.

²⁷ KAPLÚN, M. *O comunicador popular*, 1985. Tradução coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares. Disponível em: <www.camaracom.com.br/coletivo> Acesso em: 23 jun. 2011.

²⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido* [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.77.

Através da participação ativa nos processos comunicacionais:

(...) la sociedad que estamos tratando de construir justamente tiene como meta lograr una participación plena de los sujetos sociales. Y en ese sentido, las experiencias de comunicación también son... como decirlo... instancias en que se empieza a ejercer el poder, instancias en que se aprende cómo se ejerce el poder, la comunicación es un poder, la información es un poder en una sociedad, y la medida en que los sectores populares aprenden a manejar esos medios y a controlarlos, y a ser autónomos en su manejo, aprendizaje; nada fácil por otra parte; están adquiriendo una capacidad de ejercer la participación, una capacidad real de ejercer la participación, (...). (KAPLÚN, M. 1985)²⁹

No entanto, como fora exposto, a comunicação popular terá seu principal diferencial no processo de constituição das mensagens que, segundo Bakhtin é sempre polifônica. Sendo assim, um jornal impresso comunitário, por exemplo, ainda que enquanto forma de comunicação um meio unidirecional, envolve em seu processo de produção um engajamento ideológico e comunitário diferente do processo de produção de um jornal impresso privado e de massa. Nessa mesma perspectiva, a apropriação à uma página de rede social criada para articular, debater e divulgar questões de interesse comunitário de um movimento popular de bairro se diferenciará da apropriação desse mesma mídia por um único indivíduo, mesmo que este se prontifique a denunciar questões do seu bairro; ou por um grupo publicitário, por exemplo. Também neste caso o que estará em questão é o processo que envolve as demandas e debates expostos e emitidos através da apropriação dessa determinada rede social do ciber-espço.

1.4 Dos meios às mediações: experiências formativas e fóruns de resistência

Através da ênfase nos *processos comunicacionais* destacamos a importância na atuação crítica dos sujeitos sociais compreendendo que, entre tantas possibilidades, a comunicação assume muito mais do que a função de transmitir informações, ela é também um mecanismo de formação, organização social, troca de experiências e conhecimentos que se

²⁹ KAPLÚN, M. Democracia y comunicación popular. Entrevista a Mario Kaplún. *Democracia, vida cotidiana y movimientos sociales*. Revista Acción Crítica. Lima – Perú: Publicación del Centro Latinoamericano de Trabajo Social de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social, p. 1-8, 18. Diciembre 1985. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/revi-ac.htm>> Acesso em: 24 jun. 2011.

faz possível através da participação consciente, onde o sujeito assume o papel de protagonista na relação.

Além disso, ao lançarmos nosso olhar ressaltando por evidência a importância da apropriação e produção de meios de comunicação e mídias por movimentos sociais populares pretendemos contribuir enquanto pesquisadores na organização material e na exposição de processos de lutas desses movimentos subalternos que, ainda que vivenciem, marquem e sejam marcados pela história, tendem a ter as suas marcas suprimidas e/ou silenciadas por forças hegemônicas. Sendo assim, a investigação sobre os processos comunicacionais que expressam reivindicações e formas de lutas desses movimentos contra-hegemônicos são compreendidos, também, como “dispositivos de visibilidade alternativa, estratégias de afirmação da diversidade cultural e de apropriação de territórios (...)”, como coloca Eduardo Coutinho (2008, p.9).

Nesse sentido Coutinho (2008) indica:

(...) Há, no entanto, pensadores de variados matizes teóricos e políticos que, sem perder de vista as relações materiais dominantes, desenvolvem uma reflexão crítica a respeito do papel da comunicação na cultura tecnocapitalista. Entre esses, há os que, inspirados no pensamento do italiano Antonio Gramsci, compreendem a cultura como uma instância da luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Tal perspectiva admite, no entanto, a possibilidade de grupos subalternos construir uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de *contra-hegemonia*.

Os movimentos contra-hegemônicos são tecidos por longos, permanentes e intermináveis processos de lutas, que, por isso, na medida em que acontecem, deixam suas marcas na história. No entanto esses movimentos precisam, além de criar dispositivos para as lutas em seus campos de batalha cotidianos, buscarem, também, meios de firmarem suas marcas no sentido do reconhecimento e da legitimação no processo de constituição histórica do lugar de onde falam, por onde, pelo que e/ou por quem lutam.

Sob essa perspectiva, tanto a organização de material desses processos de luta – como tentamos fazer nessa dissertação – quanto a própria produção de materiais que de alguma forma auxiliam na visibilidade histórica e resguardam as marcas de vozes subalternas, muitas vezes suprimidas e silenciadas pela pressão das lutas e dispositivos hegemônicos, são fundamentais no registro para a legitimação desses movimentos contra-hegemônicos na constituição da história, que muitas vezes é a história dos vencidos.

Como exemplo de um registro de lutas que poucos teriam conhecimento se não fosse pelo engajamento e esforço de produção com compromisso histórico e social, podemos citar o documentário “Cabra marcado para morrer” de Eduardo Coutinho. O documentário que trata sobre a organização de ligas camponesas no nordeste brasileiro, registra as marcas e perseguições sofridas por esses movimentos de resistência, que inclusive culminou no assassinato do seu líder e na perseguição de sua esposa, parentes e companheiros de luta pela polícia, a mando do governo, sob acusações de fazerem parte de conspirações esquerdistas internacionais. O cineasta das comunicações contra-hegemônicas convida os protagonistas do movimento da vida real para participarem da produção cinematográfica reproduzindo algumas cenas de lutas descritas e vivenciadas por eles mesmos.

Coutinho levou mais de 18 anos para concluir o filme, mas não desistiu. Talvez, se não fosse por seu compromisso, sensibilidade e engajamento, sobretudo ideológico, em ouvir com cuidado, recompor narrativas, juntar pedaços de cenas das histórias de vida desses quase “invisíveis” sujeitos históricos e ir atrás deles depois de mais de uma década, não teríamos a oportunidade de conhecer essas marcas da história que também é nossa.

Ao abarcarmos os processos comunicacionais em reivindicações pelo direito à educação em São Gonçalo, através da investigação sobre meios comunicação e mídias apropriados e/ou produzidos por movimentos sociais populares do município, pretendemos contribuir, de alguma forma, para o registro histórico desses movimentos. Nesse sentido, tal como Coutinho – o cineasta diretor – buscamos pistas das lutas contra-hegemônicas e, já por isso, nos engajamos nelas. E, através do deslocamento das atenções em termos das análises e do papel da comunicação social, mergulhamos nos processos que mediam as lutas desses movimentos sociais populares de periferia urbana.

Ainda nessa perspectiva, Martin-Barbero (2009) nos ajuda a pensar sobre a ênfase nos processos comunicacionais ao propor um deslocamento que coloca em evidência a comunicação como questão de *mediação*.

Assim a comunicação se tornou para nós questão de *mediação* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. (MARTIN-BARBERO, 2009, p.28)

Sob essa perspectiva o autor coloca que esse deslocamento nos conduz a uma “reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana encontrando uma brecha

no embuste lógico com que a homogeneização capitalista parece esgotar a realidade atual”.³⁰ Haja visto que na América Latina a diferença cultural se dá na densidade e na pluralidade das culturas populares, sendo este um espaço de conflitos profundos. Por isso, nesse continente, “o popular fala a partir da trama das mestiçagens e das deformações do urbano, do massivo.” Nele, “as massas ainda *contêm*, no duplo sentido de controlar mas também de trazer dentro, o povo.”³¹

Nesse sentido, Martín-Barbero propõe a mudança no lugar das perguntas para compreender o processo de constituição do massivo. “E, para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais.”³² E é sob essa perspectiva, que fazemos a abordagem dessa pesquisa.

Como expomos da introdução, a partir do levantamento das associações de moradores atuantes no município, vamos listando os meios de comunicação utilizados por esses movimentos em suas articulações, de forma que no desenvolvimento dessa dissertação, através do acompanhamento do processo de produção e/ou apropriação de diferentes meios tracemos algumas pistas sobre as seguintes questões: Como tem se engendrado a atuação de associações de moradores do município de São Gonçalo, principalmente em questões que tangenciem o direito à educação, seja na participação na formulação de políticas públicas para a área, seja no sentido direto da garantia e implementação desse direito? Por quais meios se mobilizam para reivindicarem e exporem suas demandas pelo direito à educação? Quais são as principais demandas desses movimentos, que repercutem na garantia do direito à educação? Quais são as repercussões das lutas desses movimentos sobre a garantia do direito em questão?

1.5 Movimentos sociais populares e direito à educação

Em se tratando de pesquisas que abordem a temática dos movimentos sociais populares, Gohn (2012) ressalta um declínio de estudos e até mesmo registros históricos relativos à atuação desses movimentos no Brasil, principalmente a partir dos anos noventa.

³⁰ MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p.28

³¹ *Ibidem*. Grifos do autor

³² *Ibidem*. p. 28

Tal apontamento nos despertou a atenção sobre a necessidade desse tipo de pesquisa que enfoque dentre esses movimentos os que continuam atuantes, especificamente associações de moradores e amigos de bairro.

(...) Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é que a maioria dos estudos foi realizada nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, desde que o resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores. (GOHN, 2012, p.274)

Segundo constata a mesma autora, ao verificarmos a produção literária sobre estudos e pesquisas que abarquem as temáticas de educação popular e movimentos sociais populares urbanos nas últimas duas décadas, temos que: Ela se desenvolveu aparentemente de maneira automática; os pesquisadores que se debruçaram sobre tais temáticas se mantiveram em seus campos específicos (a área da educação, com a educação popular e a área das ciências sociais com os movimentos sociais); a produção sobre educação popular atinge seu auge na década de 1970, quando começam a surgir as primeiras publicações sobre os movimentos sociais; enquanto as abordagens sobre movimentos sociais cresce, as abordagens sobre educação popular declinam; os princípios e métodos da educação popular se fazem presente, concretamente, nas fundamentações dos movimentos sociais populares da década de 1980. Tais pontuações fundamentam a hipótese de que “os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação popular.”³³

Ainda segundo Gohn (2012), apesar de algumas lideranças e assessorias dos movimentos sociais populares atribuírem alguns fatores externos como os principais causadores da crise desses movimentos, dentre eles, a partir do início da década de 1990 estão: a crise econômica, as mudanças nas conjunturas políticas e econômicas através da adoção das práticas neoliberais, queda do leste europeu e etc.

Com isso a autora coloca que será no interior dos próprios movimentos que estarão as principais causas. Tal constatação se dá devido ao fato de que ao longo da década de 1980 os movimentos não terem buscado desenvolver projetos políticos próprios, criando um vínculo de dependência com as assessorias externas. Sendo assim, muitos deles eram orientados por outras instituições, sobretudo por alguns partidos políticos e alguns segmentos da Igreja Católica. No entanto, percebe-se que após o processo de consolidação da Constituição de 1988, grande parte dos movimentos se desmobilizou. Apenas alguns grupos que estavam

³³GOHN, M. da G. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 48

estruturados de maneira mais sólida conseguiram permanecer na ativa. Todavia, “quando se falava de ‘crise dos movimentos sociais urbanos’, nos primeiros anos da década de 1990, não significava o desaparecimento deles, (...)”.³⁴

Contudo, observa-se, a partir da consolidação da constituição Federal e da dita “crise” dos movimentos sociais populares, modificações nas formas e concepções de atuação política, sobretudo por parte das populações urbanas: muitas das mobilizações não se voltavam mais para o desenvolvimento crítico em defesa de conquistas coletivas. Muitos sentidos foram sendo invertidos. Diversas mobilizações passaram a funcionar, sobretudo, como uma forma de organizar a população para receber e participar de programas e projetos sociais impostos de cima para baixo, ou seja, projetos macropolíticos e homogêneos, oriundos do Governo Federal e implementados nas esferas locais. Estes já vinham estabelecidos e concebidos pelas estruturas do Estado capitalista de maneira a satisfazer e atender as demandas da população de forma mínima.

Esse deslocamento sobre os modos de atuações dos movimentos sociais populares a partir da consolidação legislativa de seus direitos se remete à uma inversão ideológica onde, de acordo com a concepção de Gramsci (1971) está atribuído ao Estado capitalista grande relevância na função de promover um conceito único e burguês da realidade, tendo este um papel mais extenso e ampliado na perpetuação das classes. Nesse sentido Martin Carnoy (2011), ao trazer a perspectiva de Gramsci sobre a função do Estado nos ajuda a compreender a questão:

(...) não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender seu papel de classe, nem eram somente as instituições “privadas” da sociedade, como a religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. (CARNOY, 2011, p.91)

A partir dessa colocação devemos pensar e problematizar tanto sobre como as políticas educacionais vem sendo estabelecidas e implementadas, quanto sobre as formas de participação e atuação dos movimentos sociais populares na constituição de tais políticas e em suas reivindicações, compreendendo criticamente as táticas de ação para a educação, sobretudo, como mecanismos de (re)produção da hegemonia (GRAMSCI,1971).

³⁴ GOHN, M. da G. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.120

Nesse sentido, como aponta Cunha (2009, p. 62): “O Estado, por sua omissão ou por suas políticas antidemocráticas tem sido o verdadeiro impulsionador dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que pode funcionar como elemento de contenção desses movimentos.”

Sendo assim, compreendemos que o Estado democrático, tem, cada vez mais, usado meios e táticas para forjar tipos de participação pré-estabelecidas, que mesmo diante do caráter aparentemente participativo, popular, já impõe seus interesses e reafirma sua ideologia hegemônica. Se por um lado não podemos deixar de considerar que a participação dos movimentos sociais existe e é legitimada, por outro lado devemos levar em conta as maneiras como essa participação se efetiva.

Dentre os motivos que conduziram nossa pesquisa à investigação sobre a atuação das associações de moradores no município de São Gonçalo está a constatação da existência resistente dessas associações, mesmo diante da falta de recursos, visibilidade e legitimidade frente aos poderes governamentais. Muitas associações têm funcionado ou em sedes provisórias, ou nas residências de alguns de seus representantes, quando não, estão sem sede. Este é o caso da Associação de Moradores e Amigos de Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), e da própria Federação das Associações de Moradores e Amigos de Bairros de São Gonçalo (UNIBAIRROS–FAMERJ), que teve de sair do pequeno espaço precário em que funcionava, nos fundos de um imóvel antigo no centro da cidade, pois o espaço era cedido por um órgão público federal.

No entanto mesmo diante das inúmeras dificuldades e até mesmo da ausência de um espaço físico permanente, elas continuam atuantes, pois, como constata Gohn (2012, p.108) “*A organização pode morrer, mas a ideia geradora certamente persistirá. E esta ideia gerará o renascimento do movimento em outro contexto.*” Esse apontamento pode ser confirmado diante das mobilizações que tomaram as ruas de inúmeras cidades do Brasil em junho de 2013, e que continuam acontecendo. Essas mobilizações, retomadas em outro contexto, fazem parte de um longo processo de lutas engendradas por movimentos sociais organizados, ainda que agora resurjam com características de desvinculações institucionais.

Sendo assim, reconhecendo que a condição básica de todo movimento social é seu fluxo e refluxo, os líderes desses movimentos vão adiante motivados, sobretudo, pelas convicções ideológicas que os impulsionam. Não obstante, muitos deles possuem uma vasta experiência de militância política. Este fato nos remete à contextualização sobre a conjuntura política em que começam a surgir e/ou se fortalecer a grande maioria desses movimentos sociais populares e, principalmente, os movimentos de associação de moradores e amigos de bairro, impulsionados pelo cenário político geral que envolvia o país.

Como aponta Cunha (2009), após a crise de identidade que se estabeleceu nos partidos de esquerda na década de 1970 diante das forças de repressão sofridas por estes no auge da ditadura militar, os membros e grupos de “militantes desgarrados” procuraram se infiltrar nas massas, engajando-se às ações coletivas de resistência. Eles levavam consigo a expectativa de que as articulações com/entre os trabalhadores e suas vanguardas os levassem à consciência de classe. Vale lembrar, que como pontuamos anteriormente, através da retrospectiva sobre a propagação dos meios de massa na América Latina, a década de 70 foi justamente um momento de retirada política e crise da esquerda em decorrência dos golpes militares que se disseminaram pelo Cone Sul, como também salientou Martin-Barbero (2009).

Nesse momento histórico, destaca Gohn (2012, p.108), os referenciais teóricos dos movimentos concentram-se em Gramsci, “cujas teses sobre a cultura popular e sobre o partido como intelectual coletivo pareciam não só explicar as razões da derrota dos partidos de esquerda como, também, apontar outros caminhos para a prática política revolucionária”.

Nesse sentido, esse mesmo contexto de surgimento das Associações de Bairro é apresentado no blog da Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA:

Nos anos 70 surge o novo sindicalismo. Ele enfrentou o atrelamento do ministério do trabalho criado por Getúlio Vargas, na mesma época surgiu também o movimento comunitário que seria o alongamento sindical nos bairros, ou seja, o sindicalista iria levar as lutas reivindicativas dentro das realidades de seu bairro. Até então, só existiam os centros pró-melhoramentos e os grêmios recreativos que não tinham nenhum tipo de organização popular. Primeiro viviam sob as leis de exceção da Ditadura Militar, pois SNI, DOPS, AI-5, etc. castravam toda a forma de organização e direitos sociais como ir e vir, direito a cidadania, etc.

Com o surgimento das Associações de Bairro a coisa se modificou. As lutas passaram a ter maior adesão por parte dos moradores por melhores condições de vida, água, iluminação, segurança, pavimentação, saneamento, saúde, escolas. Até o fim da lei da segurança nacional, foi criada a UniBairros a FAMERJ, Comitê de Anistia e direitos humanos. Com a abertura política já nos anos 80 veio a “democracia” com ela, o pluralismo partidário e seus políticos sérios e, naturalmente, os politíqueiros oportunistas e aproveitadores do mal estar social.

Vieram as eleições de 1982 no qual foi implantado, no Rio de Janeiro, o populismo caudilhistas, que usando de seus atrativos, cooptou pseudo líderes com cargos em seus governos que passara a defender projetos na maioria esdrúxulos. Isso criou descrédito naqueles que acreditavam em melhores dias. Porém, nem tudo está perdido. Temos programas sociais nunca vistos antes embora exista o perigo do neoliberalismo que ronda nosso país. Que já esteve no poder com suas privatizações que trazem o enfraquecimento do estado abrindo espaço para o capital especulativo que não traz nenhum benefício para a população. (AMOJANSA. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. *Um pouco de história*. São Gonçalo – RJ. blogspot.com, 12 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://amojansa.blogspot.com>>. Acesso em: 09 dez.2010)

O texto acima traz a mesma percepção do momento histórico apontado por Cunha (2009) e Martin-Barbero (2009), porém, relatado pelas próprias vozes de um movimento associativo de bairro do município de São Gonçalo/RJ.

Nesse sentido, as convicções que são levadas e transmitidas até hoje por muitos membros e líderes atuantes nas associações de moradores de São Gonçalo e em outros movimentos de articulação popular em atuação estão relacionadas diretamente às suas experiências de vida. Eles representam o lugar de onde falam, às suas visões de mundo e os seus vínculos com os ideais e lutas de outros momentos que antecederam, motivaram e constituíram suas práticas e engajamentos.

Trazemos como exemplo o Sr. João Batista, presidente e fundador da Federação das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de São Gonçalo (UNIBAIRROS – FAMERJ), que ao longo de nossa conversa conta com brilho nos olhos que foi expulso das forças armadas brasileiras por questionar normas impostas. E o Sr. Hermes Braga, então presidente da Associação de Moradores e Amigos de Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), que também expõe com orgulho em suas narrativas durante nossas conversas experiências como sindicalista metalúrgico. Segundo o mesmo, ele foi um dos fundadores do Partido Trabalhista (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também da FAMERJ. Além disso, fala de ter atuado como membro do corpo diplomático da Organização pela Libertação da Palestina, o que demonstra o engajamento desses membros de movimentos populares em diferentes espaços e questões que tinham em comum suas motivações ideológicas.

Consideramos primordial enfatizarmos as experiências desses membros já que continuam fazendo parte e atuando nos movimentos de bairro que temos pesquisado e, por percebermos que suas narrativas vêm carregadas de sentidos ideológicos e vivenciais que fundamentam e orientam suas práticas.

Ainda em se tratando das experiências e vivências nos movimentos associativos de bairro, não raro observamos a permanência de um mesmo dirigente ou presidente no cargo por longos períodos. Essa permanência pode acontecer por diferentes motivos, tais como pela própria crise que abarca esses movimentos, que muitas vezes tem poucos associados e não muitos interessados em assumir a responsabilidade de um cargo de direção. Por outro lado, as associações que trocam de dirigentes com frequência ficam mais vulneráveis quanto à inserção de pessoas ou grupos políticos com interesses particulares. No entanto, vale ressaltar que, apesar dessas percepções ao longo do processo de pesquisa, em nossa abordagem não nos aprofundaremos ou questionaremos tais fatos por temos outro foco que, na ação dos

movimentos em relação às lutas pelos direitos sociais primordiais, e, sobretudo, pelo direito à educação, podem não interferir.

Ao longo do processo pesquisa observamos que algumas associações de moradores de São Gonçalo buscam se organizar, articular e reivindicar por diferentes meios de comunicação e mídias. Esses meios e mídias configuram-se e constituem-se como meios alternativos e, portanto, contra-hegemônicos de comunicação em prol dos interesses de classe, que são expressos no e pelo território de onde emergem. Eles correspondem ao território vivo, vivido. Falam sobre os interesses e lutas emergentes das condições de vida e vivências daqueles que nele habitam. Também por isso a relevância em lançar o olhar sobre as associações de bairro, pois é no bairro, e, principalmente, nos bairros das periferias urbanas, que as contradições e desigualdades produzidas pelo capitalismo se expressam com mais veemência.

A atuação desses movimentos sociais populares nas periferias urbanas é consolidada, sobretudo, por ações aparentemente espontâneas, com questões mais práticas e emergenciais diante das suas condições de vida e de existência. Suas demandas estão relacionadas às questões de infraestrutura, saneamento, urbanização, educação, saúde, segurança, etc.

Porém, como nos apresenta Liguori (2011, p. 259) para Gramsci “não existe uma espontaneidade ‘pura’, na qual não haja alguma ‘consciência’, que ele chama de ‘direção consciente’. Por isso, concordamos que toda ação coletiva, mesmo as imediatistas, dizem respeito a um processo de conscientização social e, portanto formativo. Tal elemento é característico da trajetória histórica das classes subalternas que nem sempre conseguem ter uma percepção sobre a realidade a partir da consciência de classe. Ou seja, se vêem inseridos numa determinada realidade social, mas buscam transformações de forma espontânea de maneira que consigam resolver as questões mais imediatas. Não tomam como fator determinante a consciência de classe que é o ponto crucial para a percepção crítica das desigualdades sociais e que repercutem no atendimento, (ou no não atendimento) das políticas públicas.

1.6 Poder local e suas tramas: compreendendo a organização política, articulações e contextos para a implementação das políticas públicas de educação em São Gonçalo/RJ

Para melhor compreendermos a organização e os cenários de implementação das políticas públicas de educação em São Gonçalo/RJ, adotamos como perspectiva para nossa

análise o conceito de “poder local” sugerido por Celso Daniel (1988). Como nos propõe o autor, o exercício do poder não se resume ao Estado, mas está disseminado em múltiplas instituições sociais em diferentes modalidades de poder local. Sendo assim, o que se denomina de ‘local’, no Brasil, remete-se à esfera municipal.

Tal abordagem conceitual sobre “poder local” articula-se à concepção de Estado em Gramsci (1995), na qual também nos apoiamos, sendo este não apenas um aparelho de governo, mas, também, “o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”.³⁵ Nesse sentido, ao tratar-se de sociedade civil, esta não diz respeito apenas aos movimentos sociais populares articulados pelas classes subalternas. Dela também fazem parte diversificados grupos de interesse (BOBBIO, 1998) que estão relacionados ao poder governamental, e que também compõem o poder político local. No entanto, neste, as disputas se dão, sobretudo, nas lutas e vínculos entre o poder econômico e o poder social.

Como nos aponta Alvarenga (2010, p. 66), sobre a perspectiva de Gramsci: (...) “a sociedade civil se expande por toda uma gama de relações sociais vividas cotidianamente pelas pessoas nas instituições sociais que reproduzem a ideologia dominante.” Assim, principalmente na conjuntura política em que nos referimos nesta pesquisa, ao ouvirmos falar sobre as articulações entre governo e sociedade civil, devemos estar atentos aos tipos de representantes e representações que compõem as vozes em diálogo.

Contudo, o governo municipal é, então, o espaço onde se engendra grande parte das execuções do poder local, sendo as decisões políticas governamentais resultados dos entrechoques, sejam entre essas diferentes esferas no âmbito local, sejam nas diferentes escalas de atendimento das políticas públicas nacionais, internacionais e transnacionais que se aplicam a nível local.

Sendo assim, compreendemos por “poder local” como conjunto de forças produzidas em determinado território, entre governos locais e sociedade civil, cujas relações de poder e representação política são engendradas e disputadas face às reivindicações e demandas relativas aos direitos de cidadania. Portanto, o exercício do poder não se resume ao Estado, mas está disseminado em múltiplas instituições sociais em diferentes modalidades de poder local.

Não obstante, para tentarmos compreender as políticas em esfera local, devemos, no contexto de nossas investigações, identificar o poder político como esfera do Estado capitalista. A partir dessa prerrogativa, ainda segundo Daniel (1988) a ação do poder político

³⁵ COUTINHO, C. N. (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

local se concentra muito mais nas condições para a reprodução da força de trabalho do que nas condições para a reprodução do capital. Já, por outro lado, caberá então ao poder central a responsabilidade da reprodução do capital provocando ao mesmo tempo, através dessa centralidade, um “esvaziamento do poder político local”³⁶.

Evidenciamos tais proposições ao lançarmos nossos olhares sobre como as políticas públicas de educação no Brasil vem sendo concebidas, estipuladas, implementadas e geridas. As metas nacionais são, cada vez mais, pré-estabelecidas por parâmetros de organismos internacionais, tais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Organização Internacional do Trabalho, Fundo Monetário Internacional, Fundo das Nações Unidas para a Infância, United Nations Educational Scientific and Cultural Organization e United States Agency for International Development, ao qual o governo nacional deve “prestar contas”. Tais metas para a educação nacional são estipuladas pelo Plano Nacional de Educação e a partir deste, os municípios devem elaborar seus Planos Municipais.

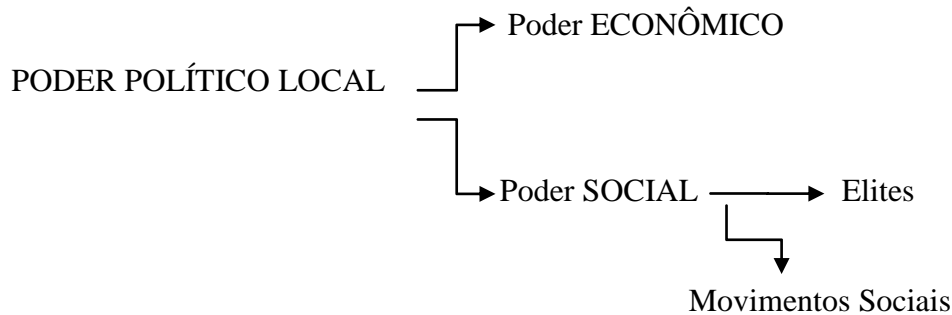
Os municípios são a última instância governamental de poder político responsável em aplicar as imposições pré-estabelecidas pelos parâmetros anteriores, ao mesmo tempo em que, como dissemos, será ele, sobretudo, o responsável pela reprodução da força de trabalho. Tal responsabilização concedida a esta instância fica evidente pela municipalização do atendimento ao ensino fundamental obrigatório.

Sendo assim, como previsto no artigo 211 da Constituição Federal de 1988, fica estipulado que: *“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”*. No 2º parágrafo deste mesmo artigo fica estabelecido que *“Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”*.

Contudo, será então a educação das redes escolares municipais a grande responsável pela formação escolar de grande parte da população. As formas como serão elaborados e implementados os Planos Municipais de Educação repercutirão substancialmente no tipo de formação pensada, estipulada e oferecida para o atendimento deste grande público. No entanto, falaremos melhor sobre isso mais a diante. Antes, prossigamos com a compreensão da organização do “poder político local” proposta por Daniel (1988).

Segundo o autor, o poder político local se organiza da seguinte forma:

³⁶ DANIEL, C. Poder Local Convergência entre estruturas, forças e agentes. Poder local no Brasil urbano. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano VIII, n.24, 1988.



Como dissemos, o Poder político local como esfera do Estado capitalista está articulado com outras modalidades de poder disseminadas na sociedade, que fazem parte da sua constituição.

Por poder econômico entende-se o conjunto de setores capitalistas privados que dão suporte ao funcionamento dos ‘serviços públicos’ prestados à sociedade e que dele dependem, como: empresas de coleta de lixo, transporte coletivo, empreiteiras, empresas de medicamentos, etc. Tais setores buscam influenciar as decisões políticas locais com intuito de maximizar seus lucros articulando prestação de serviços públicos aos interesses privados de algumas minorias empresariais o que propicia uma concentração privada do poder público, reforçando e reformulando hegemonias locais.

O poder social compõe-se pelas elites e pelos movimentos sociais. A ele está relacionado o plano simbólico das relações locais, onde assumem o papel de legitimação do poder local, sendo ao mesmo tempo o lugar de inscrição de valores e vínculos ideológicos.

Portanto, o governo municipal é, então, o espaço onde se engendra grande parte das execuções do poder local. Nele as decisões políticas são resultados de entrechoques, seja entre essas diferentes esferas no âmbito local, seja nas diferentes escalas de atendimento das políticas públicas nacionais, internacionais e transnacionais que se aplicam a nível local.

Consideramos importante a forma de compreensão do poder local apresentada, no sentido de que, através dela, conseguimos fazer uma leitura possível sobre a organização e as articulações engendradas no cerne das relações de força no âmbito da gestão e aplicação das políticas públicas que acontecem no nível municipal. O que fica mais evidente quando nos deparamos, por exemplo, com o fato de muitas secretarias municipais serem ocupadas por pessoas e/ou instituições ligadas às elites locais. Vale ressaltar que no município de São Gonçalo, a secretaria de educação em muitos governos é ocupada por pessoas oriundas das redes privadas de ensino, como uma espécie de troca de favores, e não por professores atuantes da rede municipal de ensino.

Outra questão que se faz evidente nessa perspectiva de compreensão das articulações do poder local é a importância da atuação dos movimentos sociais populares nas reivindicações e até mesmo na “fiscalização” (no sentido de acompanhamento) da aplicação dos recursos públicos. No município onde realizamos a pesquisa, alguns cidadãos atuantes nas associações de moradores e amigos de bairro, na União das Associações de Moradores e Amigos de Bairros (UNIBAIRROS), por exemplo, fazem parte de conselhos como o do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), conselho de merenda escolar, entre outros, cumprindo esse papel de acompanhamento e fiscalização.

No entanto essa participação e atuação dos movimentos populares locais dependem muito do tipo de relação que o poder governamental se disponibiliza a ter para com eles, enquanto representantes da sociedade civil. Não queremos dizer com isso que essa “dependência” é condição extrema para a atuação desses movimentos, pelo contrário. O que de certa forma os membros dos movimentos denunciam é a negligência e a tendência à supressão por parte do poder governamental. Tal negligência não impede a atuação, mas não reconhece, não legitima, tenta calar a voz, não dá visibilidade, usa meios para desarticulação dos movimentos, e não dialoga, senão, por meio dos conflitos.

Apesar disso, os movimentos resistem e criam meios e formas alternativas de articulação, voz e visibilidade. Será sobre esses meios que debruçamos nossa pesquisa na tentativa de realizarmos uma investigação sobre as ações contra-hegemônicas das classes populares, enquanto sociedade civil.

Compreendemos que somente pelas lutas que emergem desses movimentos contra-hegemônicos, que de diferentes formas se expressam, se articulam e se manifestam, principalmente através das atuações dos movimentos populares, as classes subalternas se tornam capazes de se fazerem ouvir, participando de forma ativa e crítica dos processos de elaboração das políticas públicas e dos direitos à cidadania de forma mais igualitária, ainda que em um sistema que necessita das desigualdades para se manter.

2 ENTRE O DIREITO DECLARADO E O DIREITO REAL DA EDUCAÇÃO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA A PARTIR DE UMA LEITURA DA CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE SÃO GONÇALO/RJ

Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade.

Ana Clara Torres Ribeiro, 2011

Como já foi dito no capítulo anterior, temos por objetivo nesta pesquisa investigar como o direito à educação de qualidade social vem sendo garantido e implementado no município de São Gonçalo. Para tanto, tomamos como base documental as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME-SG), estipuladas para o decênio 2006-2016, entre outros documentos legislativos que firmam a obrigatoriedade da garantia do direito à educação.

No entanto, a presente investigação que nos propomos a fazer é, antes de tudo, um desafio de, como sugere Martín-Barbero (2009, p. 29), “mudar o lugar das perguntas” para “rever o processo” de seu *outro* lado. Essa mudança de lado, a nosso entender, quer dizer deslocar o lugar da pergunta do campo da emissão e/ou da recepção dos meios de massa, para o campo dos usos e das contra-hegemonias enunciadas por setores das classes populares através de meios de comunicação alternativos (MORAES, 2008).

Sendo assim, optamos como campo empírico para essa investigação os movimentos associativos de bairro atuantes no município de São Gonçalo/RJ observando, também, algumas re-configurações de suas formas de atuação. Através do acompanhamento de associações e grupos listados selecionaremos alguns materiais veiculados por esses movimentos, que nos dão pistas sobre as repercussões da implementação do direito à educação de qualidade social no município. O acompanhamento da atuação dos movimentos, bem como dos meios de comunicação e mídias por eles apropriados e utilizados como veículo de informações, pontos de debates, formas de organização, etc., nos possibilitam a observação sobre as mediações que envolvem os *processos comunicacionais* em reivindicações pelo direito à educação de qualidade.

Nesse sentido, buscamos compreender de forma mais ampla como tem ocorrido a atuação de associações de moradores em São Gonçalo. O caminho metodológico que traçamos para tal compreensão foi do esboço de uma cartografia da ação (RIBEIRO, et al, 2011). Diante disto, através da identificação e localização de associações de moradores atuantes, listamos e apontamos no mapa do município aquelas que tomamos conhecimento, enfatizando as que produzam e/ou se apropriem de meios de comunicação e mídias em suas articulações, denúncias e reivindicações que repercutam na garantia do direito em evidência.

(...) A cartografia da ação social refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. Eles acontecem, sobretudo, nos contextos periféricos metropolitanos, de espaços carentes de bens culturais e de formas de expressão da juventude, esta atravessada pelas dúvidas, incerteza de trabalho, de futuro, de sociabilidades. (RIBEIRO, 2003 e 2004, RIBEIRO *et al.*, 2001 e 2002, 2005–2006, RIBEIRO e SILVA, 2000).

Nosso esboço da cartografia da ação sobre a atuação de associações de moradores no município tem cinco etapas principais:

- 1) Pesquisamos e listamos associações de moradores e amigos de bairro atuantes no município, tendo como principal fonte para esse levantamento a Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo (Unibairros/SG). E listamos as escolas municipais em funcionamento, de acordo dados da prefeitura.
- 2) A partir da lista de associações de moradores e de escolas municipais, esboçamos uma cartografia com a localização de escolas municipais e associações de moradores nos bairros sobre o mapa do município. Através da relação entre essas informações, quanto à localização e existência de escolas e movimentos de bairro, temos as primeiras pistas sobre a implementação do direito a educação e das políticas públicas em geral, sobretudo em termos de distribuição territorial. A partir da cartografia esboçada e das pistas observadas nesta elaboração, começamos a fazer uma leitura possível sobre como tem ocorrido a atuação de associações de moradores em São Gonçalo nas lutas relativas também às questões sociais mais abrangentes, que implicam não só na garantia do direito à educação, como também nas condições de oferta para sua qualidade social. Assim buscamos relacionar a ação desses movimentos populares com a oferta, o atendimento e suas principais demandas.
- 3) Numa terceira etapa, entrecruzando as informações colhidas – entre as associações de moradores e escolas municipais listadas e sua distribuição territorial no mapa do município – buscamos, dentre essas associações, aquelas que produziam e/ou se apropriavam de meios de

comunicação e mídias em suas reivindicações e articulações, sobretudo em lutas relativas ao direito à educação.

4) Nesta etapa fazemos então um levantamento e listamos os meios de comunicação e mídias produzidos e/ou apropriados por associações de moradores atuantes no município foco da pesquisa. Neste momento nos damos conta, também, de outras formas de articulação desses movimentos locais em relação à participação e engajamento em “grupos” de debates organizados por mídias no ciberespaço. Diante deste fato – ainda que esses grupos não fossem o foco de nossa pesquisa – consideramos que não poderíamos deixar de citá-los, uma vez que também compõem meios reivindicativos contra-hegemônicos articulados a associações de moradores e cidadãos. Isto nos abre o olhar sobre algumas reconfigurações nas formas de atuação de movimentos sociais por esses novos espaços de luta e visibilidade.

5) Na última etapa desta pesquisa focalizamos nossas atenções em duas associações específicas: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA; e a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina – AMAJAC. Estas foram selecionadas por alguns critérios que especificaremos melhor no capítulo 3. Sobre essas associações centramos nossas análises nas medições que envolvem os processos comunicacionais em reivindicações pelo direito à educação em São Gonçalo/RJ, bem como selecionamos alguns materiais empíricos compartilhados e fizemos contato com seus representantes.

Através das etapas apresentadas traçamos nosso percurso metodológico de pesquisa. No entanto, cada uma delas poderá ser melhor visualizada no decorrer deste capítulo e do próximo.

2.1 São Gonçalo/RJ: “o território do(s) movimento(s)”³⁷

Neste momento apresentamos alguns dados quantitativos e geográficos sobre o município de São Gonçalo que possibilitam uma forma de leitura sobre as conjunturas, que nos ajudam a

³⁷ O trecho grifado por nós no título remete-se à abordagem feita por Bernades (1983), em um dos tópicos de sua dissertação de mestrado. Nesta, tal como buscamos fazer na presente pesquisa, a autora tratou sobre as associações de moradores e amigos de bairro. Porém, no município de Nova Iguaçu/RJ. Sua dissertação trouxe como título: Espaço e movimentos reivindicatórios: “o caso de Nova Iguaçu”. Sendo assim, nossa apropriação ao pequeno trecho do tópico é uma maneira de interligarmos as pesquisas em seus diferentes tempos e contextos, fazendo um dialogismo.

compreender os contextos do campo onde a pesquisa está acontecendo. A partir dessas pistas vamos encaminhando também os motivos que fomentam as questões centrais do trabalho.

As principais questões que nos conduzem nesse capítulo, a partir da cartografia da ação e da pesquisa sobre os *processos comunicacionais* que envolvem as articulações das associações de bairro são: Como podemos compreender a relação entre a distribuição territorial de associação de moradores com a distribuição de escolas municipais em demandas pelo direito à educação? A partir dos meios de comunicação e mídias listados, quais são as principais demandas dos movimentos de bairro que repercutam no direito a educação de qualidade social no município? O que as reivindicações expressas pelos meios produzidos e/ou apropriados pelos movimentos dizem sobre as condições de vida nos bairros da cidade?

O município de São Gonçalo situa-se no leste metropolitano do estado do Rio de Janeiro, sendo a segunda cidade mais populosa deste estado. Com uma população estimada em 1.016.128 habitantes (IBGE, 2012), a cidade, que faz divisa com os municípios de Niterói, Maricá e Itaboraí e com a baía de Guanabara, compõe com esses três municípios o complexo metropolitano leste.

O território gonçalense está dividido em 108 bairros, sendo 90 bairros oficiais e 18 reconhecidos pela população (IBGE, 2010), o que significa que, no município existem bairros subdivididos que nem sempre contam com a legitimação e reconhecimento das instituições de pesquisa brasileiras e do poder governamental local. Este é o caso do Jardim Catarina. Considerado o maior loteamento da América Latina, subdivide-se em quatro sub-bairros: Jardim Catarina Novo, Jardim Catarina Velho, Pica-Pau e Ipuca. O mesmo acontece em outros bairros que lutam por reconhecimento oficial, e que temos conseguido identificar ao longo da pesquisa, tais como: Água Mineral, Jardim Esperança, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Jardim Alcântara, Mundel, Itaitindiba e Menino de Deus (morro).

Esses bairros e sub-bairros foram identificados ao longo do processo de pesquisa por possuírem associações de moradores e/ou grupos de debate nas redes sociais no ciberespaço que, geralmente, atuam ligados a federação das associações de moradores de São Gonçalo – Unibairros. Por isso, na grande maioria dos casos, é pela existência de associações de moradores que os representam nesses locais que tomamos conhecimento sobre esses bairros, já que não são oficializados pelo governo municipal.

Em relação às escolas municipais, segundo dados do Censo Escolar 2012, pela dependência administrativa municipal existem em atividade 94 escolas, que devem suprir as demandas educacionais dos 108 bairros e sub-bairros da cidade. Sendo assim, relacionando a quantidade de escolas contabilizadas pelo Censo Escolar 2012 com as demandas

populacionais, em termos quantitativos vamos esboçando pistas sobre a oferta e garantia do direito à educação no município.

Em termos da demanda pelo direito à educação a tabela apresentada a seguir (Tabela 1) nos ajuda a visualizar o percentual de habitantes em idade escolar a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, quanto a população estimada de São Gonçalo era 999.728 mil habitantes.

Tabela 1 – População residente no município de São Gonçalo/RJ em idade escolar, por grupos de idade (IBGE/2010)

População residente no município de São Gonçalo em idade escolar - IBEG/2010	
População residente - total - grupos de idade - de 0 a 5 anos de idade	7,2
População residente - total - grupos de idade - de 6 a 14 anos de idade	13,5
População residente - total - grupos de idade - de 15 a 24 anos de idade	15,9

A partir da visualização desta tabela cabe-nos ressaltar que, como previsto no Artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a obrigatoriedade de asseguramento do direito à educação pelo Estado se pontua, sobretudo, ao ensino fundamental. No entanto, este também deve oferecer as demais modalidades de ensino de forma que as garantias de vagas para essas modalidades sejam ampliadas progressivamente. Ou seja, pela legislação a principal demanda estaria focalizada na população entre 6 e 14 anos de idade, que na tabela representa 13,5 % da população do município.

Como previsto, também, no artigo 211 da Constituição Federal de 1988 “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*”. No 2º parágrafo deste mesmo artigo fica estabelecido que “*Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil*”. Sendo assim, de acordo com o que está estabelecido nesta legislação o município seria responsável em garantir uma demanda educacional que representa um pouco mais de 20% da população, segundo os dados do IBEG 2010 apresentados na tabela 2.

Em relação à oferta por etapas e modalidades de ensino, de acordo com o Censo Escolar 2012, das 94 escolas municipais, ou de dependência administrativa municipal:

- 59 se destinam à etapa da Educação Infantil;
- 82 acolhem à etapa do Ensino Fundamental de 9 anos;
- 29 acolhem à Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental;
- 4 dessas escolas oferecem Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental (Projovem – urbano).

Ao se tratar das modalidades de ensino:

- 94 escolas atendem ao Ensino Regular;
- 30 escolas atendem à Educação de Jovens e Adultos;
- e nenhuma escola atende à Educação Especial – Modalidade Substitutiva

2.2 O Plano Municipal de Educação – São Gonçalo/RJ (2006–2016)

O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, estipulado para o decênio 2006–2016 foi elaborado pelo próprio município, segundo está relatado no mesmo documento. Ele surge como parte do processo de “alargamento” democrático que começa a ser constituído através de medidas estipuladas pelo Governo Federal. Tais medidas orientam a elaboração das políticas para a educação em nível municipal, através da perspectiva de caráter democrático–participativo, “tomando a descentralização administrativa e, por extensão, a municipalização dos serviços públicos, como um dos meios de alargamento do espaço público (...)”,(ALVARENGA, p.4, 2005). A partir desta perspectiva, os segmentos locais passam a ter melhor acesso e condições de participação na elaboração e formulação de políticas públicas educacionais.

Sendo assim, o histórico do referido documento ressalta que: “Foi um trabalho extremamente democrático, com convocação de todos os segmentos da comunidade gonçalense” (...). (PME–SG, p.1, 2006)

No entanto, ainda que se reconheçam os avanços em direção à participação democrática, há de se questionar e investigar quais foram e quais são as condições de acesso, posicionamento e diálogo dos movimentos sociais populares para uma efetiva participação. Da mesma forma, ao referir-se a “todos os segmentos da comunidade gonçalense” que, por um lado demonstra o indício de participação democrática por parte também dos movimentos sociais populares, por outro, não se pode deixar de considerar a sua amplitude enquanto campo de lutas permeado por fortes e significativos grupos de interesses que também atuam no município e que, muitas vezes, detém mecanismos de hegemonia local.

Nesse sentido, ao analisarmos alguns pontos do PME–SG (2006–2016) identificamos avanços e também brechas que podem significar vias de atendimento aos interesses de diferentes grupos e segmentos que compõem o poder local.

Em sua análise, o relator do referido Plano Municipal de Educação diz ser este “ um verdadeiro guia para os futuros administradores educacionais desta cidade.” (PME–SG, p.1, 2006) Logo em seguida, o mesmo, expõe a meta de ser este “ Um plano diretor capaz de induzir ações capazes de poupar esforços e recursos, levando a resultados cada vez mais proveitosos.”³⁸ Sobre tal apontamento já na análise do relator há de se questionar como, para quê, e, principalmente, para quem a educação municipal está sendo planejada? Um Plano em que se pretende chegar a resultados proveitosos, poupando esforços e recursos, antes de tudo, já nos dá pistas sobre a qualidade pensada para sua implementação.

Contudo, tendo por base o referido PME, na presente pesquisa investigamos suas repercussões através das lutas e reivindicações feitas pelos movimentos sociais populares e, especificamente, as associações de moradores atuantes no município, relativas ao direito à educação.

Vale salientar mais uma vez que a abordagem de nossa pesquisa é um desdobramento do projeto de pesquisa *Políticas Educacionais e Poder Local: um estudo sobre a implantação do Plano Municipal de Educação e suas repercussões no processo de escolarização em São Gonçalo/RJ*, onde, por isso, alguns estudos já se desdobraram, tais como a dissertação de mestrado de Costa (2011) que teve como temática “A política de convênios entre secretaria de educação e creches comunitárias de São Gonçalo”, artigos publicados por Alvarenga (2005, 2012) enfatizando o direito à educação de jovens e adultos, entre outros que vem sendo feitos pelos membros do grupo da pesquisa ainda em andamento, com abordagens distintas, porém, sobre o mesmo eixo. Nesse sentido já existem algumas contribuições referentes às repercussões do PME–SG (2006–2016). Nesta pesquisa buscamos trazer novas contribuições, sob a vertente da atuação dos movimentos sociais.

³⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO. Consolidação do *Plano Municipal de Educação* Lei nº 056/2006 de 01 de Agosto de 2006. *Atos Oficiais*. São Gonçalo, p.1, em 24 de Agosto de 2006.

2.3 Associações de Moradores e Amigos de Bairro atuantes em São Gonçalo

Nessa pesquisa, através da ajuda da Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo, a Unibairros, e de contatos, sobretudo nas redes sociais da internet, conseguimos listar 25 associações³⁹ atuantes no município. No entanto, ainda existem outras não listadas que, por diferentes motivos não estão vinculadas à Federação. Nesse sentido, percebemos que as principais divergências se dão por questões ideológicas, que dizem respeito aos posicionamentos nos diálogos desses movimentos populares com as instâncias do poder governamental. Também existem casos de algumas dessas associações que oscilam entre associação e ONG, e/ou centro comunitário, como a associação de moradores e amigos de bairro da Trindade, que é reconhecida pela Unibairros como “Centro comunitário e social da Trindade”. Além da associação do bairro de Santa Luzia, que, segundo a federação também é uma ONG.

Tais alterações, quer seja no caráter institucional ao qual se estabelecem, ou tem se convertido esses movimentos; quer seja nas mudanças em suas formas de organização, afetam as convicções e fundamentações que historicamente originaram tais movimentos. Essas transformações dizem respeito, sobretudo, aos contextos e conjunturas políticas, econômicas e sociais em que se engendram hoje.

Temos considerado, no contexto em que nossa pesquisa está sendo desenvolvida, que tais mudanças nas formas de atuação e representação desses movimentos sociais populares devem ser por nós compreendidos assumindo-se suas imersões nessas novas conjunturas. Por isso, diante deste reconhecimento nos arriscamos a trazer para o debate os grupos que representam comunidades e moradores de São Gonçalo, quando não as próprias associações de moradores, articulando-se via ciberespaços, principalmente através das redes sociais. Diante dessa possibilidade, em nossos levantamentos sobre os meios de comunicação reivindicativos, esses grupos também estão sendo listados.

³⁹ Ver tabela 2 e 3.

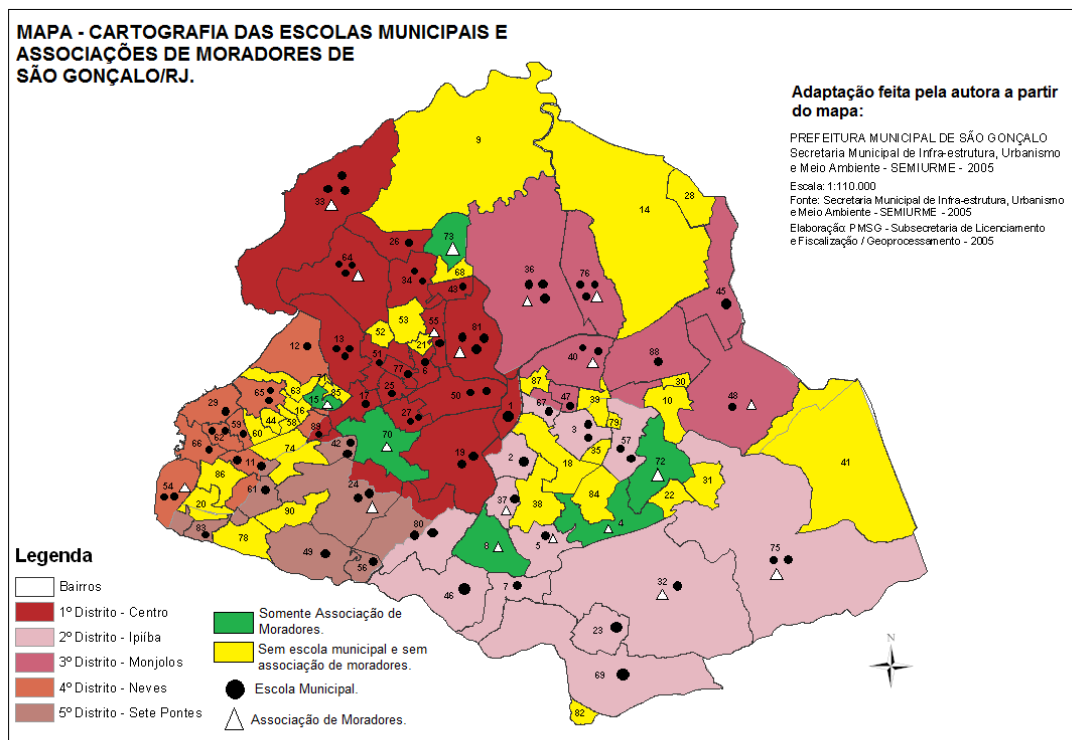
2.4 Cartografia da ação: o direito a educação e as associações de moradores de São Gonçalo

A partir da localização das associações de moradores listadas, e da localização das escolas municipais em atividade temos esboçado, através do mapa do município⁴⁰ disponível no site da prefeitura, a cartografia da ação sobre o direito a educação em São Gonçalo. Consideramos que essa cartografia expresse uma possibilidade de leitura sobre a distribuição territorial das escolas que compõe a rede municipal. Além disso, através do manuseio do mesmo mapa fazemos uma interlocução com a distribuição das associações de bairro atuantes às quais tivemos conhecimento. Essa abordagem nos ajuda a compreender, também, as demandas relativas ao direito à educação por parte dos movimentos de bairros e grupos de articulação de cidadãos do município.

Através dessa cartografia podemos observar como estão distribuídas as escolas no território gonçalense e, relacionarmos essa distribuição com a existência ou não de associação de moradores nos bairros, bem como com suas demandas que repercutam na garantia do direito à educação de qualidade social. Isso que dizer que, temos compreendido que o direito a educação de qualidade social não se limita à garantia da estrutura física de uma escola, ou a oferta de vagas, mas também as condições de acesso e permanência dos estudantes, professores e da comunidade escolar em geral. Além, das condições estruturais do bairro, de transporte, segurança, saúde, alimentação, moradia, etc. Essas condições engendram todo o contexto socioeconômico da comunidade e repercutem na qualidade da educação.

⁴⁰ Disponível em: <www.saogoncalo.rj.gov.br/mapas.php> Acesso em: jun. 2012

Figura 1 – Mapa: Cartografia das escolas municipais e associações de moradores de São Gonçalo/RJ



A figura da cartografia das escolas municipais e das associações de moradores foi elaborada a partir do mapa da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente – SEMIURME – 2005, por ser este o mapa mais atual da cidade que está disponibilizado no site da prefeitura de São Gonçalo. Por isso, ao longo da pesquisa fomos tendo conhecimento de alguns bairros não cartografados no mapa oficial da prefeitura, mas que, no entanto, possuem escolas municipais e/ou associações de moradores.

Nessa dinâmica de pesquisa em que vamos envolvendo e manuseando meios e documentos oficiais com os meios, documentos e ações de movimentos sociais populares percebemos, como aponta Santos (2008, p.103) o quanto “O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única.” Nele, os objetos podem não mudar de lugar mas podem mudar de função e significação. Ele “é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”.

Com base nos dados e legendas expostos na figura 1, na tabela 2 expomos os nomes dos bairros representados por números no mapa anterior, e relacionamos ao lado de cada nome a existência ou não de escolas e associações de moradores no bairro.

Tabela 2 – Tabela com legenda de numeração dos bairros e distribuição das escolas municipais e associações de moradores de São Gonçalo, relativos ao mapa da figura 1

LEGENDA REFERENTES AO MAPA DA FIGURA 1:	
1- ALCÂNTARA	●
2- ALMERINDA	●
3- AMENDOEIRA	● ●
4- ANAIA GRANDE	● ▲
5- ANAIA PEQUENO	● ▲
6- ANTONINA	●
7- ARRASTÃO	●
8- ARSENAL	▲
9- BARRA DAS PALMEIRAS	
10- BARRAÇÃO	
11- BARRO VERMELHO	● ●
12- BOA VISTA	●
13- BOAÇU	● ● ●
14- BOM RETIRO	
15- BRASILÂNDIA	▲
16- CAMARÃO	
17- CENTRO	●
18- COELHO	
19- COLUBANDÊ	● ●
20- COVANCA	
21- CRUZEIRO DO SUL	
22- ELIANE	
23- ENGENHO DO ROÇADO	●
24- ENGENHO PEQUENO	● ● ▲
25- ESTRELA DO NORTE	●
26- FAZENDA DOS MINEIROS	●
27- GALO BRANCO	● ●
28- GEBARA	
29- GRADIM	●
30- GUARANI	
31- IEDA	
32- IPIÍBA	● ▲
33- ITAOCA	● ● ● ▲
34- ITAÚNA	● ●
35- JARDIM AMENDOEIRA	
36- JD. CATARINA	● ● ● ▲
37- JD. NOVA REPÚBLICA	● ▲
38- JOCKEY	
39- LAGOINHA	
40- LARANJAL	● ● ▲
41- LARGO DA IDEIA	
42- LINDO PARQUE	● ●
43- LUIZ CAÇADOR	●
44- MANGUEIRA	
45- MARAMBAIA	●
46- MARIA PAULA	●
47- MIRIAMI	●
48- MONJOLOS	● ▲
49- MORRO DO CASTRO	●
50- MUTONDO	● ●
51- MUTUÁ	●
52- MUTUAGUAÇÚ	
53- MUTUAPIRA	
54- NEVES	● ● ▲
55- NOVA CIDADE	● ▲
56- NOVO MÉXICO	●
57- PACHECO	● ●
58- PARADA 40	
59- PARAÍSO	●
60- PATRONATO	
61- PITA	●
62- PORTO DA MADAMA	● ●
63- PORTO DA PEDRA	
64- PORTO DO ROSA	● ● ● ▲
65- PORTO NOVO	● ●
66- PORTO VELHO	●
67- RAUL VEIGA	●
68- RECANTO DAS ACÁCIAS	
69- RIO DO OURO	●
70- ROCHA	▲
71- ROSANE	
72- SACRAMENTO	
73- SALGUEIRO	▲
74- SANTA CATARINA	
75- SANTA IZABEL	● ● ● ▲
76- SANTA LUZIA	● ● ● ▲
77- SÃO MIGUEL	●
78- TENENTE JARDIM	
79- TIRADENTES	
80- TRIBOBÓ	● ●
81- TRINDADE	● ● ● ▲
82- VÁRZEA DAS MOÇAS	
83- VENDA DA CRUZ	●
84- VILA CANDOSA	
85- VILA IARA	
86- VILA LAGE	
87- VILA TRÊS	
88- VISTA ALEGRE	●
89- ZÉ GAROTO	●
90- ZUMBI	
SÍMBOLOS DA LEGENDA:	
●	ESCOLA MUNICIPAL
▲	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Fonte: O autor.

Na elaboração da localização territorial das escolas municipais, nos respaldamos na lista de escolas disponibilizadas, também, no site oficial da prefeitura de São Gonçalo. No entanto, observamos no decorrer de nossas pesquisas que, tal como no caso dos mapas







oficiais, a relação das escolas municipais ainda se encontra desatualizada. Porém, alguns dados relativos à educação podem ser consultados em outras fontes de pesquisa, sobretudo pelo Censo Escolar 2012. Por ele encontramos dados quantitativos atualizados.

Como já foi apresentado, segundo dados do IBGE (2010), o município de São Gonçalo está dividido em 108, sendo 90 bairros oficiais e 18 reconhecidos pela população. Os 90 bairros reconhecidos pelo poder governamental são os que estão listados na tabela da figura 1. Já os 18 que são reconhecidos pela população não estão especificados em nenhum documento oficial que tenhamos tomado conhecimento até esse momento. Porém, os nomes desses bairros foram surgindo a partir das investigações sobre as associações de moradores. Nesse sentido, esboçamos a lista dos bairros não oficiais.

A partir desse levantamento podemos constatar que, dentre os 90 bairros oficiais: 19 possuem associações de moradores; 52 possuem uma ou mais escolas municipais. E, alguns desses bairros chegam a ter até 3 escolas, como é o caso dos bairros Trindade, Boaçu, Porto do Rosa, Santa Luzia e Jardim Catarina. Esses são bairros próximos aos centros comerciais da cidade e com grande densidade populacional. Já 32 desses 90 bairros não possuem nem escolas municipais, nem associações de moradores e amigos de bairro.

No entanto, como mencionamos anteriormente, além dos 90 bairros que aparecem na tabela 2, há no município pelo menos 18 bairros não oficiais, reconhecidos apenas pela população dentre os quais conseguimos listar 11. Ficamos sabendo dos nomes desses bairros ao longo do processo de pesquisa, sobretudo, por possuírem associações de moradores. Houve, também, casos de bairros que aparecem na relação dos que possuem escolas municipais, mas que, no entanto, não aparecem na lista de bairros oficiais da prefeitura, como os listados na tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Bairros do município de São Gonçalo reconhecidos pela população mas que não são oficializados pela prefeitura, por isso não estão cartografados no mapa oficial

Bairros identificados pela pesquisa que NÃO aparecem no mapa oficial do município de São Gonçalo:		
91- ÁGUA MINERAL		Possui associação de moradores. 
92- GUAXINDIBA	●	Esse nome pode corresponder ao bairro "Bom Retiro". Existe uma escola municipal localizada no Guaxindiba.
93- JARDIM ESPERANÇA		Possui associação de moradores. 
94- JD NOSSA SRª AUXILIADORA		Possui associação de moradores. 
95- MENINO DE DEUS (MORRO)		Possui associação de moradores. 
97- JARDIM ALCÂNTARA	●	Existe uma escola municipal no bairro, ainda que este não apareça no mapa.
96- VILA ESPERANÇA		Possui associação de moradores. 
98- IPÚCA		
99- PICA-PAU		Esses bairros são sub-divisões reconhecidas pelos moradores do bairro do Jardim Catarina.
100- JD. CATARINA NOVO		
101- MUNDEL		Possui associação de moradores. 

FONTE: Tabela elaborada pela autora.

Compreendemos que o não reconhecimento de alguns bairros implica na dificuldade administrativa em termos governamentais, sobretudo no que se refere a gestão de políticas públicas que deveriam ser conduzidas e implementadas nessas comunidades. A não oficialização dos bairros indica a defasagem no encaminhamento de ações públicas para essas localidades, principalmente quanto aos direitos sociais primordiais para a qualidade na condição de vida dos cidadãos. E, nesse sentido, a garantia do direito à educação de qualidade social não depende só do número de escolas, da quantidade de vagas, entre muitas outras questões que abarcam o ambiente educacional.

Como já foi dito anteriormente, compreendemos que para que o direito a educação se efetive com qualidade social depende diretamente das condições de vida que constituem os espaços de vivência dos cidadãos que a frequentam. Esses espaços não se limitam aos muros das escolas. Envolvem a garantia de alimentação saudável, saúde, segurança, moradia, higiene, saneamento, estrutura dos bairros, deslocamento dos moradores, condições de acesso e /ou reconhecimento de bens culturais, etc.

Em se tratando dos bairros não oficializados, talvez, não por coincidência, se façam representar por meio da organização de associações de moradores ou grupos independentes de moradores que tem em comum o território.

Sendo assim, a fim de compreendermos melhor as demandas dos moradores organizados em associações e/ou em grupos de debate investigamos os meios de comunicação e mídias produzidos e/ou apropriados por esses movimentos para se expressarem, se organizarem e conseguirem alguma visibilidade ante a própria comunidade e as esferas de governo. Esses meios de expressão são extensões dos movimentos e, portanto, também se constituem como espaços de lutas e disputas.

A partir dessa perspectiva, fazemos um levantamento sobre meios de comunicação e mídias produzidos e ou apropriados por movimentos associativos de bairros e/ou grupos de cidadãos. Através desse acompanhamento buscamos compreender o cerne dos *processos comunicacionais* nos quais estão imersos os debates por esses meios. Para isso também participamos de reuniões presenciais, realizamos entrevistas e listamos outras formas de contato nos quais não serão expostos.

2.5 Movimentos sociais em redes de contrapoderes: interações entre associações e grupos de moradores em/de São Gonçalo

Neste processo de pesquisa, ao tentarmos compreender as formas de articulação dos movimentos de bairro percebemos que em suas atuações novas formas de engajamento e organização estão surgindo. Alguns movimentos se reconfiguram assumindo outras formas menos institucionalizadas, outros mantêm sua estrutura institucional, mas se apropriam de mídias disponibilizadas, sobretudo no ciberespaço, quer seja para se organizarem internamente, quer seja para dialogarem com outros movimentos ou potencializarem a visibilidade de suas lutas. Essas novas formas de apropriação correspondem, principalmente, à criação e organização de grupos através da apropriação de redes sociais na internet, como Orkut e Facebook; criação de blogs, sites de postagem de vídeos independentes e etc.

Esses meios e mídias configuram-se e constituem-se como meios alternativos e, portanto, contra-hegemônicos de comunicação em prol dos interesses de classe, que são expressos no e pelo território de onde emergem. Eles correspondem ao território vivo, vivido. Falam sobre os interesses e lutas emergentes das condições de vida e vivências daqueles que nele habitam. Também por isso a relevância em lançar o olhar sobre as associações de bairro, pois é no bairro, e, principalmente, nos bairros das periferias urbanas, que as contradições e desigualdades produzidas pelo capitalismo se expressam com mais veemência.

Todavia, justificamos que diante dessas apropriações consideramos que também os grupos independentes não institucionalizados interagem com nosso objeto de pesquisa principal, haja visto que muitos membros e presidentes de diferentes associações de moradores de São Gonçalo participam concomitantemente dessas organizações, caracterizadas por serem mais informais e desburocratizadas. Através delas, grupos independentes e movimentos sociais organizados reivindicam, dialogam, trocam experiências de luta, compartilham informações e, de certa forma, amplificam e multiplicam suas vozes. Por isso, à critério de elucidação dos entremeios desse processo de pesquisa organizamos uma breve tabela sobre alguns desses grupos independentes que se articulam e relacionam com associações de moradores.

Em relação a essa abordagem Castells (2003) nos ajuda a colocar em voga algumas perspectivas do debate sobre as repercussões do uso da internet como instrumento de ascensão de novos padrões sociais. Nesse sentido o autor traz duas vertentes: Se por um lado esse novo meio de comunicação é interpretado como provocador do processo de desvinculação entre localidade e sociabilidade a partir da nova possibilidade de formação de comunidades em rede, constituída a partir de interesses em comum; por outro alguns críticos, baseando-se inclusive em estudos acadêmico-científicos, sustentam que a difusão da internet conduz ao isolamento e, portanto, ao colapso da comunicação social e da vida familiar por desestimular a interação face a face. Além de ser acusada, ainda, de conduzir os frequentadores dos ciberespaços à maior possibilidade de viverem nele de forma fantasiosa, desvinculada das questões da realidade, “fugindo do mundo real, numa cultura cada vez mais dominada pela realidade virtual.”⁴¹

Contudo, diante dos apontamentos do autor, percebemos que, em se tratando das apropriações de mídias do ciberespaço por movimentos associativos de bairros e grupos de cidadãos independentes, esses novos meios de comunicação terão seus tipos de usos caracterizados de acordo com as finalidades dos que os manuseiam. Sendo assim, consideramos que o meio em si não é determinante, mas sim a maneiras como são apropriados, bem como seus desígnios.

No caso das apropriações e produções pelos movimentos destacados nesta pesquisa, evidencia-se que eles estão, sim, diretamente vinculados à localidade de onde emergem e por onde reivindicam. Sobretudo porque através dessas novas mídias, são possíveis produções coletivas, debates, compartilhamento de informações com praticidade, dinâmica e fluidez.

⁴¹ CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003. p.98

Nessa conjuntura esses meios e mídias são facilitadores na organização e interlocução entre movimentos locais.

Também segundo Castells (2003), para compreendermos melhor as novas formas de interação social na era da internet, devemos considerar a redefinição das noções de comunidade, considerando as transformações provocadas pelos vínculos em rede. Sendo assim, enquanto as comunidades menos complexas associavam-se predominantemente aos componentes culturais, onde “ao menos na tradição da pesquisa sociológica, baseavam-se no compartilhamento de valores e organização social”.⁴² As redes, por sua vez, serão configuradas “pelas escolhas e estratégias de atores sociais, sejam indivíduos, famílias, ou grupos sociais”.⁴³ O autor entende essas transformações como uma mudança dos laços de sociabilidade. O que, não quer dizer a dissolução de um pela substituição de outra, mas uma significativa alteração. Ainda que a maior parte dos laços de sociabilidade em rede sejam considerados “fracos”, não quer dizer que sejam menos importantes. Em sua maioria esses laços se dão por questões de trabalho, comunicação, entretenimento e, o que mais nos interessa aqui, envolvimento cívico.

Frente às transformações nas formas de sociabilidade proporcionadas pelas novas tecnologias da informação, Castells (2013) reafirma a sua conceituação de “sociedade em rede”. Nesta “o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados.”⁴⁴ Sob essa perspectiva, coloca o autor: “(...) as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder.” Nesse sentido o contrapoder dar-se-ia na tentativa decisiva de intervir e alterar as relações de poder através da reprogramação das redes contornada por outros interesses e valores que envolvam, principalmente, formas de resistência e mudanças sociais.

Os apontamentos do autor nos conduzem a percepção tanto sobre as apropriações de meios de comunicação e mídias que vem sendo cada vez mais aderidos por movimentos sociais populares urbanos em suas novas configurações, quanto pela observação das mudanças ocasionadas por essas apropriações nos processos de lutas, atuações e organizações desses movimentos.

Como também nos aponta Moraes (2008, p.41):

⁴² CASTELLS, M. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003. p.106

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Id. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p.12

A internet é um ecossistema digital caracterizado por arquitetura descaracterizada, multiplicação de fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados, sons e imagens, utilização simultânea e intercâmbios singulares. Em sua impressionante variedade de usos, tem permitido experiências de produção e difusão fora das pragmáticas midiáticas.

Diante disso, como parte desse processo de pesquisa elaboramos uma lista com nomes de movimentos associativos de São Gonçalo e grupos locais de debate que se articulam no ciberespaço – Apêndice. Através dela podemos visualizar algumas apropriações e produções de atores sociais engajados e articulados via internet. Em alguns casos os grupos e movimentos apresentam-se através de uma breve descrição. Em outros casos não há descrição.

Do grupo “Loucos por São Gonçalo”, por exemplo, fazem parte alguns presidentes e membros de associações de moradores do município, entre eles presidentes de associação de moradores de bairros como do Jardim Catarina, Neves e Jardim Esperança. O grupo funciona como um canal de diálogo entre moradores e representantes de movimentos da cidade. Dentre as postagens encontram-se algumas as quais se remetem diretamente ao direito à educação, como é o caso do texto em que um dos membros questiona para onde vão os recursos anunciados para a construção de creches. Nas suas palavras: “(...) Ontem já foi anunciado um investimento considerável para creches municipais e sabemos que ao longo desses anos Creche, neste município, foi um vazadouro do dinheiro público e o que aconteceu de concreto? (...)”⁴⁵

Outra mídia apropriada por esse grupo é o site de postagens e compartilhamento de vídeos “YouTube”. E, dentre os vídeos produzidos e compartilhados pelo grupo havia um em que alertavam sobre lixos acumulados na calçada de uma escola municipal no bairro do Jardim Alcântara, por falta de coleta da prefeitura. Em relação a essa postagem pudemos acompanhar um debate virtual e presencial entre componentes de diferentes grupos. Alguns membros diziam que a postagem não era do local ao qual estava se referindo, outros diziam que haviam passado pelo local e não viram o lixo, outros apoiavam a denuncia e citavam outras localidades que passavam pelo mesmo problema. Sobretudo por se tratar de uma época de transição do governo municipal, este estava sendo um problema recorrente em quase toda a cidade.

A postagem sobre o lixo repercutiu em um debate durante uma reunião presencial que participamos em outro grupo: Grupo “Opinião Pública”, na qual falaremos mais adiante. O

⁴⁵GRUPO LOUCOS POR SÃO GONÇALO Disponível em:< www.facebook.com/groups/41306728209291> . Acesso em: 21 fev. 2013.

interessante para nós foi poder observar naquele momento as repercussões e os embates das ações de uns grupos em outros em se tratando das mediações que constituem os processos comunicacionais. Os questionamentos sobre a veracidade daquela postagem fizeram com que membros de outro grupo debatessem sobre cuidado na apuração das informações que seriam veiculadas também por eles, no momento em que começavam a organizar suas apropriações através dessas mídias.

Contudo, para nós a postagem de fato também dizia respeito à garantia do direito à educação de qualidade social por se tratar dos arredores de uma escola e do caminho de acesso da comunidade escolar.

Outra questão que nos chama a atenção nesses grupos é o fato de que mesmo algumas associações de moradores, como é o caso de uma das associações do Jardim Catarina, a AMAJAC, possuem suas próprias páginas, seus presidentes participam de debates nestes outros grupos virtuais. Além disso, os membros desses grupos participam de reuniões e ações conjuntas, principalmente, que envolvem a aplicação de programas de governo e ações políticas nos bairros.

Nesse sentido relacionamos nossas observações sobre os vínculos em rede observados nos processos de articulações, lutas e reivindicações de movimentos sociais populares de São Gonçalo, em um contexto de atuação local, com os apontamentos de Moraes (2008, p.43):

A conectividade nas redes institui um tipo de sociabilidade à distância que favorece, em distintas escalas e intensidades, contatos e reciprocidades entre sujeitos e atores coletivos cujas identidades *vão* se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, resoluções de conflitos e de resistência aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização (Scherer-Warren, 1998, p.16–29). Os convívios virtuais por afinidades eletivas instauram-se, restauram-se e reproduzem-se em comunidades com vínculos duradouros ou coalizões circunstanciais. As junções aparecem em listas de discussão, *chats*, *blogs*, comunidades de relacionamentos, murais, fóruns, bases de dados, arquivos audiovisuais e videoconferências. Ainda que com frequência irregular e muitas vezes sem explorar adequadamente os recursos multimídias, essas redes perseguem uma sociabilidade baseada em aspirações comuns e tentam contribuir para a organização de forças reivindicantes com presença internacional.

Esses vínculos facilitados pelas dinâmicas de funcionamento através da apropriação de mídias do ciberespaço, na conjuntura de atuação e articulação de movimentos sociais populares, tornam-se, sobretudo, vínculos formativos reforçados e reafirmados pelas trocas de informações e experiências de luta. No entanto, eles não se limitam ao espaço virtual. A internet é, sim, um meio que viabiliza a interatividade com melhor fluidez e agilidade na troca de informações. Porém, nestes casos, o meio não é o fim, mas apenas parte do processo, já

que a atuação desses movimentos geralmente diz respeito a um território específico – que, no caso é o município de São Gonçalo/RJ.

No decorrer desta pesquisa o grupo “Opinião Pública – SG”, foi o que, acompanhamos mais de perto, (até determinado momento). Nele, chegamos a participar das primeiras articulações, quando ainda estavam se estruturando. Participamos de algumas reuniões pessoalmente, conversamos com membros e participamos mais diretamente de processos de produção dos meios de comunicação e dos *processos* que envolvem suas formulações. Durante essa etapa observamos que dele também participam membros e presidentes de associações de moradores como os do bairro do Laranjal e do Mundel, entre pessoas de diferentes bairros.

O grupo surgiu a partir da iniciativa do atual presidente da associação de moradores Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA)⁴⁶, através do engajamento com outro antigo morador do bairro, que até então não era membro da associação. Porém, ainda nos primeiros meses de sua estruturação aconteceram algumas divergências de interesses, e o presidente da associação que deu nome ao grupo desvinculou-se do mesmo. Porém, ainda que o grupo tenha sido criado relacionado à Associação de Moradores e Amigos Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), inclusive apropriando-se do nome do jornal comunitário veiculado pela mesma, mesmo diante da saída do presidente da associação, o nome “Opinião Pública” permaneceu. No entanto, nos aprofundaremos um pouco mais sobre este grupo e seus *processos comunicacionais* no capítulo seguinte.

Outro grupo encontrado foi o: “Comissão Permanente dos Moradores de São Gonçalo”. Também deste grupo participam membros e presidentes de associações de moradores do município, bem como cidadãos em geral. Dentre suas postagens através do site de relacionamentos “Facebook”, algumas publicações nos chamaram a atenção. Em uma postagem o grupo presta apoio e suporte “a reinauguração de mais uma associação de moradores”⁴⁷, no caso a do bairro de Santa Izabel. Em outra o grupo expõem, que durante o acompanhamento de uma sessão na Câmara Municipal destacaram-se as preocupações de dois vereadores em relação a merenda escolar e ao passe livre de estudantes e idosos.⁴⁸

⁴⁶ Já vínhamos acompanhando a atuação desta associação desde a elaboração do meu trabalho de conclusão da graduação em pedagogia. UERJ–FFP, 2011.

⁴⁷ Anexo A: Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook, manifestando apoio a associação de moradores. Disponível em: < <https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts>> Acesso em: 15 jan. 2013

⁴⁸ Anexo B: Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook. Postagem relativa à merenda escolar e ao passe livre de estudantes e deficientes em transportes públicos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts>>. Acesso em: 28 fev. 2013

Como propõe Castells (2013, p. 14):

(...) desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem.

Ainda que a primeira vista a viabilização proporcionada, sobretudo, pelas novas tecnologias da informação em relação a visibilidade das lutas e interlocução desses movimentos tendam a serem considerados mais horizontais, temos certo zelo diante dessa percepção. De antemão, as próprias condições de acesso a esses meios devem ser consideradas. Como salienta Moraes (2008, p. 56): “Embora o acesso à internet na América Latina cresça, semestralmente, a uma taxa média de 25%, somente 6% da população estão conectados.” Ainda em relação a isto, o autor aponta que:

A universalização dos acessos depende, entre outras coisas, de políticas socioeconômicas inclusivas, do desenvolvimento de infraestruturas de rede, do barateamento de custos teleinformáticos e de formação educacional condizente. É essencial combater a infoexclusão de populações de baixa renda e clamar por políticas públicas que intensifiquem os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias.⁴⁹

Ou seja, tal como o direito à educação de qualidade social, também as condições de acesso à internet estão relacionadas às questões socioeconômicas e infraestruturais dos lugares, e de suas populações.

Em relação à população de São Gonçalo, por exemplo, e principalmente aos bairros em que posteriormente focamos nossos estudos, grande parte das pessoas não tem acesso às redes sociais e nem se quer a internet. E, se esta evidência não pode fazer com que deixemos de considerar esses meios de expressão via ciberespaço, ela também não pode deixar que generalizemos a naturalização de suas apropriações. Também por isso, nessa pesquisa não nos limitamos a investigar apenas meios de comunicação e mídias via internet. Como já expomos em outros momentos, consideramos como parte dos processos comunicacionais reivindicativos cartas, atas, ofícios, cartazes, faixas, fotografias, vídeos, entre outros meios de

⁴⁹ MORAES, D. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, E.G. (Org.) *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008. p.56

comunicação que corporificam as lutas e articulações desses movimentos, ao mesmo tempo em que documentam suas ações e suas histórias. Concordamos que:

Seja como for, os processo reivindicantes englobam aspirações e contradições múltiplas, em um contexto no qual as resistências e identidades se constroem em torno de diversos eixos de lutas, no compasso de processos diferenciados de dominação do sistema capitalista global. Com efeito, seria inaceitável anular singularidades dos atores sociais empenhados na democratização da vida social; o que se deve ter em mente são formas dialógicas de tecer solidariedades que reconheçam as posições dos sujeitos envolvidos, a partir da recusa da realidade de exploração e opressão (SANTOS, B. S., 1999).⁵⁰

As contradições atravessam a atuação dos movimentos populares urbanos e, principalmente nos que focamos nossa pesquisa, tanto no sentido material quanto nos sentidos ideológicos que os fundamentam. Muitos movimentos associativos e/ou de grupos acabam sendo sustentados por interesses particulares de dirigentes e membros que neles se “infiltram” a fim de se promoverem à cargos políticos governamentais ou fazerem dessas instituições e espaços “currais eleitorais” assistencialistas. Sendo assim, as atuações desses e nesses movimentos são marcadas por lutas e embates internos. Também por isso neste processo investigação nos deparamos com resistências e dificuldades de conseguir algumas informações e encontros. Já que, diante do cenário de interesses, disputas e até ameaças, as lutas de força são constantes e as resguardas fundamentais.

Após a contextualização sobre o município de São Gonçalo e a distribuição no território de associações de moradores e escolas municipais, no capítulo a seguir focaremos nossas análises sobre os meios de comunicação que corporificam os processos comunicacionais de duas associações de moradores: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA); e a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catanina (AMAJAC). Abordaremos mais pontualmente cada um desses movimentos e meios selecionados fazendo algumas análises de acordo com as concepções que fundamentamos ao longo desse trabalho.

⁵⁰ MORAES, D. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, E.G. (Org.) *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008. p. 56

3 DIÁLOGOS FORMATIVOS EM PROCESSOS COMUNICACIONAIS: REIVINDICAÇÕES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO NAS VOZES DE MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

A comunicação participativa é um processo longo. O crescimento dos grupos é lento; a inversão do fluxo comunicativo tarda em se estabelecer. Não há que se desanimar. Uma das condições de todo bom educador é a visão a longo prazo.

Mario Kaplún, 1988

Como dissemos nos capítulos anteriores, a presente investigação realiza-se a partir da atuação de movimentos sociais populares e, especificamente das associações de moradores do município de São Gonçalo/RJ em um esforço de compreendermos as repercussões de suas lutas e engajamentos, no sentido da implementação do direito à educação de qualidade social no município. Para tanto temos por base o Plano Municipal de Educação (2006–2016), entre outros documentos legislativos que firmam esse direito e direcionam os projetos dos governos para a sua execução.

Neste percurso de investigação, buscamos identificar meios de comunicação alternativos utilizados, produzidos e/ou apropriados por alguns movimentos populares de São Gonçalo, sobretudo por associações de moradores e amigos de bairro. Nesse sentido, enfatizamos a importância do processo de constituição desses meios de comunicação enquanto espaço formativo, de compartilhamento de saberes e visões de mundo (FREIRE, 2012). E, em termos de inscrição de suas lutas no processo histórico de constituição do espaço funcionam, ainda, como instrumentos contra-hegemônico de articulação, organização, documentação, visibilidade e voz. (KAPLÚN, 1985, COUTINHO, 2008 e MARTIN-BARBERO, 2009).

Sob essa perspectiva, tal como aponta Moraes (2008, p.45), seguimos a concepção de que:

Os veículos alternativos incluem-se assim na categoria dos aparelhos privados de hegemonia de Gramsci: atuam na sociedade civil como organismos coletivos de natureza voluntária, relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito e gerados pelas modernas lutas de classes (Coutinho C. N., 2006b, p.34–37). Sua meta é interferir nos embates contra-hegemônicos, forjando espaços de manifestação ideológica que se contraponha à lógica do capital. (...)

Neste sentido, os meios de comunicação apropriados e produzidos por movimentos populares de bairro expressam as lutas e contradições que emergem do/no território, inserido nas conjunturas socioeconômicas, políticas e culturais que tem consigo as marcas traçadas pela opressão dos modos de funcionamento do sistema capitalista. É, principalmente, nos bairros das periferias urbanas que os traços da desigualdade e da exclusão social aparecem com mais veemência nas condições e nos modos de vida da população.

Talvez não por acaso, seja também nesses lugares que movimentos populares atuam com mais frequência e vigor, mesmo diante das pressões externas e internas que também os abarcam. Essas questões dizem respeito tanto às condições de vida dos moradores, quanto às condições de funcionamento dos movimentos. Ou seja, como também aponta Moraes (2008, p.62): “é no território físico, socialmente vivenciado, que se travam e se travarão as lutas decisivas por uma outra sociedade e uma comunicação possíveis.”

Geralmente, esses bairros – como é o caso do Jardim Catarina e do Laranjal – são habitados por trabalhadores que, por conta das condições de transporte e distância de seus locais de trabalho (muitos trabalham em outras cidades), estabelecem uma relação de bairro–dormitório, sobretudo durante a semana. Essa relação acaba também por desfavorecer a adesão aos movimentos de bairro, já que a atuação exige tempo de dedicação para reuniões, participação em plenárias, audiências públicas, etc. No entanto, acontece que a população reconhece a existência e a importância de representatividades políticas e, assim, de movimentos de bairro, mesmo que não consigam participar com fidelidade. E, ainda que um percentual significativo de pessoas deixem os bairros para trabalhar durante a semana, parte de suas famílias ficam em casa. Os filhos desses trabalhadores frequentam escolas locais, companheiras e/ou companheiros, mães, pais, avós, aposentados formam com o bairro um vínculo afetivo, sendo este seu principal espaço de partilhas e convivências. Sobre isso, Martín-Barbero (2009, p. 276) aponta:

(...) E embora essas identidades – sobre as quais se estrutura em larga medida a vida social – possam repercutir na hora de vender a força de trabalho, não é no mercado nem no lugar de trabalho onde elas se constituem e se transmitem, e sim na família e no bairro, onde se mora junto com vizinhos e amigos. O bairro surge, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, em última análise, de *comunicação*: entre *parentes* e entre *vizinhos*. O bairro proporciona às pessoas algumas referências básicas para a construção de um *a gente*, ou seja, de uma “sociabilidade mais ampla do que aquela que se baseia nos laços familiares, e ao mesmo tempo mais densa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”. Frente à provisoriade e à rotatividade do mercado de trabalho, (...), é no bairro que as classes populares podem estabelecer solidariedades duradouras e personalizadas. Nesse espaço, ficar sem trabalho não

significa perder a identidade, isto é, deixar de ser filho de fulano ou pai de beltrano. E frente ao que acontece nos bairros residenciais das classes altas e médias-altas, onde as relações se estabelecem mais com base em laços profissionais do que por vizinhança, pertencer ao bairro para as classes populares significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância.

Essas características são expressas pelos presidentes das duas associações que nos centramos. O então presidente da Associação de Moradores de Amigos do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), Hermes Braga é metalúrgico aposentado e vive no bairro do Laranjal a mais de 30 anos. Atualmente, apresenta um programa em uma rádio comunitária e foi convidado a assumir um cargo na UNIBAIRROS. Já o presidente da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), concilia o cargo na associação com um emprego em outra cidade. Porém, se organiza em horários e dias da semana específicos em que pode ser encontrado na sede do movimento.

Embora reconheçamos que a vivência nestes bairros é atravessada pelo tempo dividido entre trabalho e casa, reforçamos o apontamento de Martim-Barbero, no sentido de que é sobretudo através relações de vizinhança estabelecidas nesses locais que os cidadãos constroem, também, suas consciências coletivas.

Frente às pontuações relativas ao tempo despendido para a atuação nos movimentos, bem como para uma participação mais ativa no acompanhamento das ações do governo, compreendemos que tais dificuldades também encaminham a apropriação desses movimentos a novas formas de organização que viabilizem uma melhor interlocução, tanto entre os movimentos quanto entre a população. Sendo assim, diante das possibilidades surgidas no campo das novas tecnologias da informação esses movimentos populares vão se reconfigurando, aderindo outras formas de sociabilidade que contribuam em suas atuações e articulações. E, sob essa perspectiva, as redes formadas por esses movimentos são constituídas por extensões das lutas no espaço urbano. Nesse sentido, aponta Castells (2013, p.16):

(...) Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

Os movimentos sociais populares acompanham, cada qual a seu compasso, as transformações nas formas de atuação possibilitadas pelos novos meios de comunicação e mídias via novas tecnologias. Porém, essas transformações também reservam espaços para a permanência do “antigo”. Sendo assim, as formas de luta, atuação e visibilidade constituídas por esses movimentos se materializam através do diálogo entre diferentes meios de veiculação de suas demandas e reivindicações. Ou seja, um não suplanta ou substitui o outro. Um ofício destinado à prefeitura, por exemplo, mantém o seu formato impresso tradicional, tal como uma faixa reivindicativa pendurada em uma praça pública tem uma visibilidade e um acesso diferente de uma fotografia em rede social da internet. No entanto, na era das novas tecnologias tanto a faixa quanto o ofício podem também ser veiculados no ciberespaço, ainda que ali já assuma outra configuração na finalidade e no sentido.

Contudo esses apontamentos nos conduzem ao aprofundamento sobre a percepção das mediações que atravessam os processos comunicacionais, no qual falaremos a seguir.

3.1 Processos comunicacionais em reivindicações pelo direito à educação em São Gonçalo: percursos de lutas em duas associações de moradores

Diante do que foi exposto até aqui, nesta etapa trazemos alguns meios de comunicação produzidos e/ou apropriados por dois movimentos sociais populares específicos, que já foram brevemente apresentados: a Associação de Moradores do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), que corresponde a uma parte ao bairro do Laranjal; e a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), que corresponde a ao bairro do Jardim Catarina, que é considerado o maior loteamento da América Latina.

A escolha em nos focarmos nestas duas associações se deu por alguns motivos, dentre os quais o que mais pesou foi o fato de produzirem variados meios de comunicação e mídias, como meios alternativos de organização, articulação e visibilidade de suas ações. As duas associações estão entre as 25 associações listadas durante este processo de pesquisa, que são vinculadas à Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo, a UNIBAIRROS.

Em se tratando da AMOJANSA, já vínhamos acompanhando seus embates desde a minha graduação, quando participei do projeto de pesquisa “Políticas educacionais e poder local: um estudo sobre a implantação do plano municipal de educação e suas repercussões em São Gonçalo”, no qual atuei como bolsista de iniciação científica entre os anos de 2009/2011,

que culminou em meu trabalho monográfico de conclusão da graduação e deu origem ao projeto de pesquisa para este mestrado.

A associação representa o bairro em morei durante 26 anos e onde, até hoje, vive grande parte dos meus familiares. Por isso, um dos fatores que fez com que tivéssemos uma atenção especial neste movimento diz respeito aos meus próprios vínculos vivenciais que perpassam pela história bairro, suas relações de vizinhança, mudanças estruturais e etc. No entanto, a critério de interesse de pesquisa, começamos a acompanhá-la mais de perto pelo fato de ter produzido e veiculado um jornal comunitário impresso – de nome “Opinião Pública”, e por se apropriarem de mídias da internet através da criação de um blog com o nome da associação, perfis em redes sociais do “Orkut” e do “Facebook”, além terem espaços em programas de rádio comunitária.

Em relação à AMAJAC, de antemão nos chama a atenção o fato de representar o bairro do Jardim Catarina e, principalmente de ser uma das associações mais antigas do município, tendo sido fundada em 1981 – que em 2014 completará 33 anos. Ela mantém sua história e a história do bairro disponível através de um site, onde também é possível encontrar ordenadamente fotografias antigas e atuais, documentos oficiais de veiculação impressa, tais como ofícios à prefeitura, cartas abertas, etc, por onde reivindicam suas demandas e apontam o atendimento ou não atendimento das solicitações.

A associação mantém, ainda, perfis em redes sociais do “Orkut” – (que já não é muito frequentado), e do “Facebook”, por onde também compartilham demandas, denúncias, reivindicações relacionadas à ofícios mandados a prefeitura. Através dessas redes também compartilham documentos impressos digitalizados, fotografia e vídeos. Ou seja, o movimento se apropria de diferentes meios de comunicação alternativos e atua através da multiplicidade das mídias, dentre os quais apresentaremos alguns no decorrer deste capítulo, pontuando algumas ações relativas a demandas e reivindicações do direito à educação.

Ao abordarmos os meios de comunicação alternativos utilizados por esses movimentos enfatizamos os *processos comunicacionais* que envolvem tanto as articulações internas nos debates que fomentam as reivindicações dos moradores, quanto às ações que emergem desses debates. Compreendemos, então, que os *processos comunicacionais* dizem respeito às relações de mediação que se estabelecem no interior desses movimentos populares urbanos, que envolvem a constituição de seus debates e pautas reivindicativas. Através deles encontramos algumas pistas sobre as repercussões de tais reivindicações em direção a implementação do direito à educação de qualidade social no município.

Também através da ênfase nos *processos comunicacionais* destacamos a importância da participação de sujeitos ativos na constituição de informações, que dizem respeito ao compartilhamento de experiências de lutas, e articulações desses movimentos populares. Sob essa perspectiva, compreendemos que desta forma a comunicação assume muito mais do que a função de transmitir informações. Ela é, também, um mecanismo de formativo de cidadania, proporcionada pelos engajamentos coletivos na organização social, pelo atravessamento de experiências e conhecimentos, onde o sujeito assume o papel de protagonista na relação, participando da construção de consciências coletivas que dizem respeito às suas vivências.

Partindo, então, desses pressupostos selecionamos alguns materiais que dizem respeito aos meios de comunicação produzidos e/ou apropriados pelas duas associações mencionadas, em que buscamos nos focar nas seguintes questões: Existem demandas pela educação? Quais são as principais demandas? O que as reivindicações dizem sobre as condições de vida no bairro?

Além dessas questões principais, buscaremos identificar os sentidos ideológicos e vivências (BAKHTIN, 1985) neles e por eles emitidos. Nossas análises terão por base as concepções de Paulo Freire (2012) e Mário Kaplún, de acordo com as formas de comunicação apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

3.2 Associação dos Moradores do bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA

Como dissemos anteriormente, a Associação de Moradores do bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, corresponde ao bairro do Laranjal. O nome “Jardim Nossa Senhora Auxiliadora” é atribuído ao início do processo de loteamento do bairro, onde antes existiam pelo menos duas grandes fazendas, produtoras de laranja e que abrangiam além deste, aos loteamentos do Boa Vista do Laranjal e do Jardim Catarina.⁵¹ O bairro do Laranjal, tal como o bairro do Jardim Catarina pertencem ao 3º distrito do município de São Gonçalo, composto ao todo por 17 bairros.

⁵¹ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CATARINA. Home Page do movimento associativo de bairro, onde é exposto sua história, atuação, contatos, formas de filiação, fotos, etc. Disponível em:< <http://amajac.org/historia.htm>> Acesso em: 22 jun. 2010.

Como já havíamos salientado, um dos motivos que nos fez focalizar a atenção também na associação do Laranjal foi o nosso vínculo vivencial e afetivo com o bairro. Mas, também, e, sobretudo, pelo fato de, nos nossos primeiros contatos com o movimento tomarmos conhecimento de que o mesmo se apropriava de múltiplos meios de comunicação e mídias, dentre eles: um jornal comunitário impresso, um blog, perfis em redes sociais da internet e espaços para programas em uma rádio comunitária.

A partir disso começamos a acompanhar o movimento e, ainda durante a graduação, a frequentar a sede da associação, conversar com alguns associados e com seus dirigentes, que eram antigos moradores do bairro. Já durante esse período realizamos uma entrevista com o então presidente; começamos a listar e acompanhar os meios e mídias utilizados por eles no sentido observarmos suas percepções sobre o bairro, sobretudo no que se referisse ao direito à educação.

No entanto, por meados do ano de 2011 percebemos que a AMOJANSA começou a ter dificuldades em se manter. Neste período, a associação ficou sem sede, (pois a mesma funcionava em um imóvel alugado), e membros que atuavam na diretoria do movimento se afastaram. Alguns, por motivos pessoais (casamento, mudança de cidade); outros por divergências políticas e de interesses particulares.

A associação não conseguia dialogar com o governo municipal vigente naquele ano, que tinha como prefeita Aparecida Panisset, em seu segundo mandato. Além disso, no bairro atuavam algumas “lideranças” ligadas ao governo da prefeita. Tratavam-se de pessoas do bairro que possuíam cargos comissionados na prefeitura e eram encarregadas a prestar algumas assistências aos moradores, (vaga em hospital, encaminhamentos para exames, indicação para empregos, etc). Esses tipos de ações contribuía para a desarticulação dos movimentos de bairro. Na ocasião, ao perguntarmos como era a relação da associação com o poder governamental vigente, Hermes Braga, então presidente da AMOJANSA respondeu: “A relação é da pior forma possível, porque o executivo municipal não aceita conversar com o movimento popular local. (...) O povo tem que dizer o que quer!”⁵²

Nesta mesma ocasião, quando perguntamos ao presidente se, naquele momento, havia intervenções e/ou reivindicações daquele movimento no âmbito da educação, o mesmo respondeu que não havia intervenções diretas já que as representações e indicações para os

⁵² HERMES BRAGA. Entrevista com o dirigente da Associação de Moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA, que corresponde ao bairro do Laranjal/ São Gonçalo – RJ. *Processos comunicacionais nas reivindicações sobre o direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais: um estudo de caso*. São Gonçalo/ RJ, 2011, entrevista realizada em 08 de fev. de 2011. p. 60-62. Entrevista concedida a Natália Fraga Coutinho, publicada em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia pela UERJ/FFP, 2011.

conselhos ficavam mais centralizadas na UNIBAIRROS. Esta passava os comunicados as associações, e convidava membros e dirigentes a participarem dos conselhos, como o da merenda escolar ou do fundeb, por exemplo.

Insistimos em tencionar sobre a existência de questões relativas ao direito à educação no bairro. Então, perguntamos se, em outros momentos já houve outras reivindicações neste âmbito em outros momentos, no que Hermes Braga respondeu⁵³:

Não sei te falar. Até porque acho que temos boas escolas no bairro e arredores, sejam escolas municipais como o colégio Estephânia de Carvalho, ou até mesmo escolas particulares como o Colégio Batista do Laranjal. Entre outras, de bairros vizinhos, como o colégio estadual Mauá, onde eu estudei.

Naquele momento, a resposta do presidente nos foi emblemática, pois, diante dela nos demos conta de que as concepções referentes à “qualidade da educação”, podem ser muito distintas, principalmente quando perpassa pela experiência de vida de pessoas que frequentaram a escola pública em tempos em que o acesso à uma vaga era praticamente um privilégio. E, mesmo depois da conquista da vaga, muitos não conseguiam permanecer, entre outras coisas, por questões de alimentação e transporte. E, pela escassez das vagas em escolas públicas, também era difícil conseguir uma matrícula em escolas privadas, principalmente, nestes bairros populares. A resposta do Hermes sensibilizou ainda mais o nosso olhar e a nossa escuta.

Quase um ano após a esta entrevista, a associação permanecia sem sede. No entanto, o presidente, Hermes Braga, nos informou que estava começando outro grupo de articulação que pretendia tentar reerguer a associação. Porém, este grupo primeiramente realizaria reuniões presenciais na casa de um dos membros, a fim discutir pautas para criação e postagens em um “grupo virtual” numa rede social da internet, o “Facebook”.

Nesta mesma época outros grupos deste tipo já existiam, (como os que foram mencionados no capítulo 2 desta dissertação), e estavam amplificando suas vozes cada vez mais pela adesão via internet de membros de diferentes movimentos locais e cidadão desvinculados de instituições. Esses grupos, abertos ou fechados, passaram a ser também uma estratégia de articulação entre movimentos locais.

⁵³ HERMES BRAGA. Entrevista com o dirigente da Associação de Moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA, que corresponde ao bairro do Laranjal/ São Gonçalo – RJ. *Processos comunicacionais nas reivindicações sobre o direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais: um estudo de caso*. São Gonçalo/ RJ, 2011, entrevista realizada em 08 de fev. de 2011. p. 60-62. Entrevista concedida a Natália Fraga Coutinho, publicada em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia pela UERJ/FFP, 2011.

Sobre o surgimento dessas novas formas de comunicação via internet Moraes (2008, p. 47) indica que:

A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia da *web* frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia são suas principais vantagens. (...)

Durante esse processo de estruturação do grupo, participamos de duas reuniões. Nelas os membros discutiam quais seriam as pautas, como organizariam as publicações para que não perdessem o foco de interesse do momento, quem ficaria responsável por cada setor, se faria vídeos, quanto tempo os vídeos deveriam durar em média e, inclusive, quais seriam as estratégias de marketing que utilizariam para atrair a atenção dos internautas e para tornar o grupo conhecido no município. Participaram das reuniões algumas pessoas do próprio bairro (Laranjal), e também pessoas vindas de outros bairros tais como, Mundel e Jardim Alcântara. O primeiro assunto a ser pautado foi a reforma da praça do Laranjal.

Após as duas primeiras reuniões optamos por nos ausentarmos dos encontros presenciais do grupo, quer seja por não acharmos conveniente o engajamento naquele momento em que estávamos ali enquanto pesquisadores, quer seja por percebermos ali interesses particulares de seus líderes. Desde então não fizemos mais intervenções no grupo, mas continuamos nos comunicando com o Hermes Braga – que permanecia como presidente da associação do Laranjal.

Tempos depois sem dar grandes detalhes, durante uma conversa, Braga comentou ter sofrido uma forte decepção em relação ao grupo, que por pouco não conseguiu se apropriar institucionalmente da associação, já que planejavam com ele a realização de novas eleições.

Mesmo com o rompimento do presidente da associação com líderes do grupo, este continuou se articulando com o nome “Opinião Pública” – criado a partir do nome do jornal impresso da associação de moradores do Laranjal. E, por conta da relação inicial da associação com o grupo, trazemos alguns apontamentos sobre esses meios de comunicação apropriados e produzidos através dele. Pontuaremos, também, os meios que já eram produzidos e utilizados pela associação, antes do surgimento do grupo. Assim o fazemos, a fim de que possam ser observados também essas transições e disputas que permeiam a atuação dos movimentos populares mesmo diante das novas formas de articulação e que, ao nosso entender correspondem às mediações que constituem os processos comunicacionais.

3.2.1 Jornal comunitário impresso “Opinião Pública”

O jornal comunitário impresso “Opinião Pública” surgiu da articulação e esforço de membros da Associação de Moradores do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA). O jornal teve como intuito denunciar e trazer ao debate questões relativas ao bairro e à cidade.

Figura 2 – Jornal Comunitário impresso “Opinião Pública”



Legenda: JORNAL OPINIÃO PÚBLICA [da] Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. Município de São Gonçalo. Rio de Janeiro. Ano I. Número 1. Maio de 2010.

A publicação e a veiculação de um jornal impresso comunitário, como o “Opinião Pública”, exigem um planejamento mais rigoroso, requer um tempo para o amadurecimento dos assuntos abordados, envolvimento e dedicação dos envolvidos no processo de elaboração.

Além disso, esse meio de comunicação tem um custo superior a de outros meios, principalmente se comparado às mídias da internet.

Nesse sentido, por conta das dificuldades de recursos e aderência dos moradores do bairro do Laranjal ao movimento, bem como por discordâncias internas entre os membros, o jornal foi publicado em apenas uma edição. Logo após a sua publicação e distribuição gratuita pelas ruas do bairro, a associação teve que entregar a casa alugada onde funcionava a sua sede, e alguns membros que participaram da produção do jornal se mudaram do bairro, por motivos pessoais (já mencionados anteriormente). Porém, compreendemos que a publicação em edição única marca uma etapa do percurso do movimento na tentativa de materializar e dar visibilidade as suas ações e engajamentos, quer seja perante o poder governamental, quer seja para o conhecimento e divulgação para a própria comunidade que representa.

A edição do jornal veiculado trouxe em seu corpo questões relacionadas a estrutura do bairro, como saneamento e calçamento das ruas. Além disso, também teve algumas colunas destinadas a questões ambientais.

Mesmo que não existissem questões diretamente relacionadas às demandas do direito a educação no bairro, compreendemos que também as condições estruturais repercutem na qualidade de vida dos moradores e, portanto, nas condições de qualidade da educação. Consideramos ainda, que o próprio meio de comunicação comunitário já é em si componente de um processo formativo tanto na sua produção quanto nas suas repercussões. Através dele a população se reconhece e vai se percebendo no processo de construção de uma consciência coletiva que tem em comum o mesmo território e espaços de vivências compartilhados.

O jornal comunitário impresso representa um esforço do movimento em amplificar suas vozes em reivindicações direcionadas tanto ao governo local, no sentido das cobranças relacionadas à infraestrutura do bairro, quanto a população do bairro através da tentativa de conscientização sobre a importância da atuação da sociedade civil no engajamento político que envolve a cobrança dos direitos fundamentais.

3.2.2 Meios de comunicação em espaços virtuais apropriados pela AMONAJSA: o blog, a comunidade no “Orkut” e o grupo no “Facebook”

A AMOJANSA, simultaneamente a publicação e veiculação do jornal impresso, buscou se apropriar de mídias do ciberespaço. Criou uma comunidade no site de

relacionamentos “Orkut”, (quando este ainda se encontrava em seu momento de efervescência), um blog gratuito e, mais recentemente, um grupo na rede social do “Facebook”.

A adesão e apropriação a essas novas mídias por movimentos sociais populares, com sentidos contra-hegemônicos pode ser explicada por alguns motivos, como aponta Moraes (2008, p. 46):

Cinco dimensões de comunicação em rede com direção contra-hegemônica podem ser observadas na *web*: 1) oposição direta ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos e da socialização das riquezas; 2) descentralização informativa: qualquer ponto da rede pode estabelecer permutas com outros pontos, dificultando o controle pelas instâncias de poder; 3) os dados podem ser difundidos sem submissão às diretrizes e às idiosincrasias da mídia; 4) a dinâmica virtual incentiva a interlocução e a interação baseada em visões de mundo convergentes; 5) estoques de textos e materiais audiovisuais são compartilhados com base no princípio inclusivo da “publicação aberta” (leitores podem adicionar comentários, publicar textos e/ou fotos sem prévio consentimento dos editores e aproveitar arquivos e base de dados) e na adesão ao *copyleft* (permissão para reproduzir informações sem fins comerciais, desde que citada a fonte, evitando-se, com isso, as barreiras impostas pela propriedade intelectual).

Diante desses apontamentos observamos as ressonâncias proporcionadas por esses novos meios, que alteram também os sentidos e direcionamentos da comunicação na/pela atuação de movimentos sociais populares de São Gonçalo. Esses meios se constituem como espaços de encontros de interesses em comum, debates, convergência de ideias, troca de informações, experiências e visões de mundo.

a) O blog da AMOJANSA⁵⁴:

Observamos que o blog criado pelos membros da associação de moradores e amigos do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, traz em sua primeira publicação uma contextualização histórica de surgimento e atuação dos movimentos associativos de bairro no Brasil. Nessa publicação a história é recontada por um membro da associação que não registrou sua autoria. Porém, texto é perceptivelmente atravessado por sua experiência de vida na atuação em movimentos sociais.

Nos anos 70 surge o novo sindicalismo. Ele enfrentou o atrelamento do ministério do trabalho criado por Getúlio Vargas, na mesma época surgiu também o movimento comunitário que seria o alongamento sindical nos bairros, ou seja, o sindicalista iria levar as lutas reivindicativas dentro das realidades de seu bairro. Até

⁵⁴ AMOJANSA. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. *Um pouco de história*. São Gonçalo - RJ. blogspot.com, 12 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://amojansa.blogspot.com>> Acesso em: 09 dez. 2010.

então, só existiam os centros pró-melhoramentos e os grêmios recreativos que não tinham nenhum tipo de organização popular. Primeiro viviam sob as leis de exceção da Ditadura Militar, pois SNI, DOPS, AI-5, etc. castravam toda a forma de organização e direitos sociais como ir e vir, direito a cidadania, etc. Com o surgimento das Associações de Bairro a coisa se modificou. (...) ⁵⁵

E, após a contextualização, o autor convida o público à participar desses movimentos a partir de uma indagação seguida de uma breve explicação e uma crítica:

Ora, por que não participar? A associação é uma entidade representativa dos moradores com registro em cartório, com CNPJ, diretoria eleita pelos moradores, porém, não tem poder de punição contra os órgãos públicos do quais prefeitos e vereadores, como toda a classe política foram eleitos com o voto popular, recebendo altos salários e com imunidade parlamentar do qual usam contra o próprio povo que lhe deu.

O mínimo que se pode fazer é participar da vida do seu bairro através da sua associação se não... você não é ninguém para a vida pública, por que está simplesmente no ostracismo, e isso não é bom. Participe!!!

O texto de autoria autônoma traz consigo questões apontadas por autores que abordamos neste percurso de pesquisa, como o que havia sido sinalizado por Gohn (2012), relativo a uma suposta crise desses movimentos. E, também as suas reconfigurações acompanhadas por Castells (2003, 2013). Além disso, exemplifica como o uso de novas tecnologias abre espaço para as vozes de diferentes movimentos sociais populares.

Sendo assim, também o blog se configura, como um espaço-veículo por onde se expressam múltiplas vozes, em textos e linguagens polifônicas (BAKHTIN, 1985). Nele, os textos vem carregados de palavras vivas, sentidas na pele no cotidiano de vida desses lugares de onde falam. Por isso, as palavras assumem diferentes significações que dizem respeito a maneira como são encarnadas pelas experiências. Então, como sugere Bakhtin (1985 b.) compreendemos que:

O ato humano é um texto em potencial. O texto é o reflexo subjetivo de um mundo objetivo, é a expressão de uma consciência que reflete algo sobre a realidade objetiva; sua mais profunda compreensão depende da interação que o texto estabelece com o contexto dialógico do seu tempo.

De maneira geral, vemos circular pelos meios apropriados por essa associação tanto assuntos que abordam questões locais, que dizem respeito as condições de vida no bairro e no município, quanto questões mais abrangentes, menos focalizadas, relacionados à consciência

⁵⁵ AMOJANSA. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. *Um pouco de história*. São Gonçalo - RJ. blogspot.com, 12 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://amojansa.blogspot.com>> Acesso em: 09 dez. 2010.

ecológica, projetos de leis federais e debates em torno de valores morais, por exemplo. No entanto, seja discutindo questões locais ou mais amplas elas emergem da experiência no território, nele se propagam e repercutem.

b) A comunidade no “Orkut”⁵⁶:

A comunidade no site na rede social “Orkut” foi uma das primeiras apropriações do movimento tendo por via de debates as redes sociais da internet. Nela os membros podiam lançar algumas enquetes incentivando a participação de pessoas que tinham pontos de interesse em comum, principalmente que também moravam no mesmo bairro. Durante o período de grande adesão das pessoas a esta rede social, a comunidade virtual da associação cumpriu o papel de atrair ou trazer novamente as pessoas do bairro para dentro do movimento.

No entanto, como é característico do ciberespaço, essa rede social foi aos poucos sendo substituída por outra, com novos “atrativos” mais interessantes. A outra rede, neste caso foi o “Facebook”, que tem sido até este momento a mais popular entre internautas do Brasil. Os membros do Orkut migraram de uma rede à outra de tal maneira que as páginas “Orkut” tornaram-se espaços não mais frequentados. Ainda que muitas pessoas não tenham encerrado suas contas de acesso, grande parte dos perfis nela ainda existentes estão totalmente desatualizados, como se estivessem parados no tempo.

Na AMOJANSA, esse processo de migração de uma rede à outra coincidiu com a fase em que membros associados e, de modo especial os que eram responsáveis por essa área de comunicação, tiveram que deixar a associação, pois foram morar em outros lugares. Um desses membros que aparecia como “dono” (fundador) da comunidade do Orkut a deixou em aberto, caso alguém se interessasse em assumir. No entanto, ninguém mais se apossou dela. A comunidade ainda pode ser visualizada, mas suas enquetes e conteúdos já não estão mais disponíveis para visualização.

c) “Opinião Pública”: grupo virtual no “Facebook”⁵⁷

O grupo virtual “Opinião Pública” fica abrigado na rede social do “Facebook”. Como já mencionamos anteriormente, o nome do grupo foi apropriado do jornal impresso

⁵⁶ AMOJANSA ORKUT. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. Comunidade do movimento associativo na rede social Orkut, como local de encontros virtuais e debates. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=101892008>> Acesso em: 2010.

⁵⁷ OPINIÃO PÚBLICA FACEBOOK. Grupo baseado no jornal impresso da associação de moradores AMOJANSA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/100841290091983/>> Acesso em: 21 fev. 2013

comunitário da AMOJANSA. A ideia partiu do engajamento do então presidente da associação, Hermes Braga, com outro antigo morador do bairro.

No contexto de surgimento deste grupo a associação se encontrava sem sede, com dificuldades em termos estruturais internos. Como já relatamos, membros que ajudavam na estruturação interna e na parte de comunicação do movimento tiveram que deixá-lo. Alguns membros da diretoria entraram em divergência de interesses e embargaram ações do movimento. A população do bairro também já estava desacreditada da associação e não demonstrava interesse em se associar. Essa situação explica o esforço que, desde a época da criação da comunidade no “Orkut”, os membros atuantes faziam para tentar estimular a reaproximação dos moradores do bairro com o movimento. Porém, o esforço não surtiu grandes efeitos. E, diante dessas dificuldades e embates, a associação passou por um período sem nenhum tipo de atuação.

Após cerca de um ano de silêncio do movimento, o presidente nos comunicou que estava se unindo a um novo grupo de moradores do bairro para tentar reerguê-la. No entanto, a princípio eles atuariam a partir da criação de um grupo informal, que, apesar de realizar reuniões presenciais e estar relacionado, sobretudo, ao bairro do Laranjal, teria sua base de funcionamento no ciberespaço. A partir da atuação deste grupo, posteriormente eles decidiriam como iriam continuar, ou não, com a associação de moradores. De antemão as pretensões eram de que o grupo fosse “mais aberto”, para que com o tempo se expandisse para além das questões apenas do bairro.

Nas reuniões que participamos no grupo foi interessante notar, à princípio, as formas como começavam a se organizar, principalmente em termos de estruturação dos meios de comunicação que utilizariam como mecanismo de reivindicações e divulgação do movimento. De uma das reuniões participou um jornalista profissional, que era amigo de um dos membros e trabalhava em um importante jornal impresso do município. Na ocasião, ele deu algumas dicas sobre a organização das informações e sobre os focos que deveriam ter para que tivessem repercussão, entre outras colocações. O mesmo expressou, ainda que, na medida do possível, prestaria apoio ao grupo no sentido de ajudar a publicar algumas de suas reivindicações no jornal de massa, caso não esbarrasse nos interesses políticos do mesmo.

Nas reuniões os direcionamentos que o grupo iria tomar foram debatidos entre os membros que ali se encontravam. Debateu-se a princípio, se o grupo fundado na rede social seria “aberto”, onde qualquer pessoa que se interessasse poderia ter acesso às informações e/ou poderia vincular-se ao grupo; ou, se seria “fechado”, onde, neste caso, apenas membros autorizados a participar do grupo poderiam ter acesso às informações e debates. Debateu-se

também se haveriam vídeos, qual seria o melhor tempo de duração dos mesmo para que as pessoas de fato o acessassem etc. E, debateu-se ainda sobre a apuração das informações que seriam veiculadas no e pelo grupo.

Nesta etapa foi interessante acompanhar o desenvolvimento inicial do grupo. No entanto, nas brechas desses debates começou a ficar perceptível para nós alguns vínculos e interesses que os mediavam. Já nessas brechas, durante o processo de estruturação e organização dos meios de comunicação e mídias, se expressavam sentidos ideológicos do movimento.

Os membros que compunham o grupo tinham consciência da importância dos meios de comunicação e mídias, principalmente em relação àqueles possibilitados via novas tecnologias, na articulação das lutas de interesse político. No entanto, o que em certo ponto começamos questionar é até que medida eles não estavam querendo se igualar ao meios de massa no sentido da relação que estabeleceriam com a população. Em algumas falas durante as reuniões a população não era mais pensada enquanto “nós” (nós, que somos também parte da população), mas já passava a ser pensada enquanto um “público alvo”, ou receptores para os quais as mensagens seriam emitidas. Ou seja, vamos falar para eles (os moradores), não com eles e nem a partir deles. O que de alguma maneira já parecia o início de um deslocamento da ideia da coletividade, para uma concepção de cunho assistencialista em relação à população.

Com o efetivo rompimento do presidente da associação com o grupo por motivos aparentemente sérios que buscamos não nos envolver, optamos em continuar acompanhando o “Opinião Pública” apenas pela ações divulgadas na internet. Haja visto que, como também não havia mais chances de vínculos com a associação, o grupo escaparia ao foco de nossa pesquisa.

Até a conclusão dessa dissertação a AMOJANSA continuou sem sede e passando por dificuldades de estruturação. No entanto, o seu presidente, Hermes Braga, continua se dedicando a ações ligadas aos movimentos de bairro. Mantém contato com outras associações, participa de eventos nos movimentos e ultimamente foi convidado a assumir um cargo na UNIBAIRROS, o que demonstra, que, para aqueles que acreditam no sentido coletivo das lutas sociais, os movimentos nunca terminam.

3.3 Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina – AMAJAC

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), foi fundada em 1981 e até hoje, dentre as que conseguimos identificar, é uma das mais atuantes e bem articuladas do município de São Gonçalo.

A AMAJAC possui diferentes meios de comunicação, que corporificam seus processos comunicacionais, dentre eles: uma Home Page, (site próprio da associação), um perfil na rede social “Facebook”, uma comunidade no site de relacionamentos “Orkut” e um perfil no site de postagem de vídeos “YouTube”. Além disso, seu dirigente e alguns membros da mesma participam, também, de outros grupos que se articulam pela internet, principalmente através das redes sociais do “Facebook”, como por exemplo o grupo “Loucos por São Gonçalo”.

Ressaltamos que todo o material empírico que apresentamos sobre a AMAJAC, foi compartilhado publicamente pela mesma via internet, quer seja através do seu site próprio, quer seja através de álbuns no perfil do “Facebook”, ou, ainda por vídeos no “YouTube”. Achamos interessante essa ressalva pois, graças a esses meios e a sua organização espontânea por essas vias, os documentos nenhum dos documentos aqui apresentados serão de fonte primária. Isso demonstra, ao nosso entender, que a associação já se organiza tendo a plena convicção sobre a importância da documentação e arquivamento de seus processos de luta e dos processos comunicacionais que os corporificam, ao mesmo tempo em através deles compõem e legitimam historicamente suas trajetórias.

Sendo assim, através das publicações e formas de organização da AMAJAC conseguimos acompanhar importantes processos reivindicativos relativos ao direito à educação no município de São Gonçalo. De maneira especial, a associação tem se dedicado na reivindicação pela construção de uma creche no bairro. Apresentaremos esse processo de luta no decorrer deste tópico, já que todos os procedimentos são devidamente documentados, arquivados e também compartilhados em seu perfil no “Facebook”.

3.3.1 Meios de comunicação em espaços virtuais apropriados pela AMAJAC: o site, a comunidade no “Orkut”, o perfil no YouTube e o grupo no “Facebook”

A associação se apropria do ciberespaço fazendo interagir diferentes meios e formas de comunicação que corporificam e documentam as suas lutas. Ao mesmo tempo, utiliza esses meios como espaços de visibilidade e amplificação das suas vozes. Um exemplo dessa interatividade entre os meios é o fato de digitalizarem documentos impressos, sejam eles reportagens de jornais impressos, cartas da comunidade e até mesmo ofícios destinados à prefeitura, ou da prefeitura para a associação em formatação de imagem fotográfica compartilhadas nas redes sociais.

Através das diferentes formas de apropriação, os meios de comunicação vão alterando também os seus significados e ganhando novos sentidos. Uma carta reivindicativa tem um sentido quando destinada à prefeitura, ou a alguém da esfera governamental. No entanto, se a mesma carta é compartilhada com membros de um grupo na rede social ela muda seu sentido e a produção de sentidos pelos que estão envolvidos naquela demanda.

Foi principalmente através desse compartilhamento que acompanhamos os processos comunicacionais da AMAJAC.

a) Site oficial da AMAJAC

No site, entre outras informações, o movimento apresenta a história do bairro do Jardim Catarina, a história de criação da associação, e uma sessão com as “conquistas” do movimento, que diz respeito as demandas enviadas por ofícios, que foram consentidas, ou não, pela prefeitura .

Através da forma de apresentação, organização e estruturação dessa página virtual, observamos que o movimento ressalta a história do bairro de maneira que se perceba e/ou se evidencie um vínculo de pertencimento ao lugar. Desta forma, os próprios membros–cidadãos se reconhecem, também, enquanto protagonistas do processo de constituição histórica do bairro. Diante deste fato, compreendemos que o site, além de um meio de visibilidade das ações da associação, cumpre um papel pedagógico formativo que diz respeito tanto a apresentação de meios de luta (por exemplo: tabelas com nº dos ofícios, data, assunto da requisição, etc), quanto pela exposição da história do bairro.

Ainda em relação ao site, e, mais especificamente a história do bairro que ele apresenta, observamos que esta tem como fonte/ referência um trabalho acadêmico cujo título,

também informado na página é: “O loteamento que se fez cidade: Perspectivas para um Planejamento Urbano no loteamento Jardim Catarina” de Maurício Mendes de Oliveira, graduado em licenciatura plena de Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ–FFP). Tal fato demonstra a articulação da pesquisa acadêmica desenvolvida neste campos da UERJ, que fica situado também no município de São Gonçalo, com a história local e, sobretudo, com a atuação de movimentos sociais populares. Demonstra, inclusive, o reconhecimento e a legitimação do movimento diante desses estudos e pesquisas.

A princípio, uma das indagações que nos fizemos durante os primeiros momentos de acompanhamento dos meios de comunicação utilizados pela AMAJAC, principalmente em relação aos apropriados por mídias do ciberespaço, foi: Se a associação já possui um site próprio, porque ela também se utiliza outros espaços na internet (Orkut, Fabebook, YouTube)? A resposta é quase óbvia: as redes sociais como o “Orkut”, “Facebook”, “YouTube” são vias de diálogos diretos e aparentemente livres, (porque cada vez mais vemos que essa aparente liberdade das redes sociais é extremamente controlada e vigiada). O site próprio é unidirecional. Sua estrutura não possibilita o diálogo com tanta fluidez quanto nas redes sociais abertas. Esses meios tem características estruturais bem distintas.

Entretanto, em se tratando de pistas sobre reivindicações relativas ao direito à educação, encontramos no site alguns registros de ofícios que dizem respeito ao assunto. Dentre as “conquistas” do ano de 2012 expostas, existem algumas que dizem respeito especificamente às condições de garantia do direito à educação, como no ofício 01, que denuncia a falta de coletivos de duas portas na Linha 14 – do Laranjal ao bairro do Coroado. A linha “Laranjal” percorre boa parte do bairro do Jardim Catarina e é responsável pela locomoção de muitos estudantes e idosos. Por isso entendemos que tal solicitação implica na garantia do direito à educação. No site o ofício consta como “atendido”.

Já ofício 04, solicita “à manutenção da passarela na altura do km 305,05 (Ciep Anita Garibaldi) BR–101 – Jardim Catarina”. Este ofício também corresponde às condições de acesso à escola, o que também repercute na garantia do direito à educação, pois, como já dissemos em outros momentos, compreendemos que a qualidade da educação depende de inúmeras questões que envolvem as condições de vida dos estudantes e também as condições de acesso e permanência da escola.

Sendo assim, as reivindicações pela educação de qualidade social não dizem respeito apenas as questões que permeiam as estruturas físicas das escolas, ou, aos seus embates pedagógicos mas, estão muito além dos limites do espaço escolar. As condições de acesso à

bens materiais e culturais, ou mesmo a condição de mobilidade no espaço urbano também repercutem significativamente no processo educativo.

Durante uma conversa com uma professora e moradora do bairro do Jardim Catarina, por exemplo, a mesma nos relatou que muitas mães do bairro reclamavam sobre o fato delas também não terem a gratuidade nos transportes coletivos, para que pudessem acompanhar os filhos até à escola. A gratuidade no transporte público, ou, mesmo o transporte escolar, sem dúvidas, viabilizam a ida das crianças à escola, porém, não viabilizam a participação dos pais e responsáveis nesses espaços. Esse é também um exemplo que nos abre a muitas outras indagações, e que, sobretudo, nos sensibiliza sobre as mediações que permeiam o direito à educação.

b) Comunidade da “AMAJAC” no site de relacionamentos “Orkut”

A comunidade no site de relacionamentos “Orkut” foi uma das primeiras adesões do movimento às redes sociais da internet. Durante o tempo de efervescência dessa rede social, a internet começava a se disseminar, mas ainda não era muito acessível, principalmente nos bairros de periferias. Nesta época muitas pessoas ainda não tinham acesso a internet ou as redes sociais em suas residências ou celulares, geralmente conseguiam acessar em “Lan Houses”. No entanto, isso não desanimava os que se deixavam seduzir por essa então nova mídia. Ainda nesta fase muitos movimentos populares já começaram a perceber essa mídia como um meio de fazerem propagar suas vozes e reivindicações.

A comunidade era um ponto de encontro entre os membros e moradores que possuíam um perfil no Orkut. Nela eram postadas algumas informações, mas, principalmente, enquetes que estimulavam a participação das pessoas que acompanhavam o movimento por essa rede virtual. Pelas postagens podemos perceber que, além de amplificar as vozes do movimento, o objetivo era fazer com que as pessoas conhecessem um pouco melhor a associação e começassem a participar mais efetivamente do movimento no próprio bairro.

Porém, tal como aconteceu no processo de atuação via redes sociais da AMOJANSA, também no caso AMAJAC o “Orkut” foi ficando desatualizado e passou a ser um “terreno abandonado” no ciberespaço. No entanto, também fez parte do processo de constituição das táticas de lutas dessa associação e por, isso ajudou a compor a sua história caracterizando-se por ser um espaço aberto e dialógico, ainda que acessado por poucos tendo em vista a população do bairro e do município.

c) Página no site “YouTube”⁵⁸

A AMAJAC também possui um perfil no site de vídeos “YouTube”, onde se pode assistir, publicar e compartilhar vídeos. Este canal é utilizado pela associação para postar vídeos independentes, sobretudo relativos a demandas na infraestrutura do bairro. Existe também um vídeo gravado com uma mensagem do presidente da associação, entre outros.

No entanto, dentre as postagens que vão de encontro ao objetivo de nossa pesquisa, há um vídeo cujo o título é: “1º Acesso do Bairro Boa Vista do Laranjal – Jardim Catarina (Novo)”. O vídeo foi produzido pelos próprios membros da associação de moradores, e que contou também com a presença do presidente da Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo (UNIBAIRROS). Ele teve por objetivo denunciar as condições de acesso e saída do bairro do Jardim Catarina, em um dos pontos em que este faz divisa com o bairro do Laranjal. Como especificado na página em que o vídeo foi postado, essa é a rua que dá acesso ao Colégio Municipal Estephânia de Carvalho, uma das principais e mais antigas escolas municipais, responsável por atender parte das demandas estudantis do bairro do Laranjal e Jardim Catarina.

Portanto, consideramos que este meio é também um meio onde são tecidos processos comunicacionais contra-hegemônicos que tem por objetivo dar visibilidade as lutas desses movimentos sociais populares. E, no caso específico dessa postagem ao qual nos referimos, a reivindicação que requisita a melhoria das condições estruturais de uma rua de acesso a uma escola municipal, também diz respeito à qualidade do direito à educação.

d) AMAJAC: perfil no “Facebook”

Diferentemente de outros movimentos que já pontuamos aqui, a AMAJAC ao embarcar nas redes do “Facebook” não abriu uma conta enquanto “grupo”, mas sim fez um “perfil”. Em termos dos usos e/ou manuseios, isso altera um pouco as formas de postagens e mediações na página. Em um grupo, por exemplo qualquer membro poderia postar fotografias, vídeos, ou, publicações. Já no perfil, apenas o responsável pelo perfil pode fazer isso. No entanto, esse não deixa de ser um espaço de diálogo e reivindicações. Como já dissemos no início deste tópico, o perfil do AMAJAC no “Facebook” foi a nossa principal forma de contato com a associação, bem como por onde conseguimos colher grande parte do material empírico desta etapa da pesquisa, referentes a mesma associação.

⁵⁸ AMAJAC JARDIM CATARINA SG YOUTUBE. Perfil de postagem de vídeos na internet da Associação de moradores e amigos do Jardim Catarina. Disponível em <<http://www.youtube.com/channel/UCTpgpcuBHDo9efB5-Hcndbw>> . Acesso em: 11 jan. 2013.

O “Facebook” é apropriado pela AMAJAC como um meio multimídias. Nele além de questões cotidianas relativas a vida no bairro e as atuações do movimento, também são publicados documentos impressos que são digitalizados em formato de fotografia, fotografias de espaços do bairro, vídeos reivindicativos, panfletos convidando para eventos da associação, etc.

Sendo assim, a seguir apresentamos alguns meios de comunicação que se referem diretamente a reivindicações relativas ao direito à educação. Eles dizem respeito a um longo processo de lutas, que ainda está acontecendo, pela demanda da ampliação de oferta das etapas da educação infantil e, mais especificamente, os processos de luta na requisição da construção de uma creche na localidade do Ipúca – que é uma das subdivisões do bairro do Jardim Catarina.

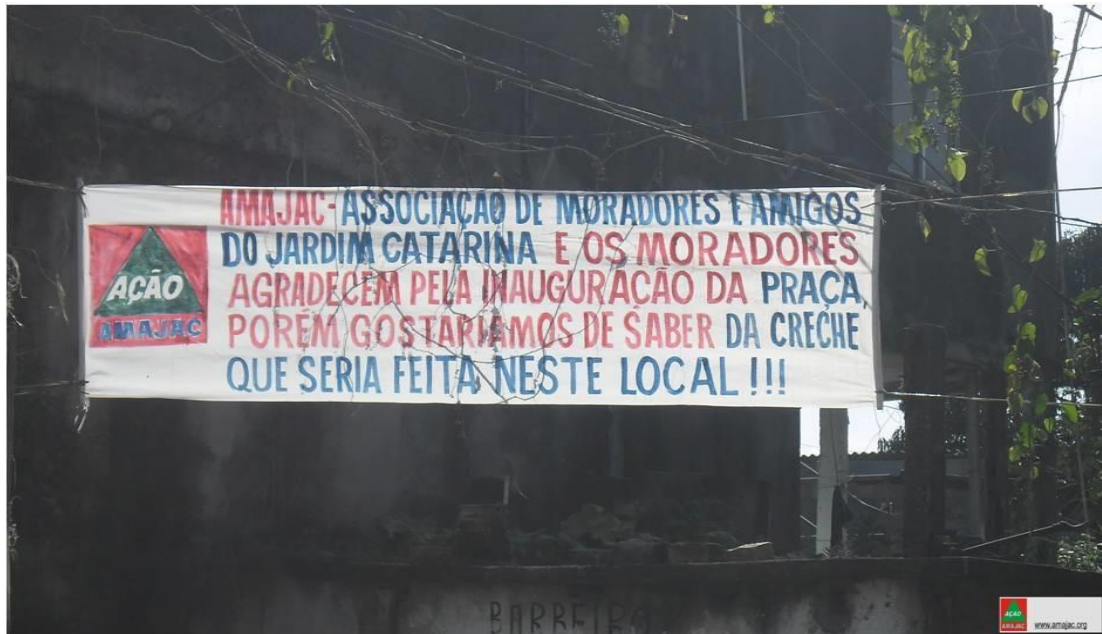
3.3.2 Mediações sobre as demandas de ampliação da oferta da educação infantil no bairro do Jardim Catarina: reivindicações pela construção de uma creche

Como já mencionamos, a AMAJAC se apropria de diferentes meios de comunicação e mídias por onde se articulam e organizam suas lutas. Como também já apontamos, ela faz desses meios espaços multimídias a fim de amplificar e dar visibilidade as suas reivindicações. No entanto, dentre os meios acompanhados e analisados por nós neste trabalho, nos chamou a atenção as reivindicações relativas a grande demanda pela construção de uma nova creche.

Pelo que podemos perceber através das publicações via redes sociais, essa reivindicação já se arrasta por alguns anos, mesmo que a construção já tenha sido autorizada pelo governo federal. Sendo assim a cada nova informação veiculada por jornais locais ou mesmo pela prefeitura a esperança e as expectativas são realimentadas. Porém, a associação vai arquivando e documentando cada nova informação e promessa, enquanto tenta, também, reforçar implementação através de cartas e atas à vereadores e aos prefeitos.

Como podemos observar na fotografia a seguir, a associação expõe uma faixa indagando sobre a construção da tal creche que seria construída naquele local.

Figura 3 – Cartaz da AMAJAC agradecendo a construção de uma praça, mas cobrando a construção de uma creche que seria erguida no mesmo local



Fonte: http://amajac.org/imagens/SAM_2298.JPG Acesso: 12/01/2013

Disponível em: < http://amajac.org/imagens/SAM_2298.JPG > . Acesso em: 12 jan. 2013.

A faixa de autoria da associação expressa a demanda dos moradores do bairro pelas etapas da educação infantil. Nela, eles agradecem a construção de uma praça, que também é um espaço importante de lazer e sociabilidade, mas cobram a construção de uma creche. Ao fundo do cartaz existe um prédio abandonado que também expressa as condições do lugar.

Na figura a seguir, referente a publicação do jornal impresso “O São Gonçalo”, de 09 de janeiro de 2011, vemos anunciado que o município receberia R\$ 20 milhões para a construção de novas creches. O informação mais uma vez alimentos as esperanças do movimento que acompanhava de perto o recebimento dos recursos.

Figura 4 – Reportagem em “O São Gonçalo”, de 09 de janeiro de 2011

CÓPIA C/ORIGINAL
10/01/2011

31 JAN 2011 03780

AMAJAC
Domingo, 09 de janeiro de 2011

O SÃO GONÇALO 3

Política

SG receberá R\$ 20 mi para erguer creches

Gabriel Saboia
gabriel.saboia@jornalsg.com.br

ARQUIVO

Mostrando articulação política, a Prefeitura de São Gonçalo conseguiu colocar a cidade como uma das primeiras selecionadas, em todo o país, pelo Ministério da Educação, a receber recursos para a construção de 10 creches. A construção destas unidades fazem parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Os investimentos serão de R\$ 20 milhões, enquanto o governo da prefeita Aparecida Panisset (PDT) será responsável pela contrapartida, que será a escolha dos terrenos onde funcionarão as creches.

A secretaria municipal de Educação já preparou um estudo apontando os locais mais carentes da cidade. Falta agora a escolha dos locais onde as unidades poderão ser construídas. De acordo com o secretário municipal de Planejamento, Luiz Paiva, existe uma grande demanda no setor e que os R\$ 20 milhões poderão atender todas estas necessidades.

“Temos que atender a grande demanda de educação infantil que temos em nossa cidade. Estamos localizando os espaços públicos onde poderemos executar os projetos. As creches funcionarão em locais estratégicos. Uma delas será em Itaúna e outra no bairro das Palmeiras. A expectativa é de que a construção seja imediata, até pela necessidade que temos”, declarou Paiva.

Atualmente, segundo dados do MEC, apenas 20% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso a creches no Brasil. Essa primeira lista contempla cidades com mais de 50 mil habitantes e localizadas em regiões metropolitanas. São Paulo com 103 creches é o estado mais beneficiado, em seguida, aparecem Rio de Janeiro (59), Rio Grande do Sul (55) e Minas Gerais (52).

Jose Carlos Diretor de Educação
Mat 01/01/2011

» Luis Paiva disse que São Gonçalo tem uma grande demanda na área da educação infantil



Fonte: Reportagem registrada, carimbada, assinada pela AMAJAC e publicada como documento na página da mesma associação no site de relacionamentos "Facebook". (<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=436013659771946&set=a.432324593474186.97844.100000899478812&type=3&theater> - Acesso: 20/10/2013)

No Plano Nacional de Educação (PNE), de 2000, a primeira meta estabelecida no âmbito da educação infantil é:

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos. (PNE, 2000)

Já a segunda meta estabelecida no Plano Municipal de Educação (PME-SG, 2006) aponta que:

2. Observados os dados do Censo Escolar, ampliar o atendimento, de forma a alcançar até o final da década a meta de 50% das crianças de 0 a 03 anos e 70% das crianças de 04 a 05 anos e onze meses em instituições públicas municipais, ou ainda através de convênios, parcerias ou termos de cooperação.

Os Planos Nacionais de Educação direcionam as metas e objetivos a serem incorporados nos Planos Municipais. Nas citações acima, podemos perceber que os objetivos do Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, estipulado para o decênio 2006–2016, seguem as diretrizes do Plano Nacional de 2000.

Já, no projeto de lei do novo PNE (2011–2020), que está na última etapa de tramitação, novas metas são estabelecidas:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

Os trechos destacados acima são concomitantes aos processos reivindicativos da AMAJAC nas requisições pela construção de uma nova creche no bairro. Através de cartas, ofícios, fotografias e publicações nas redes sociais e no site da própria associação podemos visualizar algumas mediações desse processo de luta.

Ainda nesse sentido, à critério de metodologia, para observação das mediações desses processos, elaboramos uma tabela na qual organizamos cronologicamente documentos impressos emitidos da associação, destinados a esferas do poder governamental local.

Tabela 4 – Documentos reivindicativos emitidos e arquivados pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC), em lutas pelo direito à educação: ações ao poder governamental entre os anos 2009–2013⁵⁹

Data	Tipo de documento	Destinatário	Assunto/ Reivindicação	Forma de emissão
17/12/2009	Ofício Interno - Prefeitura	Dr ^a Beatriz Helena	Resposta CL nº 127/2009: Elaboração de projeto de creche “padrão MEC”, atendendo à solicitação da coordenação jurídica.	Impresso/ Digital
15/01/2011	Ofício 001/2011 - AMAJAC	Secretária de Educação Keyla Nícea	Solicitação de adequação ao projeto de construção de creche municipal.	Impresso/ Digital

⁵⁹ Alguns documentos listados na tabela aparecem como figuras nos anexos.

31/01/2011	Processo 3777/2011/1-5	Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ	Ofício 003/2011- Ref. a desapropriação e posse de terrenos para fins de construção de creches comunitárias no município.	Impresso/ Digital
31/01/2011	Amostra / Pesquisa	Prefeitura e comunidade	Listagem dos 30 principais problemas do bairro, segundo os moradores. - Educação em 8º lugar.	Impresso/ Digital
02/02/2011	Processo 3780/20111 – Folha nº 20	Chefe de gabinete da prefeita	Solicitação de manifestação quanto à ação desta municipalidade para a construção de creche.	Impresso/ Digital
2011	Faixa reivindicativa	Prefeitura de São Gonçalo	Agradecimento da inauguração de uma praça, e cobrança sobre a creche que seria construída no local.	Faixa / Fotografia
08/07/2012	Carta aberta da comunidade do Jd. Catarina.	Aos candidatos à prefeito de São Gonçalo/ 2012.	Apresentação das principais propostas e necessidades apontadas pelos moradores.	Impresso/ Digital
02/03/2013	Ofício 0015/2013 - AMAJAC	Chefe de gabinete do prefeito	Ref. aos processos adm. nº3777/2011 e nº 3780/2011 de 31/01/2011 – Construção de uma creche e escola na localidade da Ipuca. Solicita o agendamento de uma reunião com o prefeito.	Impresso/ Digital
09/03/2013	Ofício 0017/2013 – AMA JAC	Câmara Municipal – Vereador Alexandre Gomes	Reivindica que o vereador apresente perante a mesa legislativa a proposta de “construção de uma creche no bairro de Jardim Catarina”, com justificativas sobre a requisição.	Impresso/ Digital

Na tabela aparece um ofício que foi encaminhado a um vereador do município, em 09 de março de 2013, no qual justifica a demanda pela construção da creche também em termos quantitativos, tal como é feito nos Planos de Educação. Nas palavras retiradas do documento:

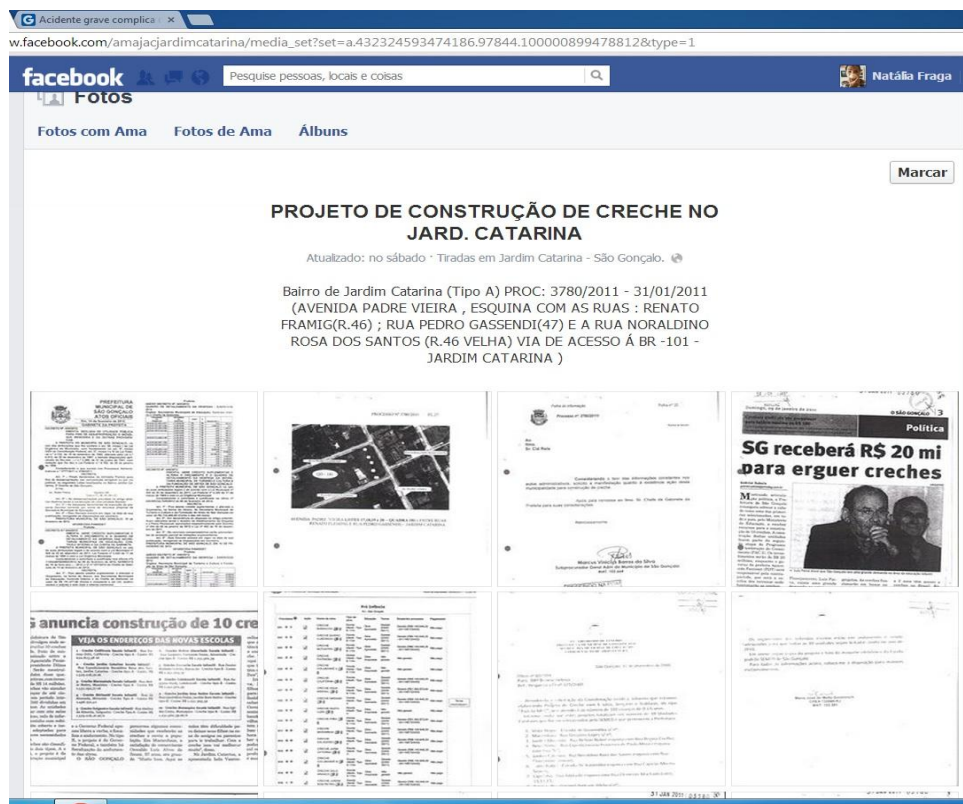
Segundo levantamentos realizados “NA LOCALIDADE DENOMINADA IPUCA” os moradores são obrigados a percorrer mais de 2 km (quilômetros), para conseguir

uma vaga em uma escola ou até mesmo uma creche, pois mais de 35% das crianças entre 1 à 7 anos ficam com os avós, não tem onde deixar, (...).⁶⁰

Diante da forma de como essa justificativa é expressa, podemos observar o esforço da associação em “formatar” a sua reivindicação de acordo com um discurso cientificamente legitimado. Ou seja, que cumpra os critérios também “científicos” para a sua legitimação, o que demonstra que a luta acontece no campo das linguagens, ou, reconhece a linguagem como mecanismo de luta.

Como dissemos, a tabela elaborada nesse processo de pesquisa ajuda-nos a descrevermos e/ou visualizarmos os processos comunicacionais reivindicativos da associação do Jardim Catarina encaminhados a esferas do poder governamental municipal. Todos os documentos listados nesta tabela foram enviados impressos à prefeitura, e tiveram suas cópias digitalizadas e disponibilizadas para visualização em formato de fotografia no “Facebook”. E, especificamente, os documentos relativos às reivindicações que envolvem o processo dessa creche, estão compartilhados em um álbum da associação na mesma rede social, intitulado: “Projeto de construção de creche no Jardim Catarina”.

Figura 5 – Álbum “Projeto de construção de creche no Jard. Catarina”, disponibilizado no “Facebook”



Álbum publicado na página da AMAJAC no Facebook com de documentos scaneados sobre projeto de construção de creche.
Fonte: https://www.facebook.com/amajacjardimcatarina/media_set?set=a.432324593474186.97844.100000899478812&type=1 - Acesso: 30/10/2013

⁶⁰ Ver o documentos nos anexos.

O álbum demonstra as estratégias multimídias desenvolvidas pela associação de moradores através da apropriação e produção de diferentes meios de comunicação por onde expressam, reivindicam e veiculam as suas lutas. Ainda no caso específico deste álbum observamos que o mesmo funciona como um “arquivo visualizável” que fica disponível publicamente para qualquer pessoa que possua um perfil no “Facebook”. Nele, encontram-se digitalizados e devidamente registrados ofícios encaminhados à prefeitura, carta aberta da população, publicações de jornais locais, fotografias dos terrenos que poderiam ser desapropriados para a construção da creche, fotografia de faixas reivindicativas penduradas em locais estratégicos do bairro, etc.

Essa interlocução entre as ações efetivas do movimento, as formas de documentação e arquivamento, bem como os meios de veiculação dos processos de luta tem para nós, dois sentidos principais: Por um lado sinalizam e provam o acompanhamento pela própria associação e seus membros das reivindicações feitas. O que também demonstra a sobriedade das requisições, que não são espontâneas e nem efêmeras, no sentido da solidez das ações sobre o território. Por outro lado, demonstra a percepção desse movimento de bairro sobre a importância dos meios de comunicação enquanto potente mecanismo de luta política.

As formas como a AMAJAC se utiliza de diferentes dos meios de comunicação, (sejam eles via novas ou antigas tecnologias), para veicular suas reivindicações, expor suas requisições e, principalmente, corporificar seus processos de luta e registrar sua história deixam evidentes a importância dessas apropriações por movimentos sociais populares na/para constituição de um processo histórico contra-hegemônico.

Esse é um processo formativo, pois na medida em que acontece ele faz acontecer. E, talvez, esse seja o âmago do conceito “movimentos sociais”, pois, eles só acontecem na coletividade das consciências que o constituem ao mesmo tempo em que vão sendo constituídas.

3.4 Considerações finais

Em relação às duas associações que em que centramos nossas atenções nessa etapa da pesquisa, (AMOJANSA e AMAJAC), podemos observar alguns pontos e características em comum, e outros bem distintos. Os pontos em comum dizem respeito as ideologias que sustentam as crenças e esperanças daqueles que se mantém atuantes nesses movimentos

populares, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. E aí, temos dois exemplos com diferentes desdobramentos.

A Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA) passa por um período de dificuldades de estruturação, por conta de divergência de seus membros e por não ter grande adesão dos moradores do bairro, que, em sua maioria, ou desconhecem as ações do movimento, ou, reconhecem com descrédito. Pelo que compreendemos, isso acontece tanto por conta das históricas tentativas de apropriação da associação por grupos com interesses particulares, quanto pelas ações empenhadas pela prefeitura através da articulação por meio de “lideranças locais” que repercutem na desmobilização dos movimentos sociais. Além disso, o enfraquecimento desses movimentos populares é, de maneira geral, observado pela conjuntura política e histórica de todo o país.

Porém, como sinalizou Gohn (2012): “(...) A organização pode morrer, mas a ideia geradora certamente persistirá. E esta ideia gerará o renascimento do movimento em outro contexto.”⁶¹ E, talvez, o contexto de renascimento dos movimentos populares seja, justamente, o atual, propiciado pelas novas tecnologias (mas não só por elas), e, pelo desdobramento de lutas populares históricas.

Nesse sentido, a tentativa reconfiguração da AMOJANSA é demonstrada através da criação de um “grupo virtual” no Facebook. Porém, tal como no espaço físico da associação, o espaço virtual é, também, um campo de lutas e disputas que, por suas intervenções políticas no território, que envolvem ideologias e interesses, não se desvincula das outras formas de atuação, pelo contrário, as estende. Diante das disputas de interesses, a primeira tentativa de reconfiguração desse movimento foi praticamente frustrada. Diante disto, a associação do Laranjal entrou novamente em um período de silêncio. Mesmo diante disso, como já dissemos, seu dirigente continua em contato com outras associações e engajado nas lutas políticas via movimentos de bairro.

Ao contrário da associação de moradores do Laranjal, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC) continua bem atuante. E, frente aos documentos, formas de organização, articulação e divulgação de suas ações em prol das demandas do bairro, se demonstra bem estruturada. A associação reconhece a história do bairro, bem como

⁶¹ Esta citação já apareceu em outro momento, no corpo dessa dissertação, no entanto a afirmação da autora nos parece uma previsão diante do resurgimento da força de movimentos populares a partir da propagação das redes sociais da internet e das novas tecnologias.

a sua própria história. Tem consciência da importância da atuação do movimento diante do contexto de onde emergem suas demandas, embates e lutas.

A sustentação desses meios usados como mecanismos de lutas e reivindicações se mantém sobretudo pelos que vêm na comunicação uma das maneiras para se exercer a cidadania. Sob essa perspectiva:

Kaplún acredita que a comunicação atua diretamente no desenvolvimento dos movimentos populares, estimulando a integração e sintonia entre os grupais, incentivando a participação de todos os integrantes, fazendo com que estes tenham contato com as idéias das lideranças e a partir dessas idéias formulem seus pensamentos e opiniões. (LAHNI, SILVA, PEREIRA, et al., 2008, p. 223)

Dentre as demandas da associação encontramos muitas que repercutem na garantia do direito à educação de qualidade social, como as apresentadas no decorrer desta dissertação que dizem respeito as condições de mobilidade urbana, estrutura do bairro, acesso e permanência na escola. De modo especial, podemos acompanhar as lutas em torno do processo de construção de uma creche na localidade da Ipúca, que até a conclusão deste trabalho ainda não havia tido êxito. A obra já foi autorizada pelo Governo Federal, mas os recursos ainda não foram liberados, pois a prefeitura não apresentou a documentação referente ao terreno apropriado para a construção. A associação mandou, inclusive, indicações de terrenos que poderiam ser desapropriados para a construção da creche e que atendiam aos requisitos do Governo Federal, mas o governo municipal que assumiu a gestão em 2013 não manifestou interesse em realizar a desapropriação. A associação continua se dedicando a esta luta.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Nesta dissertação buscamos elucidar algumas pistas sobre como tem se engendrado a atuação de associações de moradores do município de São Gonçalo, principalmente em questões que tangenciem o direito à educação. Nesse sentido direcionamos o olhar tanto para a participação desses movimentos na formulação de políticas públicas para a área, quanto no sentido direto das demandas sobre a garantia e implementação desse direito. Para tanto, optamos por buscar essas pistas através dos meios de comunicação usados, produzidos e/ou apropriados pelos movimentos em suas lutas e articulações.

Sob essa vertente de investigação interligamos educação e comunicação na/pelas atuações de movimentos sociais populares. Para tanto recorremos às contribuições teóricas de Paulo Freire (2012), Mario Kaplún (1988) e Martín-Barbero (2009). Os três autores abordam a importância da comunicação popular e a comunicação por movimentos sociais populares, ou de classes populares, como mecanismo de lutas, (sociais, ideológicas e culturais) e como parte de um processo formativo para a cidadania. Ainda no âmbito da comunicação, tivemos em vista que o meios de comunicação utilizados como mecanismo de luta por movimentos populares constituem meios alternativos contra-hegemônicos, como proposto por Moraes e Coutinho (2008).

Sendo assim, nossa investigação aconteceu, buscando como material empírico os meios de comunicação por onde os movimentos sociais populares expunham suas demandas, se articulavam e propagavam as suas vozes. A partir disso, buscaríamos investigar quais eram as principais demandas desses movimentos que repercutiam no direito à educação, tal como quais seriam suas repercussões sobre a implementação do direito em questão. Para tanto, tivemos por base alguns documentos legislativos que compõem e firmam a garantia do direito à educação, sendo o principal deles o Plano Municipal de Educação vigorando no decênio 2006–2016.

Contudo, neste percurso, a fim de tentarmos compreender a atuação das associações relacionando-as com as demandas relativas à educação, esboçamos uma cartografia da ação entrecruzando a distribuição de associações atuantes no município que conseguimos listar, com a localização e distribuição de escolas municipais. Através disso foi possível que identificássemos alguns bairros não oficiais, que são reconhecidos apenas pela população. Dentre eles está o bairro do Ipúca, que é um sub-bairro do Jardim Catarina onde a associação

reivindica a construção de uma creche, e no qual os processos comunicacionais que corporificam esse luta foram especificados no capítulo 3.

No entanto, no decorrer da pesquisa fomos descobrindo que alguns movimentos populares de São Gonçalo estavam surgindo e também se reconfigurando propiciados pelas novas tecnologias da informação, e, principalmente via redes sociais da internet. Tal descoberta fez com que não pudéssemos deixar de mencioná-los, já que muitos membros e dirigentes de associações também participavam desses outros espaços de articulação e visibilidade. Nesse sentido esboçamos uma lista com alguns desses movimentos descobertos durante o processo de pesquisa.

Como última etapa desta pesquisa, escolhemos duas associações onde optamos por centrar nossas análises e acompanhá-las mais atentamente. Foram elas: A Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA); e a Associação de Moradores dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina (AMAJAC). Dentre as associações listadas, consideramos essas duas como as que mais nos interessaram por seus processos de lutas e história. O que nos chamou a atenção nessas associações foi a percepção das mudanças na forma de atuação, que nos parece fazer parte de um processo de reconfiguração de alguns movimentos de bairro.

Diante das nossas análises nesse percurso de pesquisa percebemos que, nas atuais conjunturas políticas em que estamos inseridos, ao mesmo tempo em que algumas táticas de participação popular são proporcionadas e até incentivadas pelas esferas governamentais como aparentes “concessões” em nome de uma democracia tendenciosa, essas mesmas táticas podem funcionar como mecanismos de monitoramento e controle das ações espontâneas por parte dos movimentos sociais populares. Tais constatações podem ser evidenciadas no contexto de atuação das associações de moradores em São Gonçalo.

No entanto, ao contrário do que muitos tentavam fazer valer, os movimentos sociais populares estão atuantes. Marcam presença nas sessões da câmara de vereadores, nas audiências públicas entre outros espaços de lutas políticas. Têm sua atuação e presenças legitimadas através de seus próprios documentos e meios de visibilidade. No entanto, mesmo em ambientes aparentemente democráticos, as vezes as decisões já saem pré-estabelecidas de dentro dos gabinetes, quando não, são impostas de cima para baixo através de outras táticas estabelecidas pelas esferas governamentais.

Contudo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, os movimentos sociais populares, e, em especial, os movimentos associativos de bairro resistem e continuam atuando. A associação do Jardim Catarina nos demonstra bem isso. Apesar das significativas

alterações nas formas de sociabilidade via novas tecnologias é no território e pelo território que as lutas acontecem e não se findam. Como já foi dito anteriormente, os movimentos enquanto conceito ou instituições de luta, não param.

Ainda que em uma sociedade altamente desigual, compreendemos que somente pelas lutas que emergem desses movimentos contra-hegemônicos, e que de diferentes formas se expressam, se articulam e se manifestam, as classes subalternas podem ampliar suas potencialidades e possibilidades, tornando-se capazes de se fazerem ouvir, participando de maneira ativa e crítica dos processos de elaboração das políticas públicas e dos direitos à cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. S. Movimentos Sociais e Poder Local: limites e possibilidades dos conselhos participativos nas lutas pelo direito à educação. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 1, jan./jun. 2008.

_____. *Sentidos da Cidadania: políticas de educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. *A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como fator de contribuição a construção da cidadania: um estudo de caso*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, J. M. Os desafios da participação popular no orçamento participativo no município de São Gonçalo. *Linhas*, v.5, n.1, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1238>> Acesso em: 13 ago. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. 140p.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARNOY, M. Gramsci e o Estado. In: *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Papyrus, 2001.

CHAUÍ, M. de S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1980.

COUTINHO, E.G. (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

DANIEL, C. Poder Local Convergência entre estruturas, forças e agentes. Poder local no Brasil urbano. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano VIII, n. 24, 1988.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia do oprimido* [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

GOMES, P. T. *Movimentos sociais e educação comunitária: aproximações a partir de Alberto Melucci*. UNISAL. ANPED, 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. A Organização da Escola e da Cultura. In. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JORNAL OPINIÃO PÚBLICA [da] Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. Município de São Gonçalo. Rio de Janeiro. Ano I. Número 1. Maio de 2010.

KAPLÚN, M. O comunicador popular, 1985. Tradução coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares. Disponível em: <www.camaracom.com.br/coletivo>. Acesso em: 23 jun. 2011.

_____. Democracia y comunicación popular. Entrevista a Mario Kaplún. *Democracia, vida cotidiana y movimientos sociales*. Revista Acción Crítica. Lima – Perú: Publicación del Centro Latinoamericano de Trabajo Social y de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social, 18. Diciembre 1985. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/revi-ac.htm>>. Acesso em 24/06/2011.

_____. *Comunicación entre grupos: el método del Cassete-Foro*. Buenos Aires: Humanitas, 1988.

_____. Una pedagogía de la comunicación. Madri: Ediciones de la Torre, 1998. P.252.

LAHNI, C. R.; SILVA, F. C.; PEREIRA, M. F. F. P. *et al.* Aportes teóricos para um estudo sobre a participação na comunicação. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, n. 20, v. 9, pp. 221-228, set./dez. 2008.

LESBAUPIN, Y. *Poder Local e Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIGUORI, G. *Movimentos sociais e papel do partido no pensamento de Gramsci e hoje. Gramsci e os movimentos populares*. 2. ed. Niterói: Ed UFF, 2013.

LIMA, A. B. de *Conselho de educação e controle social: a necessidade de movimentos sociais*. UFU. ANPED, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. [1987] *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINO, L. C.; HOHLFELDT, A.; FRANÇA, V. De qual comunicação estamos falando? In: *Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1964.

MORAES, D. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, E.G. (Org.) *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008.

NUNES, D.G. *As novas configurações dos movimentos sociais no campo da educação: o Movimento Interfóruns de Educação Infantil Brasileiro – Mieib*. UFF. ANPED, 2011.

OLIVEIRA, C. et al. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PERUZZO, C. M. K. Mídia e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, 2004. Lei nº 056/2006 em 01 de agosto de 2006. Aprova o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo e dá outras providências. Atos Oficiais. São Gonçalo, Rio de Janeiro: 24 de agosto de 2006.

REVISTA ACCIÓN CRÍTICA. Lima – Perú: Publicación del Centro Latinoamericano de Trabajo Social y de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social, 18. Diciembre 1985. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/revi-ac.htm>> Acesso em: 24 jun. 2011.

RIBEIRO, A. C. T. et al. (Org.). *Cartografia da Ação e Movimentos da Sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2011.

RIBEIRO JUNIOR, D. *Realização audiovisual em um contexto de educação popular e comunicação popular: apropriação dos meios e construção de significados*, UFSCar. ANPED, 2010.

SANTOS, L. M. dos *Considerações iniciais sobre o conceito de educação popular na era da indeterminação*. Rio de Janeiro: UFRRJ, GT06-5976, ANPED, 2010.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO. Consolidação do *Plano Municipal de Educação* Lei nº 056/2006 de 01 de Agosto de 2006. *Atos Oficiais*. São Gonçalo, p.1, em 24 de Agosto de 2006.

SOUZA, K. F. B. de *Por uma outra história da educação (popular)*, GT 06, Trabalho 5914 ANPED, 2009.

SOUZA, S. J. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

VALENTE, I.; ROMANO, R. PNE: Plano Nacional de Educação: uma carta de intenção? Políticas Públicas para a Educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 80, v. 23, 2002.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? . Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. *Cadernos do IPPUR/UFRJ*, ano XVI, n. 1, jan./jul. 2002.

Sites consultados:

AMAJAC JARDIM CATARINA SG YOUTUBE. Perfil de postagem de vídeos na internet da Associação de moradores e amigos do Jardim Catarina. Disponível em: <<http://www.youtube.com/channel/UCTpgpcuBHD09efB5-Hcndbw>> Acesso em: 11 jan. 2013.

AMOJANSA BLOG. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. *Um pouco de história*. São Gonçalo - RJ. blogspot.com, 12 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://amojansa.blogspot.com>> Acesso em: 09 dez. 2010.

AMOJANSA ORKUT. Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. Comunidade do movimento associativo na rede social Orkut, como local de encontros virtuais e debates. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=101892008>>. Acesso em: 2010.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CATARINA. Home Page do movimento associativo de bairro, onde é exposto sua história, atuação, contatos, formas de filiação, fotos, etc. Disponível em: <<http://amajac.org/historia.htm>> Acesso em: 22 jun. 2010.

COMISSÃO PERMANENTE DOS MORADORES DE SÃO GONÇALO – CPMSG Disponível em: <<https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts>> Acesso em: 15 jan. 2013.

GRUPO LOUCOS POR SÃO GONÇALO Disponível em: <www.facebook.com/groups/41306728209291> Acesso em: 21 fev. 2013.

OPINIÃO PÚBLICA FACEBOOK. Grupo baseado no jornal impresso da associação de moradores AMOJANSA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/100841290091983/>> Acesso em: 21 fev. 2013.

APÊNDICE – Movimentos sociais e grupos locais de debates articulados no ciberespaço: breve esboço sobre reconfigurações de movimentos de São Gonçalo através de meios de comunicação alternativos

Nome	Meio de comunicação/ Tipo de mídia	Descrição	Link	Acesso
AMOJANSA	Blog	-	http://amojansa.blogspot.com.br/	22/05/2010
	Comunidade no “Orkut”	“AMOJANSA Associação de moradores.”	http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=101892008	22/05/2010
AMAJAC	Site	-	http://amajac.org/	16/02/2013
	Membro no “Facebook”	-	https://www.facebook.com/amajacjardimcatarina?fref=ts	12/01/2013
	YouTube	-	http://www.youtube.com/user/amajac1981	11/01/2013
UNIBAIRROS – União das Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo.	Blog	“A UNIBAIRROS é uma instituição sem fins lucrativos com objetivo de ajudar as comunidades a solucionar os problemas e impecílios ocorridos nas mesmas. (...)”	http://unibairrossg.blogspot.com.br/2009/04/uniao-das-associacoes-de-moradores-de.html	21/09/10

Território Gonçalense	Blog	“Editado pelo jornalista Wagner Rosa, o “Território Gonçalense” é um blog informativo e opinativo sobre a segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro.”	http://www.territoriogoncalense.com/	12/06/12
Comunidade Ipiúba	Comunidade no “Orkut”	“Comunidade dos amigos, moradores e admiradores do bairro Ipiúba em São Gonçalo, RJ.”	http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=5738788	05/10/12
SãoGonçaRio	Blog	“O SãoGonçaRio é um blog feito para os que admiram a Grande São Gonçalo, que reconhecem o lado bom da cidade, claro sem deixar de perceber os lados negativos que a nossa cidade (...)”	http://saogoncario.blogspot.com.br/	11/01/13
Loucos por São Gonçalo	Grupo fechado no “Facebook”	“O grupo é forte e eu não me calo, continuaremos sempre unidos... Loucos por São Gonçalo...”	https://www.facebook.com/groups/413067282092914/?fref=ts	21/02/13
A voz do Mundel	Membro e grupo fechado no “Facebook”	“Criei este grupo com o intuito de divulgar os problemas do nosso bairro pra as autoridades competentes. Lembrando que aqui todos somos uma família de direitos e deveres iguais, (...)”	https://www.facebook.com/groups/avozdomunde.23/?fref=ts	22/02/13

CPMSG – Comissão Permanente dos Moradores de São Gonçalo	Membro no “Facebook”	-	https://www.facebook.com/cpmsg.comissaoopmoradoressg	22/02/13
Opinião Pública	Grupo aberto no “Facebook”	“O OP.SG surgiu do jornal do bairro J.N.S. auxiliadora-laranjal-sg-rj de onde é publicado notícias diversas, da comunidade, do município, do estado e do mundo elaborado pela Amojansa do qual se expandiu com outros seguimentos da sociedade civil, organizando e criando assim o Grupo Opinião Pública SG e Opinião Pública Mulheres (online). (...)”	https://www.facebook.com/groups/100841290091983/	27/08/13

ANEXO A – Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook, manifestando apoio a associação de moradores. Disponível em <<https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts>> Acesso em: 15 jan. 2013

www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg

facebook Pesquise pessoas, locais e coisas

Cpmsg Comissão Permanente... Linha do tempo Agora

Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG
há 12 horas

Ontem A Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG esteve em Santa Izabel, onde estará dando suporte a mais uma associação de moradores que está sendo reinaugurada pela nossa comissão: Se Você quer revitalizar a sua Associação de moradores em qualquer bairro de São Gonçalo, Filie se anós, vamos trabalhar juntos por uma cidade Melhor!!!!

Curtir · Comentar · Compartilhar 2

3 pessoas curtiram isto.

Exibir todos os 5 comentários

Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG A foto está bem tremida, mas foi a única que deu para aproveitar, e não poderíamos deixar de ter registrado o momento. Esta foto, foi em um momento de descontração, onde visitamos o local onde poderemos ter as primeiras provas de motocross na cidade de São Gonçalo. Viva Santa Izabel, viva São Gonçalo!!!
há 12 horas · Curtir

Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG A Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG pretende redescutir a forma de como as entidades da sociedade Civil Organizada de São Gonçalo são vista. Novos tempos, Prefeitura, Camara Municipal, poder público e privado: Chegamos!!
há 12 horas · Curtir

Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG José Pinheiro, a cobra criada foi a primeira entidade de classe, da sociedade civil organizada Gonçalense, que se filiou á nós. Única na cidade que defende os idosos, estamos juntos somando forças!!!
há 12 horas · Curtir

Fonte: <http://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg> Acesso: 15/01/2013

ANEXO B – Grupo “Comissão Permanente dos Moradores de SG” no Facebook. Postagem relativa à merenda escolar e ao passe livre de estudantes e deficientes em transportes publicos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg?fref=ts>> Acesso em: 28 fev. 2013



www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg

Bem-vindo ao Face... YouTube Gmail: e-mail do Go... Google Netflix - Assista a sér... UERJ - Universidade ...

facebook Pesquise pessoas, locais e coisas

Cpmsg Comissão Permanen... Linha do tempo Agora

Cpmsg Comissão Permanente Dos Moradores de SG há 19 minutos

Ainda sobre a Sessão da Camara Municipal de Terça Feira dia 26/02/2013,não pudemos acompanhar até o final,mas destacamos as preocupações do Vereador Marcos Rodrigues sobre a merenda escolar,do vereador Marlos Costa sobre alguns questionamentos ao poder executivo antigo e atual,e sua preocupação sobre a questão do passe livre para estudantes e deficientes,que segundo ele há lei no municipio garantindo estes beneficios,mas nunca houve fiscalização.Já o novato Alexandre Gomes,fez uma explanação sobre o gigantesco beneficios fiscais que as empresas ao se instalarem no municipio estão tendo,e que nem sempre a população da cidade está vendo retorno.cita por exemplo o supermercado guanabara,dentre outras.

Curtir · Comentar · Compartilhar

2 pessoas curtiram isto.

Escreva um comentário...

www.facebook.com/ajax/emu/end.php?eid=AQIPmOLnMu6TPAtQcQHr_eAPTGAst6iqxug82BRhYg-LKVSupsQsxPiDWWWczfpg3zzs5vAArkVOuWUwj8l

Fonte: <http://www.facebook.com/cpmsg.comissaopmoradoressg> Acesso: 28/02/2013.

ANEXO C – Arquivo da AMAJAC, referente a elaboração do projeto de creche “padrão MEC”, atendendo à solicitação da coordenação jurídica, de 17 de dezembro de 2009

31 JAN 2011 - 03780

CÓPIA ORIGINAL

AMAJAC

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA

São Gonçalo, 17 de dezembro de 2009

Ofício nº 02/2009
Para: DRª Beatriz Helena
Ref.: Resposta a CI nº 127/2009

Atendendo a solicitação da Coordenação Jurídica, informo que estamos elaborando Projeto de Creche com 6 salas, berçário e fraldário, do tipo “Padrão MEC”, que atenderá ao número de 180 crianças de 0 à 6 anos. Informo ainda que estes projetos totalizam um número de 10 Unidades Escolares que foram selecionadas pela SEMED e que pertencem a Prefeitura.

1. Vista Alegre - Estrada de Guaxindiba s/ nº;
2. Marambaia - Rua Gregório Lopes s/ nº;
3. Jardim Mirambé - Rua Nelson Nobre esquina com Rua Regina Coelho;
4. Nova Roma - Rua Expedicionário Francisco de Paula Moura esquina com Rua “D”;
5. Jardim Catarina - Rua Noraldino Rosa dos Santos esquina com Rua Florentino Geovani;
6. Santa Isabel - Estrada De Itaitindiba esquina com Rua Capitão Alberto Soares;
7. Lagoinha - Rua Adelaide esquina com Rua Clemente Machado Lotes: 13,14,17;
8. Itauna - Rua Coronel Andrade Vilela s/ nº;
9. Salgueiro - Rua Idalina Almeida s/ nº;
10. Colubando - Rua Augusto Rusch s/ nº.

OBS: As áreas que estão sem número, pois não foram especificados ou identificados porque são ainda praças da Prefeitura.

Até o momento já foram levantados, fotografados e dimensionados todos estes terrenos para que sejam implantados os projetos de arquitetura que foi elaborado por nossos arquitetos.


 José Carlos Policarpo de Azevedo
 Diretor-Presidente
 Mat 003

ANEXO D – Arquivo da AMAJAC, referente à solicitação de adequação ao projeto de construção de creche municipal, de 15/01/2011



AMAJAC = Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina - SG.
Fundada em 29/ 11/1981- Filiada à UNIBAIRROS – CNPJ 31.825.664/ 0001-13.

Ofício. 001/2011(AMAJAC).
CÓPIA C/ORIGINAL

São Gonçalo, 15 de Janeiro de 2011.

[Assinatura]
AMAJAC

REF: ADEQUAÇÃO DO PROJETO DE
CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE E ESCOLA MUNICIPAL NO
BAIRRO DE JARDIM CATARINA. CONFORME CÓPIAS DO
OFÍCIO Nº. 002/2009. (SEMED) DE: 17/12/2009.

EXCELENTÍSSIMA SECRETÁRIA:

AMAJAC - Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina - SG.
Com entidade de representação comunitária de parte dos moradores do Bairro; com o propósito de colaborar com administração Pública e atender a reivindicação moradora do Bairro. "Vem mui respeitosamente, solicitar a vossa senhoria, que seja feita "ADEQUADA SÃO" A O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE MUNICIPAL". "UMA ÁREA DE TERRENOS DE APROXIMADAMENTE 1.750,0 M²", SITUADO NA AVENIDA PADRE VIEIRA (VELHO) – QUADRA: 181 – NO BAIRRO DE JARDIM CATARINA - (ÁREA DA IPÚCA) Conforme levantamentos realizados, por esta instituição e a UNIBAIRROS, pela quais informado na reunião realizada no último dia 11/01/2011, na pessoa do Senhor João Batista de Miranda (Conselheiro do FUNDEBE).

A) - OS SEGUINTE TERRENOS DE (FRENTE), LOTES: 18, 19 E 20, DA QUADRA: 181 – SITUADOS NA AVENIDA PADRE VIEIRA – BAIRRO DE JARDIM CATARINA.

B) – OS SEGUINTE TERRENOS DE LOTES: 18 E 17 PARA A RUA: PEDRO CASSENDE (ANT.47) E OS LOTES: 20 E 21 PARA RUA: RENATO FLEMING (ANT.46). LOTEAMENTO VELHO, SITUADOS NO BAIRRO DE JARDIM CATARINA.

Segue em anexo: Copias das fotos dos "Terrenos" informados e a localização das quadras e mapas. Desde já; Aguardamos uma resposta por escrito, nos colocamos a sua inteira disposição no que for possível. Aproveitando o ensejo para apresentar os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente;

PELA DIRETORIA

[Assinatura]
José Carlos Policarpo de Meireles
PRESIDENTE da AMAJAC

31.825.664/0001-13

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CATARINA - SG
R. TRANSILVÂNIA 1118 ANT. 2. 39 LL. 30 Qd. 183
JARDIM CATARINA - CEP. 84716-000
SÃO GONÇALO - RJ

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO-RJ.

Excelentíssima: Sra. Keyla Nicea Dias de Carvalho da Silva.

Secretária de Educação:

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, nº. 721- Centro - São Gonçalo-SG.
Estado do Rio de Janeiro - RJ - CEP: 24.445-000

RECEBIDO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA


EM: 20.01.11

POR: *[Assinatura]*

MAT.: 107.661

Rua: Fransilvânia, 1118 Lote: 30. Quadra: 153 (ant. 39) - Jardim Catarina Velho.
CEP: 24.716/390 - Telefone: (021) 2614-7832 - e-mail. assoc.amajac@bol.com.br

ANEXO E – Arquivo da AMAJAC, referente à desapropriação e posse de terrenos para fins de construção de creches comunitárias no município, de 31/01/2011

 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO	
Gestão de Protocolo Extrato do Processo	
Processo: 0000003777/2011/1-5	Autuação: 31/01/2011
Número Geral: 778027	Mestre: 0000003777/2011/1-5
Interessado	AMAJAC - ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS
Endereço	RUA FRANSILVANIA 1118, LOTE 30 QUADRA 153
Contato	
Grupo	MUNÍCIPE
Localização Atual	CHEFIA DE GABINETE
Em	14/06/2011 10:40:31
Arquivo Morto	Não
Último Despacho	
Data Publicação	
Documento de Caixa	Não
Assunto	MUNICIPES - OUTROS
OFICIO 0003/2011 - REFERENTE DESAPROPRIACAO E POSSE DOS TERRENOS LOCALIZADO NA AVENIDA PADRE VIEIRA (ACESSO A BR 101) SEGUINTE LOTES 17,18,19,20 E 21 , QUADRA 181 - UMA AREA APROXIMADAMENTE 1750,0 M2 - PARA FINS DE CONTRUCAO DE CRECHES COMUNITARIAS NO MUNICIPIO	
Anotações	
1 Registro(s) Impresso(s)	
02	Página:1

Fonte: AMAJAC via Facebook (<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=432325236807455&set=a.432324593474186.97844.100000899478812&type=3&theater> - Acesso: 30/10/2013).

ANEXO F – Arquivo da AMAJAC, referente à listagem dos 30 principais problemas do bairro, segundo os moradores. Educação em 8º lugar

31 JAN 2011 03 78

Total da Amostra

Tabela 14. Listagem dos principais problemas do bairro segundo os moradores

Problema	Nº	%	Posição
Transporte	39	3,84	7º
Falta de água	206	20,28	2º
Abandono dos lotes	1	0,10	
Iluminação pública	77	7,58	6º
Asfalto	98	9,65	4º
Imposto caro	2	0,20	
Som alto (clube)	3	0,30	
Coleta de lixo/lixo	20	1,97	9º
Violência	152	14,96	3º
Lazer	8	0,79	
Combate aos mosquitos	5	0,49	
Saneamento básico	229	22,54	1º
Retorno do Jardim Catarina	1	0,10	
Educação	23	2,26	8º
Saúde	96	9,45	5º
Correios	1	0,10	
Corrupção	1	0,10	
Creche comunitária	6	0,59	
Falta cursos profissionalizantes	1	0,10	
Falta palestras sobre drogas (escolas)	1	0,10	
Rua sem saída	1	0,10	
"Falta de tudo"	2	0,20	
Enchentes	7	0,69	
Criação de postos de trabalho	11	1,08	10º
Praça	1	0,10	
Abandono do poder público	6	0,59	
Telefone público	4	0,39	
Fofoca	1	0,10	
Sem Problemas	4	0,39	
SI	9	0,89	
Total	1016	100%	

OBS: Esta tabela já passou por agrupamento temático

José Carlos Pimenta de Almeida
Diretor Presidente
Mat 0031/00 AMAJAC-SC

AMAJAC
José Carlos Pimenta de Almeida
Diretor Presidente
Mat 0031/00 AMAJAC-SC

ANEXO G – Arquivo da AMAJAC, referente à solicitação de manifestação quanto a ação desta municipalidade para a construção de creche

Folha de informação

Folha nº 20



Processo nº. 3780/20111

Rubrica do Servidor

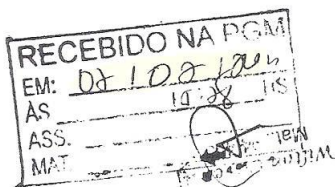
Ao
Ilmo.
Sr. Cid Reis

Considerando o teor das informações constantes nos autos administrativos, solicito a manifestação quanto à existência ação desta municipalidade para construção de creche.

Após pela remessa ao Ilmo. Sr. Chefe de Gabinete da Prefeita para suas considerações.

Atenciosamente.

Marcus Vinícius Barros da Silva
Subprocurador Geral Adm do Município de São Gonçalo
MAT. 102.664



José Carlos Policarpo de Meireles
Diretor-Presidente
Mat 0031/00 AMAJAC

ANEXO H – Arquivo da AMAJAC, referente à carta aberta da comunidade do Jd. Catarina com apresentação das principais propostas e necessidades, apontadas pelos moradores, de 08 de julho de 2012

CARTA ABERTA DA COMUNIDADE DO JARDIM CATARINA:

Principais Propostas Apontadas pelos os Moradores do Bairro de Jardim Catarina Aos Candidatos (as) A Prefeito (a) de São Gonçalo.

O Bairro de Jardim Catarina, “O maior Bairro Urbano da América Latina”, com uma população de aproximadamente 200.000.00 (duzentos mil habitantes), 174 Ruas e 12 Avenidas, 25.000.00 (Vinte e cinco mil lotes) com mais de 50.000.00 (cinquenta mil Imóveis), sendo o 1º colégio eleitoral, com aproximadamente 69.000.00 (sessenta e nove mil eleitores), dividindo-se em 03 areas (Novíssimo, Novo e Velho) e 02 Sub-bairros (IPÚCA / Pica Pau), segundo diversos levantamentos realizados por diversos seguimentos da sociedade organizadas tais: Associações, Igrejas, Escolas e Universidades. **PRINCIPAIS PROPOSTAS APONTADAS PELO OS MORADORES TAIS:** (Conclusão das Obras de Urbanização das Bacias: 3B, 5B, 6B, 6C, 7ª, 7B e 8.); Urbanização da Localidade da Ipúca e Pica pau (Saneamento Básico, Rede de água e Iluminação, Construção de Posto de Saúde, **Construção de Creche Infantil**, Construção de um Centro Administrativo, Criação de linhas de Ônibus e a Limpezas periódicas de Rios, Canais e Valões do Bairro), Limpeza Urbana, Construção de uma Ponte (viaduto) , ligando o Bairro com a Trindade, Sinalização e Fiscalização Urbana no Bairro .

Essas são algumas propostas apontadas pelos os moradores que cobram há mais de 20 anos aos governantes, afim discutimos políticas públicas, que venham beneficiar toda a comunidade. Agradecemos pela compreensão de todos, em articulamos propostas e projetos para o nosso bairro.

Atenciosamente;

Pela Diretoria;









Jose Carlos Policarpo de Meireles.
Diretor - Presidente da (AMAJAC).



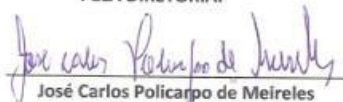

Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Catarina

São Gonçalo, 08 de julho de 2012.

ANEXO I – Arquivo da AMAJAC, referente aos processos adm. que tratam sobre “Construção de uma creche e escola na localidade da Ipuca. Solicita o agendamento de uma reunião com o prefeito, de 02 de março de 2013

	AMAJAC		UNIBAIRROS
	CNPJ: 31.825.664/0001-13		CNPJ: 30.182.570/0001-00
Ofício Nº. 0015/2013(AMAJAC)		São Gonçalo, 02 de março de 2013.	
		ASSUNTO: REF: AOS PORCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº. 3777/2011 e PROCESSO Nº: 3780/2011 DE: 31/01/2011 (construção de uma creche e escola na localidade da Ipuca).	
			
EXMO: SENHOR CHEFE DE GABINETE:			
AMAJAC – Associação dos Moradores e Amigos de Jardim Catarina - SG.			
<p>Como entidade de representação comunitária dos moradores do Bairro; com o propósito de colaborar com administração Pública e atender a reivindicação dos moradores do Bairro. Venho através desta, Solicitar a vossa senhoria; que seja agendada uma reunião com excelentíssimo prefeito SR. NEILTON MULIM DA COSTA, a fim de esclarecermos à respeito da área já desapropriada para a “CONSTRUÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO DE JARDIM CATARINA” no loteamento velho, a onde beneficiará mais de 12.000.00 (doze mil famílias), na LOCALIDADE DA IPUCA DO JARDIM CATARINA. Por gentileza entrar em contato pelos telefones: (021) 9470-9921 (Policarpo) ou 9317-4821 (Luiz Antônio). Como Instituições civeis de representação comunitária, ora assinada por mim e pelo o presidente da UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO (UNIBAIRROS); SITUADA NA RUA: ESTOCOLMO, Nº. 49 – BAIRRO PORTA DA PEDRA – CEP: 24.436-370, No 1º -Distrito de São Gonçalo. Igualmente: assumimos a mesma inteira responsabilidade, Civeis Administrativas e Criminais. Na qual dou fé, conforme regula o Artigo 2º. Da lei 7.115 de 29 de Agosto de 1983.</p>			
 			
32 ANOS SERVINDO A COMUNIDADE COM DIGNIDADE E RESPEITO 			
Rua Fransilvânia,(Antiga: 39), N.1118 -Lt:30- Qd:153 - Jardim Catarina Velho – CEP: 24.716/390- São Gonçalo – RJ - Site: www.amajac.org – Email: amajac1981@gmail.com .			

ANEXO J – Arquivo da AMAJAC, que reivindica de vereador que apresente perante a mesa legislativa a proposta de “construção de uma creche no bairro de Jardim Catarina”, com justificativas sobre a requisição, de 09 de março de 2013

	AMAJAC		UNIBAIRROS
	CNPJ: 31.825.664/0001-13		CNPJ: 30.182.570/0001-00
	Ofício Nº. 0017/2013(AMAJAC)		São Gonçalo, 09 de Março de 2013.
<u>EXCELENTÍSSIMO VEREADOR:</u>			
<p>AMAJAC – Associação dos Moradores e Amigos de Jardim Catarina - SG. Como entidade de representação comunitária dos moradores do Bairro; com o propósito de colaborar com administração Pública e atender a reivindicação dos moradores do Bairro. Venho através desta, reivindicar através de vossa excelência; que seja apresenta perante este mesa legislativa, a proposta da “CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO BAIRRO DE JARDIM CATARINA”, área ora indicada por esta Associação (AMAJAC); SITUADA NA AVENIDA: PADRE VIEIRA; QUADRA: 181 - LOTES: 17, 18, 19, 20 E 21. (LOTEAMENTO VELHO), Área já desapropriada desde 14 de Fevereiro de 2012, conforme o Decreto nº. 044/2012 (Publicada no Diário Oficial), atendendo aos PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº. 3780/2011 E 3777/2011 DE 31/01/2011.</p>			
<u>JUSTIFICATIVAS:</u>			
<p>Pela qual, beneficiarão mais de 12.000.00 (doze mil famílias) carente do bairro, segunda levantamentos realizados “NA LOCALIDADE DENOMINADA IPUCA” os moradores são obrigados a percorrer mais de 2 km (quilômetros), para conseguir uma vaga em uma escola ou até mesmo uma creche, pois mais de 35% das crianças entre 01 á 07 ficam com os avós, não têm a onde deixar, de 07 á 14 anos ficam com os irmãos mais velhos, a maioria dos pais trabalham fora, muitos sem instruções, o nível de escolaridade é baixo, analfabetos mal sabem se quer escrever seu nome. No que corresponde mais de 1.200 (mil de duzentas crianças), fora da sala de aula, no que representa 10% dessas famílias sem infraestrutura nenhuma em torno do bairro. Como uma instituição civil de representação comunitária. Desde já, Aguardamos suas respostas por escrito e nos colocamos á disposição no que for possível. Aproveito o ensejo para apresentar os nossos protestos de estima, apreço e consideração.</p>			
<p>Atenciosamente; PELA DIRETORIA:</p>			
<p> José Carlos Policarpo de Meireles PRESIDENTE da AMAJAC</p>			
<p></p>			
<p>À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - RJ. Gabinete do EXCELENTÍSSIMO: VEREADOR: ALEXANDRE GOMES.</p>			
<p>Rua Fransilvânia, (Antiga: 39), N.1118 -Lt:30- Qd:153 - Jardim Catarina Velho – CEP: 24.716/390- São Gonçalo – RJ – Tel. (021) 2614-7832 - Site: www.amajac.org – Email: amajac1981@gmail.com .</p>			

Fonte: AMAJAC via Facebook (<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=564397560266888&set=a.432324593474186.97844.100000899478812&type=3&theater> - Acesso: 30/10/2013)